



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
UNIDADE ACADÊMICA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO



MODELO DE GOVERNANÇA MUNICIPAL PARA
MONITORAMENTO DOS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL(ODS) EM
MUNICÍPIOS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

LARISSA LUANA PEREIRA CUSTÓDIO

CAMPINA GRANDE- PB, 2024



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

LARISSA LUANA PEREIRA CUSTÓDIO

**MODELO DE GOVERNANÇA MUNICIPAL PARA
MONITORAMENTO DOS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL(ODS) EM
MUNICÍPIOS**

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Martins

Projeto de Dissertação apresentado como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Campina Grande.

CAMPINA GRANDE- PB, 2024

C987m Custódio, Larissa Luana Pereira.
Modelo de governança municipal para monitoramento dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) em municípios / Larissa Luana Pereira Custódio. – Campina Grande, 2024.
138 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2024.
"Orientação: Profa. Dra. Maria de Fátima Martins".
Referências.

1. Gestão Social e Ambiental. 2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 3. Sistemas de Governança. I. Martins, Maria de Fátima. II. Título.

CDU 005.32(043)

LARISSA LUANA PEREIRA CUSTÓDIO

**"MODELO DE GOVERNANÇA MUNICIPAL PARA
MONITORAMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL(ODS) EM MUNICÍPIOS"**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA UFCG) como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovado em: 11/03/2024

Profa. Dra. Maria de Fátima Martins - PPGA/UFCG
Orientadora

Profa. Dra. Ana Cecília Feitosa de Vasconcelos - PPGA/UFCG
Examinadora Interna

Prof. Dr. André Cavalcante da Silva Batalhão -Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG)
Examinador Externo

Campina-Grande-PB, 2024



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE FATIMA MARTINS, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 12/03/2024, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA CECILIA FEITOSA DE VASCONCELOS, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 12/03/2024, às 18:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Cavalcante da Silva Batalhão, Usuário Externo**, em 15/03/2024, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **4278060** e o código CRC **8EBB6574**.

*Dedico à minha mãe, mulher forte, corajosa,
dedicada e amável. Gratidão por todo o apoio.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, pelo dom da vida, e pela certeza de que nunca estive sozinha, por me manter forte e me conceder sabedoria, coragem, dedicação e esforço para a realização deste trabalho. Por me ouvir e me direcionar, me amar e me cuidar, me amparar e estar sempre comigo nos desafios da vida. A Ele a glória, A Ele o louvor, A Ele o domínio, Ele é o Senhor!

Aos meus pais, Márcia uma mãe que sempre está comigo me apoiando, me amando, cuidando nos dias tristes e alegre. Obrigada, por ser um exemplo de mãe, pai e amiga rogo a Deus que ilumine e abençoe sempre sua vida. Ao meu pai que apesar de não estar entre nós sempre esteve presente comigo, saiba que sinto sua presença em tudo que faço. A minha tia Neide que é tia, madrinha e mãe obrigada por tudo que fazes por mim e pela família. Enfim, obrigada por sempre acreditarem no meu potencial, por maior que fossem minhas limitações, estiveram sempre comigo, ajudando-me ao longo desta caminhada. Esse mérito também é de vocês.

Minhas irmãs Lorena e Letícia, por serem minha fonte de alegria, de aperseio diário também e que sempre estão comigo nas tristezas e alegrias, na luta e na vitória. Tudo o que fiz, faço e farei é para que possam se orgulhar da irmã que elas têm.

A minha orientadora, Fátima Martins, um exemplo de mãe, professora e amiga. Sei que ano 2023 não foi fácil para senhora, porém em nenhum momento você me desamparou sempre estava me auxiliando e guiando durante esses dois anos. Obrigada, por tudo és uma inspiração não apenas na ciência, mas em todos os aspectos de vida. E que com muita compreensão, dedicação e paciência me conduziu ao êxito deste trabalho.

A todos os professores, que ajudaram na formação da minha conduta pessoal, incentivando, tornando-nos verdadeiros profissionais. Vocês foram mais que professores, tornaram-se amigos de verdade.

Aos meus colegas de mestrado, que sempre caminharam junto para a realização deste sonho e que sempre estiveram ao meu lado, nos momentos em que ter amigos eram a certeza de não estar sozinho. Obrigada, por tudo em especial Kassia, Karolayne, Ariana, Ana Isabelle, Alisson, Manoel, Keyse. A vocês desejo toda sorte e bênçãos.

Aos meus amigos da vida, minha família e companheiros de várias jornadas que de modo direto ou indireto, sempre me apoiaram e me incentivaram. Vocês também fazem parte desta conquista.

CUSTÓDIO. LARISSA LUANA PEREIRA. **MODELO DE GOVERNANÇA MUNICIPAL PARA MONITORAMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) EM MUNICÍPIOS**. 138 páginas. Dissertação de Mestrado em Administração - Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2024

MODELO DE GOVERNANÇA MUNICIPAL PARA MONITORAMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL(ODS) EM MUNICÍPIOS

RESUMO

Nas últimas décadas é possível observar diversas transformações com relação ao desenvolvimento dos seres humanos. O reflexo do rápido desenvolvimento insustentável, o mundo viu surgir uma série de problemas como fome, pobreza, desigualdades sociais, econômicas e questões ambientais que mostravam o quanto as ações humanas estavam afetando o planeta. Diante disso, a ONU juntamente com os seus membros vem promovendo de forma específica objetivos e metas através da transição do Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) exposto em 2000 e atualmente com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) proposto em 2015 que fazem parte da Agenda 2030. Levando em consideração que um dos desafios da implementação da Agenda 2030 se situa na necessidade de um sistema de governança o presente trabalho tem como objetivo propor a estruturação de um modelo de governança municipal, visando o monitoramento dos ODS em municípios. O trabalho quanto a abordagem, se caracteriza como de natureza mista, quanto aos seus objetivos, pode ser classificado como descritivo, exploratório e documental, onde foram realizados inicialmente levantamentos bibliográficos, através de análise bibliométrica utilizando o software *Biblioshiny: the shiny app for bibliometrix* na base de dados de dados da *Scopus* e *Web of Science* investigando os principais conceitos, avanços e desafios atuais que envolvem a temática, de modo que, novas perspectivas de estudos sejam sinalizados. Nesse contexto, fica evidente a importância da governança para alcance dos ODS, devido a mesma operar num plano mais amplo que é relevante para concretização dos ODS. Portanto, os principais resultados dos estudos vão além da estrutura de indicadores de governança alinhado com os ODS, a adaptação de uma ferramenta matricial que evidencia características estruturais e funcionais para análise dos sistemas de governança nacional e local, tomando como base os ODS e indicadores, que oferecem uma análise das potencialidades e fragilidades da estrutura, a fim de avaliar os sistemas de governança monitorando o progresso de suas ações e medidas em direção a metas da Agenda 2030. Logo, a contribuição do estudo está no desenvolvimento de ferramentas para auxiliar na governança local dos ODS, facilitando a tomada de decisões e promovendo subsídios para caminhar rumo à desenvolvimento próspero e sustentável.

Palavras-chave: Governança. ODS. Governança Municipal Sustentável. Monitoramento. Indicadores de governança sustentável. Sistema de governança.

CUSTÓDIO, LARISSA LUANA PEREIRA. **MUNICIPAL GOVERNANCE MODEL FOR MONITORING SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS (SDGs) IN MUNICIPALITIES**. 138 pages, Master Dissertation in Management – Federal University of Campina Grande, Paraíba, 2024

MUNICIPAL GOVERNANCE MODEL FOR MONITORING SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS (SDGs) IN MUNICIPALITIES

ABSTRACT

In recent decades, it is possible to observe several transformations in relation to the development of human beings. As a result of rapid unsustainable development, the world saw the emergence of a series of problems such as hunger, poverty, social and economic inequalities and environmental issues that showed how much human actions were affecting the planet. In view of this, the UN, together with its members, has been specifically promoting objectives and targets through the transition from the Millennium Development Goals (MDGs) proposed in 2000 and currently with the Sustainable Development Goals (SDGs) proposed in 2015, which are part of the 2030 Agenda. Taking into account that one of the challenges of implementing the 2030 Agenda is the need for a governance system, the present work aims to propose the structuring of a municipal governance model, aiming to monitor the SDGs in municipalities. The work in terms of approach is characterized as mixed in nature, in terms of its objectives, it can be classified as descriptive, exploratory and documentary, where bibliographic surveys were initially carried out, through bibliometric analysis using the software Biblioshiny: the shiy app for bibliometix na Scopus and Web of Science database investigating the main concepts, advances and current challenges involving the topic, so that new study perspectives are highlighted. In this context, the importance of governance for achieving the SDGs becomes evident, as it operates on a broader level that is relevant for achieving the SDGs. Therefore, the main results of the studies go beyond the structure of governance indicators aligned with the SDGs, a adaptation of a matrix tool that highlights structural and functional characteristics for analyzing national and local governance systems, based on the SDGs and indicators, which offer an analysis of the potentialities and weaknesses of the structure, in order to evaluate governance systems by monitoring the progress of their actions and measures towards the goals of the 2030 Agenda. Therefore, the contribution of the study lies in the development of tools for assist in the local governance of the SDGs, facilitating decision-making and promoting subsidies to move towards prosperous and sustainable development

Key-words: Governance. SDGs. Sustainable Municipal Governance. Monitoring. Sustainable governance indicators. Systems Governance.

MODELO DE LISTA DE FIGURAS

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	26
Figura 2 - 5P's.....	28
Figura 3- Sequência de definição da base de dados.....	44
Figura 4 - Sequência de definição da base de dados no Software.....	45
Figura 5 - Produção dos autores ao longo do tempo.....	46
Figura 6 - Mapa de palavras-chave dos autores mais relevante.....	50
Figura 7 - Mapa da evolução temática fatia de tempo 1 de 2004 a 2015.....	51
Figura 8 - Mapa da evolução temática fatia de tempo 2 2016 a 2022.....	52
Figura 9 - Mapa de análise de Correspondência Múltipla.....	54
Figura 10 - Sequência da base de dados e Revisão Sistemática.....	70
Figura 11 – Mapa temático com as palavras-chave dos autores.....	72
Figura 12 – Sistema de Governança para ODS.....	91
Figura 13 – Estudos para adaptação do sistema de governança para os ODS.....	92
Figura 14 - Componentes estruturais e funcionais do sistema de governança para os ODS....	95

MODELO DE LISTA DE QUADROS E TABELAS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura do trabalho.....	34
Quadro 2 - Os 10 autores mais relevantes.....	47
Quadro 3 - Dimensões de Governança.....	66
Quadro 4 - Indicadores do eixo de Governança.....	67
Quadro 5 - Estrutura de autores para proposição de indicadores de governança alinhado com os ODS.....	73
Quadro 6 - Estrutura de proposição de indicadores de governança alinhado com os ODS.....	75
Quadro 7 - Estrutura de objetivos e metas contemplados e não contemplados da Agenda 2030.....	79
Quadro 8 - Características estruturais dos sistemas de governança e seus respectivos descritores.....	96
Quadro 9 - Características funcionais dos sistemas de governança e seus respectivos descritores.....	97
Quadro 10 - Ferramenta matricial para análise dos sistemas de governança nacional e local em relação aos ODS.....	99
Quadro 11 - Cronograma de Execução do Projeto.....	122
Quadro 12 - Estrutura completa de proposição de indicadores de governança alinhados com os ODS.....	123
Quadro 13 - Ferramenta matricial para análise dos sistemas de governança nacional e local em relação aos ODS.....	134

MODELO DE LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS**LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS**

CNM	Confederação Nacional de Municípios
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
GPS	Gestão Pública Sustentável
IDSC-BR	Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SDSN	Sustainable Development Solutions Network
TCU	Tribunal de Contas da União
WCED	World Commission on Environment and Development

Sumário

1. INTRODUÇÃO	15
1.1. Problema	15
1.2. OBJETIVOS	20
1.2.1. Objetivo Geral	20
1.2.2. Objetivos Específicos	20
1.3 Justificativa de Pesquisa	20
1.4. Modalidade da Dissertação	21
2. REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1. Desenvolvimento Sustentável e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	23
2.2. Governança	28
3. METODOLOGIA	31
CAPÍTULO 1: Governança e Objetivos De Desenvolvimento Sustentável (ODS): Uma Revisão Bibliográfica Da Literatura	35
RESUMO:	35
ABSTRACT	36
1.INTRODUÇÃO	37
2. REFERENCIAL TEÓRICO	40
2.1 Governança	40
2.2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	41
3. METODOLOGIA	42
3.1 Escolha de palavras-chave e filtros (coleta de dados)	42
3.2 Operacionalização dos Dados	44
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	45
4.1. Produção mais relevante	45
4.2. Evolução Temática	51
4.3. Análise Fatorial: Análise de Correspondência	53
4.4 Discussão dos Resultados	55
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
CAPÍTULO 2: Indicadores de Governança para Sustentabilidade: Uma proposta para o âmbito nacional com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	58
RESUMO	58
ABSTRACT	59
1. INTRODUÇÃO	60
2. REFERENCIAL TEÓRICO	62

2.1. Governança e ODS	63
2.2. Indicadores de Governança em sintonia com os ODS	65
3. METODOLOGIA	68
3.1 Análise Bibliométrica e Análise de Conteúdo	70
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	71
4.1 Estrutura Conceitual do Mapa Temático	71
4.2. Identificação de indicadores nas temáticas: Básica, Motores, Nichos e Emergentes	73
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
CAPÍTULO 3: Modelo de Governança Municipal Alinhado aos ODS: Proposta de Monitoramento em Municípios.....	82
RESUMO:.....	82
ABSTRACT	83
1. INTRODUÇÃO	84
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	86
2.1 Sistema de Governança para os ODS	86
2.2 O caso do Brasil e Agenda 2030	88
3. METODOLOGIA	91
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	94
4.1 Descrição das características estruturais e funcionais do sistema	95
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS DO PROJETO	105
REFERÊNCIAS	108
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.....	122
APÊNDICE.....	123

1. INTRODUÇÃO

1.1. Problema

A sociedade humana enfrenta vários desafios e problemas globais, como pobreza, fome, crescimento econômico lento, desemprego juvenil, desigualdade dentro e entre os países, doenças e desastres globais, refugiados e problemas humanitários, esgotamento dos recursos naturais, perda da biodiversidade e mudanças climáticas (Li & Zhu, 2019). Diante disso, a crise ambiental e outros desafios globais estabeleceram uma nova abordagem para o desenvolvimento e a necessidade de uma agenda mais abrangente. Essa nova agenda foi elaborada após um método integrado que envolveu representantes de governos, agências de cooperação, organizações não-governamentais, empresas globais e academia (Sianes, Vega-Muñoz, Tirado-Valencia, & Ariza-Montes, 2022).

Em setembro de 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável objetivando orientar as políticas públicas e incentivar os atores sociais a promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo. O núcleo deste programa são 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com 169 metas específicas e 232 indicadores, para serem atingida até 2030 (Biermann, *et al.*, 2022). Os ODS são uma extensão e continuação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), não apenas por dar continuidade, desenvolver e propagar melhores resultados, mas por buscar realizar uma conexão entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais incluídos nessas metas (Stafford-Smith, & Metternicht, 2021).

Além de envolver as dimensões ambientais, sociais e econômicas, a ideia central é que nenhuma das metas pode ser atingida sem evolução nas demais. Dessa forma, as políticas de um objetivo não devem prejudicar negativamente as políticas de outros objetivos. Assim, cabe aos atores políticos encontrar soluções integradas, a fim de trabalhar de maneira interligada para a consecução e cumprimento de todos os objetivos (Bogers, Biermann, Kalfagianni, & Kim, 2022).

Nesse âmbito, observa-se nas últimas décadas diversas transformações com relação ao desenvolvimento dos seres humanos e sua relação com o meio ambiente. Os problemas advindos da exploração homem e natureza culminou em impactos e consequências negativas para o meio ambiente. Dessa forma, problemas ambientais e desafios globais estão no estágio no centro das discussões do plano global da Agenda 2030 em busca de um desenvolvimento sustentável e desde que o conceito de desenvolvimento sustentável foi levantado pela primeira

vez em 1987, nota-se que a Organização das Nações Unidas vem promovendo de forma específica objetivos e metas através da transição do Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) exposto em 2000 para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) proposto em 2015.

No contexto de evolução do desenvolvimento sustentável nota-se o quanto é importante o alcance dos ODS e sua adaptação do cenário global para as circunstâncias e prioridade nacional e posteriormente local, observando assim, a necessidade de trabalhar de forma integrada e conjunta metas e objetivos para uma implementação bem-sucedida. Nessa perspectiva, surge a necessidade de analisar a governança como elemento fundamental para os resultados da implementação em todas as esferas.

A governança foi conceituada como o resultado das interações, relacionamentos e redes entre os diversos setores (governo, setor público, setor privado e sociedade civil) e inclui decisões, negociações e diferentes relações de poder entre as partes envolvidas com a finalidade de definir quem recebe o quê, quando e como. Assim, observa-se que governança não envolve apenas os órgãos de governos formalizados, mas também outras entidades que poderiam exercer o papel de co-governança (Wilde *et al.*, 2009).

Numa perspectiva histórica, o termo governança passou a ocupar uma posição de destaque nos debates políticos, entre acadêmicos e praticantes a partir dos anos 1980. Constatase que as discussões e a explosão da produção acadêmica sobre o tema iniciaram no século XX, de modo geral, vem ganhando visibilidade e fazendo parte dos vocabulários cotidianos das instituições públicas e privadas (Peters, 2012).

E foi a partir desses debates e discussões que vários conceitos foram difundidos em múltiplas abordagens, Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (2010) define a governança, de forma ampla, como as tradições e instituições pelas quais a autoridade de um país é exercida, abrangendo o processo pelo qual os governos são selecionados, monitorados e substituídos, a capacidade do governo para formular e implementar políticas sólidas de maneira eficaz e o respeito dos cidadãos e do Estado às instituições que governam suas interações econômicas e sociais. Esse conceito abrange 6 indicadores de governança mundial: Voz e Responsabilidade; Estabilidade Política e Ausência de Violência/ Terrorismo; Eficácia do governo; Qualidade Regulatória; Estado de Direito; e Controle de Corrupção.

O Guia GPS- Gestão Pública Sustentável aborda o conceito de governança englobando a maneira como o território se organiza politicamente e a participação dos diferentes segmentos da sociedade civil nos espaços de tomada de decisão e isto envolve união entre os sistemas político-administrativo, que rege o processo decisório na esfera pública, e os diferentes atores

sociais dos territórios municipal, estadual ou federal (Programas Cidades Sustentáveis [PCS] & Núcleo de Estudos do Futuro [NEF], 2017).

Nesse sentido, é possível fazer uma associação da governança e os ODS por envolver políticas públicas, ações, projetos de planejamento e relacionamento entre as interações públicas, privadas e indivíduos, que conforme Czepil (2020) governança são procedimentos pelos quais decisões públicas são tomadas e executadas e de acordo com Laval e Olsson (2019) a governança pode ser entendida como a totalidade das formas usadas por indivíduos e instituições públicas e privadas para coordenarem questões em comuns.

Partindo desse panorama, observa-se a necessidade de um modelo de governança eficaz a nível local e municipal comprometida com a consecução dos ODS pois, entende-se a importância da relação entre governança e ODS por envolver um conjunto de diferentes autores atuando em distintos segmentos, a fim administrar os assuntos em comuns em busca de parcerias, investimento, colaboração e meios de implementação para que os objetivos possam ser cumpridos de forma efetiva.

No âmbito da governança pública, ela abrange tudo o que uma instituição faz garantir que sua ação esteja direcionada para objetivos alinhados aos da sociedade (Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Ministério da Transparência & Controladoria-Geral da União, 2018). Já Bovaird e Löffler (2003), compreendem a governança pública como um processo pelo qual ocorrem as interações dos *stakeholders* com o objetivo de influenciar os resultados das políticas públicas.

Levando em consideração a relevância da governança para o alcance dos ODS, destaca-se princípios de governança, abordados por diversos autores, em diversas configurações, que se demonstram essenciais na implementação da Agenda 2030. O World Bank (2007) aborda, por exemplo, os princípios de legitimidade, equidade, responsabilidade, eficiência, probidade, transparência e *accountability*, convergindo também, com os princípios citados por Oliveira e Pisa (2015), sendo eles efetividade, transparência, *accountability*, participação, legalidade, ética e integridade, que conversam com algumas metas dos ODS fazendo parte da Agenda 2030.

No Brasil, várias ações estão sendo desenvolvidas com o intuito de colaborar com o sucesso da execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Um deles é o Guia GPS- Gestão Pública Sustentável atualizado com os ODS do Programa Cidades Sustentáveis, que exibe 12 eixos temáticos com seus correspondentes indicadores visando organizar os ODS para o alcance na gestão municipal. E um dos eixos trata de forma específica a governança abordando indicadores como acessibilidade nos espaços públicos, acesso à justiça, acessos negados no sistema de informação ao cidadão, conferências municipais, conselhos municipais,

dados em formato aberto, espaços de participação deliberativos e audiências públicas na cidade, funcionários públicos investigados por corrupção, funcionários públicos que sofreram ação administrativa, indivíduos que utilizaram o governo eletrônico, Lei de acesso à informação regulamentada, mecanismos de democracia direta, mulheres em cargos gerenciais no governo do município, mulheres no comando das secretarias do governo municipal, negros em cargos gerenciais no governo do município, orçamento executado decidido de forma participativa, Órgãos de controle e combate à corrupção, ouvidoria.

Além dos indicadores citados anteriormente, o Guia GPS- Gestão Pública Sustentável ainda aborda paridade de gênero nos conselhos municipais, participação de adolescentes e jovens em instâncias deliberativas, pedidos respondidos no sistema de informação ao cidadão, pessoas com deficiência empregadas no governo do município, políticas públicas regionalizadas, portal da transparência, presença de vereadoras na câmara municipal, processos municipais por corrupção, programa de metas, recursos e reclamações registrados no sistema de informação ao cidadão, sistemas de controle e combate à corrupção, sistemas inteligentes e transparentes de contratação e licitação, usuários de internet por tipos de serviço do governo eletrônico (Programas Cidades Sustentáveis [PCS] & Núcleo de Estudos do Futuro [NEF], 2017, p. 17).

Nas últimas décadas, a gestão municipal vem tornando-se um assunto central na elaboração e na execução das políticas públicas brasileiras e com o aumento do papel dos municípios introduziu o processo de descentralização brasileira que possibilitou aos municípios ter acesso a maior quantia de recursos públicos ampliando assim, sua influência direta em campos que antes eram de responsabilidade do governo estadual ou federal (Velo, Monasterio; Vieira & Miranda, 2011). Nesse contexto, é necessário pensar na gestão municipal como um caminho em busca de um mundo próspero e sustentável para que se possa aprimorar a efetividade, a eficiência e a eficácia das políticas públicas brasileiras principalmente no âmbito de construção de cidades mais sustentáveis.

Além da descentralização pública, outros fatores decorrentes da redefinição do papel dos municípios contribuíram com o aumento do comprometimento e responsabilidade na formulação de políticas públicas, visando melhorar a prestação dos serviços públicos como a universalização dos direitos da cidadania e a instituição da seguridade social, baseado nos princípios da eficiência, eficácia, transparência e responsabilização dos governantes perante seus cidadãos (Velo, Monasterio, Vieira & Miranda, 2011).

Com o advento do Decreto nº 8.892 de 27 de outubro de 2016, foi criada a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com a finalidade de internalizar,

difundir, dar transparência e definir a melhor estratégia a ser implementada para a nova governança da Agenda 2030 no Brasil, pois, Governo Federal entende a relevância e o compromisso que ODS têm para a construção de um país justo, desenvolvido e sustentável (Secretaria de Governo da Presidência da República, [SEGOV], 2019).

Partindo do pressuposto que o ano de 2023 representa a metade da jornada até o prazo final para atingir os objetivos da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e diante dos obstáculos causados pela pandemia, crises e problemas globais e faltando apenas 6 anos para alcançar a Agenda 2030, os objetivos ainda representam desafios no contexto de uma implementação bem-sucedida. Dessa forma, a sua execução requer um conjunto estruturado e coerente de políticas e ações que alinhado com um modelo de governança possa construir um mundo mais justo, próspero e sustentável.

Através da abordagem teórica e bibliográfica é possível visualizar no levantamento bibliométrico na base de dados *Scopus* e *Web of Science* estudos como o de Morita, Okitasari, & Masuda, (2019) e Dale, Vella & Potts (2013) que abordam sistemas de governança, objetivando esclarecer os papéis e responsabilidades dos atores que participam da governança dos ODS, avaliando as características existentes e os desafios para melhorar o seu desempenho. Além disso, o trabalho de Santos & Ribeiro, 2015 que apresenta indicadores de governança local, Sianes et al., 2022 relata os impactos dos objetivos do desenvolvimento sustentável o de Stafford-Smith et al., 2017 que trata da importância da integração para implementar e alcançar os objetivos investigando de forma mais específica o objetivo 17. Ambos os estudos apresentaram base sólida para estruturação da governança municipal levando em consideração o monitoramento dos ODS em municípios.

Como os objetivos abordam problemas de desenvolvimentos enfrentados por pessoas no Brasil que requerem decisões e atitudes conscientes e responsáveis para o bem comum de todos os envolvidos, um modelo de governança é essencial para implementação e alcance dos ODS, por envolver interações entre os diversos setores, negociações, parcerias, participação dos indivíduos na tomada de decisão, a fim de proporcionar uma gestão participativa, democrática, inclusiva e sustentável. Levando em consideração a relevância da governança para o desenvolvimento sustentável de um país e partindo da tradução da implementação dos objetivos em âmbito global, nacional e posteriormente, adaptação ao contexto local em busca de um desenvolvimento próspero e sustentável para as cidades, a pesquisa objetiva explorar o seguinte problema: **Como Estruturar a Governança Municipal, visando o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Municípios?**

Nessa perspectiva, de importância da governança para o alcance da Agenda 2030 exige a necessidade de analisar a governança municipal, objetivando fornecer aos municípios auxílios através da adaptação da ferramenta matricial de análise de sistemas de governança, tomando como base indicadores de governança objetivando avaliar e monitorar ações e práticas dos ODS na busca de um desenvolvimento sustentável local. É a partir desse panorama que o trabalho tem como objetivo propor a estruturação de um modelo de Governança Municipal, visando o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Municípios.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

Propor a estruturação de um modelo de Governança Municipal, visando o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Municípios.

1.2.2. Objetivos Específicos

Realizar uma revisão bibliográfica de literatura sobre governança sustentável e ODS, inventariando e mapeando iniciativas desenvolvidas pela literatura internacional.

Investigar indicadores de governança sustentável, baseando-se nos principais eixos temáticos identificados na literatura.

Adaptar um modelo de governança municipal, visando o monitorando dos ODS em municípios, a partir de indicadores que oferecem uma análise das potencialidades e fragilidades da estrutura e contexto local.

1.3 Justificativa de Pesquisa

As discussões sobre a governança surgiram a partir dos anos 1980 e vem ganhando destaque nas instituições públicas e privadas (Peters, 2012). As primeiras manifestações estão situadas na governança corporativa que foi um momento marcado por crises financeiras, falências, escândalos envolvendo as demonstrações contábeis, transformação dos modelos de gestão das empresas e complexidade dos problemas que difunde a busca por boas práticas de governança e a necessidade do termo nos debates, para dar conta desse processo de crescente complexificação (Cavalcante & Pires, 2018).

Diante disso, vários autores e organizações produziram uma ampla gama de definições, ou seja, a expressão vem ganhando designação tanto para o âmbito público como o privado. E no decorrer do seu desenvolvimento é possível fazer uma associação da governança com os ODS que conforme o conceito de Wilde *et al.*, (2009) envolve um conjunto de diferentes atores atuando em distintos segmentos com a finalidade de obter diálogos, interações para gerenciar as temáticas em comuns, ou seja, a governança não envolve apenas os órgãos de governos formalizados, mas também outras entidades que poderiam exercer o papel de co-governança.

Levando em consideração que a própria Agenda 2030 menciona a boa governança como elemento essencial para o desenvolvimento sustentável (Organização Das Nações Unidas, [ONU], 2015). E que outras instituições internacionais tem incentivado o desenvolvimento de sistemas de governanças mais eficazes e bem efetivado argumentando que a mesma é fundamental para atingir as metas de desenvolvimento sustentável (Santos & Ribeiro, 2015). Nesse contexto, é possível relacionar governança e ODS por envolver a colaboração não só do papel do governo, mas a participação dos demais atores e engajamentos das diferentes partes interessadas, necessidade de parcerias público e privado e cooperação da sociedade civil com a finalidade de gerenciar as temáticas em comuns relacionadas aos ODS. A partir desse panorama observa-se a necessidade de gerir a implementando dos ODS inserindo a governança através de um modelo de governança eficaz a nível local e municipal comprometida com a consecução dos ODS.

Diante disso, a principal contribuição teórica do estudo está no entendimento do conceito de governança e ODS com a finalidade de compreender a conexão de relevância da governança com o alcance dos ODS tendo em vista que é possível fazer a conexão da importância da governança com ODS.

Tem como implicação prática de melhoria o monitoramento dos ODS a nível local e municipal através do fornecimento de um modelo de governança que visa propiciar auxílios no aperfeiçoamento da aplicação e aceleração dos objetivos da Agenda 2030 em busca de um mundo próspero e sustentável. Além de fornecer subsídios aos gestores municipais na tomada de decisão, orientação e melhoria das políticas públicas e desenvolvimento de ações e estratégias na esfera municipal em busca de uma implementação bem-sucedida.

1.4. Modalidade da Dissertação

Essa dissertação adotou como modelo a modalidade de artigo, conforme previsto no regulamento (Art. 1º, Portaria Normativa CPPGA/UFCG Nº 03/2023) do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Campina Grande (PPGA/UFCG),

que está dividido em 3 capítulos: O primeiro abordou revisão bibliográfica de literatura sobre governança sustentável e ODS, inventariando e mapeando iniciativas desenvolvidas pela literatura internacional, a partir de uma pesquisa bibliométrica utilizando o software *Biblioshiny: the shiny app for bibliometix* a fim investigar os trabalhos publicados na base de dados da *Scopus* e *Web of Science* analisando de forma específica as publicações que abordassem a avaliação da governança no âmbito dos ODS, assim como, publicações que tratassem da verificação da governança global, municipal, pública, ambiental e local visando colaborar para a estruturação do modelo de governança municipal, visando o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no âmbito nacional, a partir de um conjunto de indicadores.

O segundo artigo, objetivou investigar indicadores de governança sustentável alinhado aos ODS, baseando-se nos principais eixos temáticos identificados na literatura, a pesquisa trata de um modelo de indicadores selecionados a partir revisão bibliométrica do mapa temático com vista a auxiliar na avaliação da governança e alcance dos ODS direcionada para o âmbito municipal, visando um aprimoramento da mesma alinhada com a Agenda 2030.

Por fim, o terceiro artigo, tem como objetivo adaptar um modelo de governança municipal, visando o monitorando dos ODS em municípios, a partir de indicadores que oferecem uma análise das potencialidades e fragilidades da estrutura e contexto local. No presente estudo, foi realizado uma adaptação do modelo para a escala municipal, bem como, foram incorporadas novas questões para contemplar a amplitude que a temática governança representa atualmente, incluindo temáticas básicas, motores, nichos e emergente, identificadas no estudo de Custódio & Martins (2023). Portanto, foi realizado uma análise dos descritores referente as características estruturais e funcionais e realizada a adaptação no modelo, a fim de melhor identificar as potencialidades e fragilidades do sistema. A partir dessa análise, foi selecionado os indicadores de governança alinhado com os ODS, proposto por Custódio & Martins (2024) com o intuito de acelerar o cumprimento dos objetivos, pois o sistema (características estruturais e funcionais) propõe a incorporação dos ODS na estrutura e função do sistema e os indicadores permite monitoramento ao longo dos anos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nas subseções a seguir serão abordados os seguintes conceitos: Desenvolvimento Sustentável, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Governança.

2.1. Desenvolvimento Sustentável e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) ocorreu em 24 de outubro de 1945, na cidade de São Francisco, EUA, como consequência das conferências de paz ocorridas no final da Segunda Guerra Mundial, pois, o nível de destruição da guerra foi enorme nos países mais importantes do mundo, milhares de pessoas foram mortas, ficando uma sensação disseminada de que era imprescindível alcançar uma forma de manter a paz no mundo. Assim, a ideia era impedir que um acontecimento como esse voltasse acontecer, uma vez que, ele foi tão devastador para toda humanidade e era necessário que esse fato, fosse evitado por todas as nações (Alves, 2015)

As consequências de destruição da guerra foram devastadoras e afetou milhares de pessoas, diante disso, era necessário obter uma forma de selar a paz no mundo. Como resultado desses acontecimentos, a ONU foi criada e inicialmente assinaram a Carta das Nações Unidas com 50 países membros, e até 2011, a ONU era composta por 51 nações, porém, atualmente conta com 193 países e, tem sua sede em Nova York nos Estados Unidos da América (EUA) (Alves, 2015).

Tomando como base esse processo, em 1987 foi criada pela Assembleia Geral da ONU, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) que nomeou o documento *Relatório de Brundtland* o popularmente conhecido conceito de desenvolvimento sustentável. Partindo desse ponto de vista, o trabalho emergido dessa comissão em 1987, foi o documento *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum) ou, como é bastante conhecido, *Relatório Brundtland*, que expôs um novo panorama sobre o desenvolvimento, definindo-o como o processo que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (United Nations, 1987).

A partir desse panorama que o conceito de desenvolvimento sustentável passa a ficar renomado no mundo trazendo problemas ambientais, sociais e desafios globais refletidos das consequências das transformações homem e natureza que traz à tona a necessidade de uma nova conexão do ser humano com o meio ambiente em busca de um mundo próspero e sustentável.

Os desafios advindos do documento enfatizaram crises ambientais como problemas relacionados ao aquecimento global, destruição da camada de ozônio, crise de desenvolvimento, crise social com desafios associado a pobreza, fome, desigualdades sociais expressando a preocupação com a aceleração das mudanças está excedendo o conhecimento das disciplinas científicas e de nossas habilidades de avaliar e sugerir soluções em períodos de crise (United Nations, 1987).

As discussões e debates sobre Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Cúpula da Terra, que aconteceu no Rio de Janeiro em 1992, abordou vários acordos ambientais importantes, incluindo a construção da Agenda 21, um plano de ação global sobre o desenvolvimento no século vindouro. A agenda foi dividida em 40 capítulos, apresentando planos em quatro eixos: a) áreas social e econômica (combate à pobreza, mudança dos padrões de consumo, proteção da saúde humana, etc.); b) conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento (proteção da atmosfera, manejo da biotecnologia, proteção dos recursos hídricos, etc.); c) fortalecimento do papel de potenciais agentes da transição para uma trajetória sustentável (ação mundial pelas mulheres, encorajamento das populações indígenas, das autoridades locais, dos trabalhadores e sindicatos, etc.); e d) meios de implementação (financiamento, atuação de entidades governamentais e não-governamentais, etc.) (United Nations Conference On Environment & Development, 1992).

Em 2000, durante a Cúpula do Milênio, a ONU lançava os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com apoio de 191 nações, incluindo o Brasil, propondo o alcance de suas metas até o ano de 2015, objetivando o desenvolvimento de um mundo melhor. São eles: 1 - Acabar com a fome e a miséria; 2 - Oferecer educação básica de qualidade para todos; 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4 - Reduzir a mortalidade infantil; 5 - Melhorar a saúde das gestantes; 6 - Combater a Aids, a malária e outras doenças; 7 - Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e por fim, 8 - Estabelecer parcerias para o desenvolvimento objetivando despertar consciência e responsabilidade com relação aos problemas globais (Objetivos De Desenvolvimento Do Milênio [ODM], 2000).

Observa-se que o desenvolvimento da Agenda 21 faz referências aos aspectos sociais, ambientais e econômicos, o que leva a uma definição de desenvolvimento sustentável cada vez mais próxima à definição de sustentabilidade. Partindo desse pressuposto, a Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10, realizada em 2002, em Joanesburgo, na África do Sul, as discussões abriram caminho ao dizer que o Desenvolvimento Sustentável tem um sustento formado por três dimensões o econômico, o social e o ambiental e um objetivo fundamental que é a erradicação da pobreza. (RIO+10, 2002 citado por Oliveira Filho, 2004).

Partindo dessa suposição, a conferência Rio+20 denominado “O futuro que queremos”, reconheceu-se a necessidade de incorporar as questões econômicas, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável em todas as esferas e a possível utilidade da descrição de objetivos para a busca de ações focadas e coerentes para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2012). Nesse sentido, o documento avançou e forneceu base e orientações para a construção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): destaca-se que os objetivos de

desenvolvimento sustentável (ODS) são guiados para a ação, concisos e fáceis de entender, em número limitado, ambiciosos, de natureza global, e universalmente aplicáveis a todos os países, tendo em conta as diferentes realidades (Organização Das Nações Unidas [ONU], 2012).

As discussões que foram formalizadas no Rio+20 foram fundamentais e serviram como sustentação para a construção de uma nova agenda de desenvolvimento embasada na ideia de governança por meio de objetivos não vinculantes intitulada “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 das Nações Unidas”, que retrata a incorporação do conceito pluridimensional de desenvolvimento nos instrumentos da ONU, e pretende atingir sucesso por meio de um arranjo de governança multiatores e multinível (Laval & Olsson, 2019).

Em setembro de 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) adotou a Agenda 2030 para o desenvolvimento com 17 objetivos e 169 metas objetivando incentivar as políticas públicas e inspirar os atores sociais a promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram produzidos e ampliados no escopo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) adotados em 2000 (Organização Das Nações Unidas [ONU], 2015).

Nesse contexto, os objetivos apresentam uma série de problemas e desafios globais envolvendo questões sociais, ambientais e tecnológicas, desde a redução da pobreza, boa saúde, inovação industrial, educação de qualidade e igualdade de gênero, até o uso sustentável de energia e água potável que requer dos governantes decisões públicas e ações conscientes e responsáveis para o bem comum de todos os envolvidos objetivando uma implementação e alcance dos ODS de forma sucedida em busca de um desenvolvimento sustentável.

Partindo dessa perspectiva, os objetivos dos documentos são assim anunciados: “Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” (Objetivo 1); “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” (Objetivo 2); “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades” (Objetivo 3); “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (Objetivo 4); “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (Objetivo 5); “Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos” (Objetivo 6); “Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos” (Objetivo 7); “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos” (Objetivo 8); “Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a

inovação” (Objetivo 9); e “Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles” (Objetivo 10).

Ainda: “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (Objetivo 11); “Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis” (Objetivo 12); “Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos” (Objetivo 13); “Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável” (Objetivo 14); “Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade” (Objetivo 15); “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (Objetivo 16); e “Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável” (Objetivo 17) (Organização Das Nações Unidas, 2015, p.15).

A partir da premissa proposta na Agenda 2030, elencou-se 17 objetivos e 169 metas que devem ser alcançados até 2030, conforme pode ser constatado na figura 1 abaixo, referente aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Desta forma, observa-se que é crucial políticas públicas com a participação dos vários setores da sociedade, parcerias públicas e privadas e meios de implantação a fim alcançar sua implementação localmente e melhorar a vida das pessoas no presente e no futuro.

Figura 1

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS



Fonte: (Organização Das Nações Unidas, [ONU], 2015)

Nota-se, que a Agenda 2030 é, portanto, uma decisão delineadora para colocar o mundo em um caminho sustentável que inclua toda a humanidade, em particular os mais vulneráveis. Assim, é crucial o entendimento de que o planeta, pessoas, prosperidade, paz e parceria são temas interligados e intrínsecos entre si, tornando-se essencial para o desenvolvimento sustentável a fim de erradicar os problemas socioambientais.

Uma vez que os ODS envolvem de forma integrada as dimensões ambientais, sociais e econômicas consequentemente exigem soluções integradas e uma ampla perspectiva de sistemas para fins de cumprimento. Observa-se que atingir os ODS não é uma tarefa fácil e um dos caminhos para alcançá-los é integrar à gestão geral, bem como ao trabalho e aos procedimentos diários através de uma abordagem intersetorial, onde a colaboração dos diferentes atores, instituições e setores são fundamentais para implementação que terá impacto na governança local (Gustafsson & Ivner 2017).

Contudo, nota-se que a implementação dos ODS requer uma governança multinível que compreenda a interação entre os diferentes níveis de governo e partes envolvidas, incluindo atores privados e cidadãos no gerenciamento de assuntos em comuns a fim de estimular ações em vários níveis, escalas e setores e própria ONU aborda que a cooperação entre todos os países e partes interessadas é essencial para realizar os ODS (Fenton & Gustafsson, 2017).

Assim, de acordo com a interpretação dos ODS do Centro de Resiliência de Estocolmo, os objetivos sociais são aqueles relacionados à pobreza, alimentação, saúde, educação, igualdade de gênero, energia, comunidades e paz (ou seja, ODS 1, 2, 3, 4, 5, 7, 11 e 16) enquanto os objetivos econômicos são aqueles relacionados ao trabalho, infraestrutura, desigualdades e consumo (ou seja, ODS 8, 9, 10 e 12). A questão ambiental é abordada pelos ODS que se concentram em água potável, mudança climática, vida na terra e vida abaixo da água (ou seja, ODS 6, 13, 14 e 15). (Stockholm Resilience Centre, 2016).

Desse modo, a Agenda é um plano de ação que opera sob a orientação de cinco eixos conhecidos como os 5P's: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias conforme pode ser observado na figura 2 objetivando conduzir o mundo rumo ao desenvolvimento sustentável (Organização Das Nações Unidas, [ONU], 2015).

Figura 2

5P's (Pessoas, Prosperidade, Paz, Parcerias e Planetas)



Fonte: (Organização Das Nações Unidas, [ONU], 2015)

Portanto, agenda aborda tanto a importância do setor estatal com a orientação de políticas públicas quanto a relevância de parcerias com o setor privado para uma possível tradução da Agenda 2030 para o âmbito local, citando também a governança como elemento essencial para o desenvolvimento sustentável e abordando a necessidade de conscientização dos indivíduos por meio decisões e atitudes responsáveis com o meio ambiente objetivando trabalhar de forma integrada e conjunta os objetivos e metas visando a construção de um país próspero e sustentável. Levando em consideração a importância da governança para a implementação da Agenda 2030 carece analisar as concepções e reflexões do seu surgimento.

2.2. Governança

Numa perspectiva histórica, as discussões e a explosão dos estudos acadêmicos tratando de assuntos correlatos a governança iniciaram no século XX e vem ganhando destaque nas instituições públicas e privadas. Nesse contexto, de difusão, a emergência e o crescente uso do conceito são tributárias de acontecimentos e processos de transformação em diferentes tipos de organização, onde são apresentados sentidos próprios ao conceito de governança (Peters, 2012).

Levando em consideração que a palavra governança emergiu ganhando diversas variações para as instituições públicas ou privadas, as primeiras manifestações da expressão estão situadas na governança corporativa que ganhou visibilidade nos debates políticos, entre acadêmicos e praticantes a partir dos anos 1980, no começo da década de 90, foi um momento marcado por crises financeiras, falências, escândalos envolvendo as demonstrações contábeis, transformação dos modelos de gestão das empresas e complexidade dos problemas que difunde a busca por boas práticas de governança e a necessidade do termo nos debates, para dar conta desse processo de crescente complexificação (Cavalcante & Pires, 2018).

Embora o conceito de governança seja amplamente difundido e discutido entre formuladores de políticas e acadêmicos, ainda não há um acordo em torno de uma única definição de governança ou qualidade institucional. Vários autores e organizações produziram uma ampla gama de definições Cavalcante e Pires (2018) aborda a governança associada à promoção de novas formas de coordenação e articulação governamental, com ênfase no fortalecimento das capacidades estatais.

Uma definição mais ampla de governança abrange a totalidade das diversas formas pelas quais sociedades e instituições públicas e privada administram seus assuntos em comuns, ou seja, inclui diversos setores como organizações não governamentais (ONGs), movimentos civis, empresas multinacionais e mercados de capitais globais (*Commission On Global Governance*, 1996).

Um dos conceitos de governança mais difundidos e utilizados é o de Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (2010) que define governança como as tradições e instituições pelas quais a autoridade em um país é exercido. Isso engloba o modo pelo qual os governos são selecionados, monitorados e substituído; capacidade de formular e implementar políticas sólidas; e o respeito dos cidadãos e do estado às instituições que gerenciam suas interações sociais e econômicas.

Tomando como base esses conceitos, nota-se que a governança envolve não apenas os órgãos de governo formalizados para tomada de decisão, mas também outras entidades que poderiam realizar o papel de co-governança (Czpetil, 2020). Santos (1997) afirma que a governança envolve padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que estruturam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico, incluindo além dos partidos políticos e grupos de pressão as redes informais, hierarquias e associações de diversos tipos.

Partindo da concepção de governança, é possível realizar a conexão da sua relevância com o alcance dos ODS. Conforme Wilde *et al.*, (2009) a governança é o resultado de diálogo, relacionamentos e redes entre os distintos setores (governo, setor público, setor privado e

sociedade civil) abrange decisões, negociações e diferentes relações de poder entre os elementos interessados com o propósito de definir quem recebe o quê, quando e como.

A governança é considerada uma ferramenta de direção essencial e indispensável para o desenvolvimento sustentável (Van Zeijl-Rozema et al., 2008). De acordo com a definição de Bevir (2011), a governança abrange uma pluralidade de atores públicos e privados, práticas híbridas (sistemas administrativos e estratégias quase de mercado) e é considerada multijurística, ou seja, abrangendo diferentes instituições, setores e níveis de governo.

Nesse contexto, a governança é importante para o atingimento dos objetivos, pois envolve diálogos, interações, relacionamentos entre os diversos segmentos, parcerias entre governo, cidadãos, participação na tomada de decisão em busca gestão democrática, participativa, transparente, igualitária, próspera e sustentável em prol do bem comum de todos os envolvidos.

É relevante destacar no relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de (2002), que a melhor forma de conseguir o desenvolvimento de maneira consistente, demanda a criação de modelos forte e aprofundados de governança democrática, como a comunicação de todos os níveis da sociedade, pois entende-se que a democracia é o único regime político que garante as liberdades políticas e cívicas e o direito de participar. Constata-se no documento a importante procura de um consenso por intermédio de mecanismo de governança para atingir soluções, políticas públicas eficazes, ações estratégicas e a instituição de agendas (Programa Das Nações Unidas Para o Desenvolvimento [PNUD], 2002).

Partindo desse pressuposto, nota-se que a governança opera num plano mais amplo que é importante para o atingimento dos ODS, e a própria Agenda 2030 cita a boa governança como elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável e enfatiza a necessidade de uma parceira global revitalizada, que trabalhe em um contexto de solidariedade global, em particular a assistência com os mais pobres e com as pessoas em situação vulnerável e faz destaque também ao setor privado desde as pequenas corporações e cooperativas até as multinacionais, a sociedade civil e outros atores a fim de administrar os assuntos em comuns em prol do bem comum de todos e a construção de um país próspero (Organização Das Nações Unidas [ONU], 2015).

No entanto, diante das transformações da sustentabilidade e dos problemas e desafios enfrentados por pessoas no Brasil é essencial um modelo de indicadores de governança para o alcance dos objetivos partindo de forma específica da tradução da implementação dos ODS em âmbito global, nacional e posteriormente adaptação ao contexto local em busca de um

desenvolvimento próspero e sustentável para as cidades que encaram enormes dificuldades de ordem social e ambiental.

Portanto, para cumprimento e efetivação dessa implementação é importante examinar e mensurar a qualidade da governança no sentido de alcance dos ODS, visando aprimoramento do processo com um modelo de indicadores a fim de auxiliar os gestores na tomada de decisão. De acordo com Gomes, Albernaz, Nascimento, & Torres, (2016) a boa governança das políticas públicas presume a existência de um conjunto apropriado de indicadores, nomeado em função de suas propriedades, para guiar a gestão e assegurar a transparência acerca das tendências e resultados da ação governamental tendo em vista, a consecução dos ODS.

Levando em consideração, a relação de governança e implementação dos ODS um modelo de governança que avalie e mensure a sua qualidade e ações destinados ao alcance dos ODS é primordial. Conforme Gomes, Albernaz, Nascimento, & Torres, (2016) a criação de estratégia nacional para satisfação de resultados tão complexos, transversais e abrangentes, como os previstos no cenário dos ODS, exige o estabelecimento de melhores práticas de governança e de inovação da gestão pública.

3. METODOLOGIA

O trabalho quanto a abordagem, se caracteriza como de natureza mista, uma abordagem em que o pesquisador mistura ou combina técnicas, métodos, conceitos de pesquisa quantitativa e qualitativa em um único estudo, pois a interação entre as duas abordagens fornece melhores possibilidade analíticas (Creswell & Plano Clark 2011). Partindo desse pressuposto, a abordagem qualitativa permite o pesquisador como um instrumento fundamental da pesquisa estudar os fatos da vida real pelas pessoas que os vivenciam analisando o contexto daquela vivência. E por meio da análise e investigação dos indicadores de governança para a consecução dos ODS contribuir com revelações e conclusões a partir de variadas experiências, anotações e observações individuais que auxiliam explicar aquele fenômeno (Yin, 2016). E de abordagem quantitativa que segundo Creswell (2010) é responsável por testar teorias objetivas, investigando a relação entre as variáveis que podem ser medidas através de instrumentos, para que os dados numéricos possam ser analisados por procedimentos estatísticos.

O estudo, quanto aos seus objetivos, pode ser classificado como exploratório e descritivo. As pesquisas descritivas visam expor as características do setor pesquisado, no caso, as especificidades da governança e implementação dos ODS. E exploratória possuem o objetivo de facilitar a familiaridade com o problema proposto, com vistas a torná-lo mais

explícito ou a constituir hipóteses, por meio de levantamentos bibliográficos, entrevistas ou análises de exemplos que incentivem a compreensão da governança a fim de ter um maior conhecimento da realidade estudada e as variáveis que a compõe. Ainda é classificado como bibliográfico, pois envolve um levantamento de indicadores através de artigos e livros científicos, com a finalidade de possibilitar uma proximidade e apropriação conceitual com o assunto a ser investigado (Gil, 2010).

E por fim, ainda é caracterizada como uma pesquisa documental que retrata uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, oferecendo resultados importantes no estudo de alguns temas, pois contém uma rica fonte de dados tais como tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, relatórios de empresas. Sendo possível analisar através dos documentos e relatórios como está o alcance dos ODS (Godoy, 1995).

O presente estudo foi realizado na modalidade 3 artigos que está dividido em 3 capítulos como pode ser observado no quadro 1: O primeiro abordou revisão bibliográfica de literatura sobre governança sustentável e ODS, inventariando e mapeando iniciativas desenvolvidas pela literatura internacional, a partir de uma pesquisa bibliométrica utilizando o software *Biblioshiny: the shiy app for bibliometix* de abordagem quantitativa e estatística. Essa abordagem segundo Creswell (2010) é responsável por testar teorias objetivas, investigando a relação entre as variáveis que podem ser medidas através de instrumentos, para que os dados numéricos possam ser analisados por procedimentos estatísticos. Quanto aos seus objetivos foi classificada como descritiva pois visa descrever as características do setor pesquisado, mais especificamente a avaliação da governança no contexto dos ODS. Quanto às técnicas de pesquisa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica através da consulta em bases de estudos internacionais como a *Web of Science* e *Scopus* nas quais foi encontrada a literatura científica sobre o tema de pesquisa através da seleção no software da opção artigos científicos.

O segundo artigo, trata de uma investigação de indicadores de governança municipal alinhado aos ODS, com base no levantamento teórico e bibliográfico de abordagem qualitativa. Essa abordagem segundo Creswell (2010) é uma técnica que permite que o pesquisador por meio da análise e investigação dos indicadores de avaliação da governança para a implementação dos ODS chegue a determinadas conclusões a partir de variadas experiências individuais. De natureza aplicada, ao selecionar de indicadores de governança. E por fim, é caracterizada como uma pesquisa descritiva, exploratória e bibliográfica.

O terceiro artigo, terá como objetivo adaptar um modelo de governança municipal, visando o monitorando dos ODS em municípios, a partir de indicadores que oferecem uma análise das potencialidades e fragilidades da estrutura e contexto local. Para a adaptação do

sistema de governança para os ODS alguns estudos foram fundamentais para sua estruturação: Análise de sistemas de governança nacional e local para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável: Estudo de caso do Japão e da Indonésia de Morita, Okitasari, & Masuda, (2019) que analisa diferentes estruturas de sistemas de governança para alcançar os ODS em nível nacional e vários desafios para melhorar seu desempenho, usando uma nova ferramenta matricial para avaliar sistemas de governança para os ODS e o trabalho de Dale, Vella & Potts (2013) que desenvolve uma estrutura para análise de sistemas de governança. Ambos, os estudos apresentam base teórica e prática para realizar modificação da estrutura do sistema de governança para os ODS. Além disso, o estudo de Custódio & Martins (2024) apresentam indicadores de governança para sustentabilidade que foram essenciais para modificação da estrutura.

De acordo com Morita, Okitasari, & Masuda, (2019) a ferramenta matriz tem potencial para ser aplicável a sistemas de governança para vários temas ambientais, sociais e econômicos, e também sistemas de governança que estão em estágios iniciais de desenvolvimento, como sistemas de governança para os ODS. São baseados em cinco componentes estruturais principais: (1) definição de visão e objetivo (estabelecimento de visões/objetivos de nível superior), (2) pesquisa e avaliação (análise para sustentar a tomada de decisão), (3) desenvolvimento de estratégia (determinar as melhores estratégias para garantir visões e objetivos estratégicos, incluindo um mix de soluções apropriado), (4) implementação (implementação e entrega de estratégias mais amplas) e (5) monitoramento, avaliação e revisão (monitoramento, avaliação e revisão da implementação contra a visão e os objetivos originais). Além disso, inclui três funções-chave em todos os cinco componentes estruturais: (1) capacidade de tomada de decisão, (2) conectividade e (3) uso do conhecimento.

Nesse contexto, para aprimorar a ferramenta, é necessária discussão sobre os possíveis indicadores necessários para avaliar os efeitos reais que os sistemas de governança produzem e contribuem para alcançar os ODS e conseqüentemente formas de desenvolver ferramentas mais práticas que permitam avaliar com mais facilidade os sistemas de governança de outros países, estados e municípios (Morita, Okitasari, & Masuda, 2019). Partindo desse pressuposto, foi selecionado os indicadores de governança alinhado com os ODS, proposto por Custódio & Martins (2024) com o intuito de acelerar o cumprimento dos objetivos, pois o sistema (características estruturais e funcionais) propõe a incorporação dos ODS na estrutura e função do sistema e os indicadores permite monitoramento ao longo dos anos.

Levando em consideração a relevância da governança para implementação dos ODS observa-se que o modelo de indicadores de governança juntamente com a adaptação da

ferramenta matricial visa propiciar um sistema de governança no sentido de implementação dos ODS mais eficaz para realidade local avaliando assim, sua estrutura e função a nível municipal e local objetivando melhorar o cumprimento desses sistemas, contribuindo para auxiliar os gestores na tomada de decisão e aprimorar do desempenho das atividades.

Segue abaixo o quadro 1 que descreve a estrutura do trabalho.

Quadro 1

Estrutura do trabalho

Quadro 1 – Matriz de Amarração						
Problema: Como Estruturar a Governança Municipal, visando o monitoramento dos Objetivos De Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Municípios?						
Objetivo Geral: Propor a estruturação de um modelo de Governança Municipal, visando o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Municípios.	Objetivo Específicos	Base Teórica	Métodos da Pesquisa			Resultados
			Natureza de Pesquisa	Procedimentos de coleta	Procedimentos de Análise	Principais Resultados esperados
	Realizar revisão bibliográfica de literatura sobre governança sustentável e ODS, inventariando e mapeando iniciativas desenvolvidas pela literatura internacional.	Governança e ODS	Abordagem quantitativa, estatística, descritiva e bibliográfica	Bibliometria (<i>Web of Science</i>) e (Scopus)	Utilização do software Biblioshiny: the shiy app for bibliometix	Fica evidente a importância da governança para implementação dos ODS, devido a mesma operar num plano mais amplo.
	Investigar indicadores de governança sustentável, baseando-se nos principais eixos temáticos identificados na literatura.	Governança e ODS; Indicadores de Governança em sintonia com os ODS.	Abordagem qualitativa, descritiva, exploratória e bibliográfica	Levantamento teórico e bibliográfico (<i>Web of Science</i>) e (Scopus)	Revisão sistemática do tipo híbrida que combina o método bibliométrico e a análise de conteúdo	Essa estrutura de indicadores tem a potencialidade de monitorar, fornecer informações que ajude na tomada de decisão, avaliação situacional da gestão e as ações perante o desenvolvimento sustentável.
Adaptar um modelo de governança municipal, visando o monitorando dos ODS em municípios, a partir de indicadores que oferecem uma análise das potencialidades e fragilidades da estrutura e contexto local.	Sistema de Governança para ODS; O caso do Brasil e Agenda 2030.	Abordagem qualitativa descritiva, exploratória.	Ferramenta matriz do estudo de MORITA; OKITASARI; MASUDA, (2019)	Coleta de dados secundários e o estudo de Morita; Okitasari; Masuda, (2019); Okitasari et al 2019 e Dale, Vella & Potts (2013)	Os sistemas de governança podem desempenhar um papel fundamental para o cumprimento dos ODS, pois monitoram o progresso de suas ações e medidas em direção a metas da Agenda 2030.	
Fonte: inspirado em Telles (2001)						

CAPÍTULO 1: Governança e Objetivos De Desenvolvimento Sustentável (ODS): Uma Revisão Bibliográfica Da Literatura

RESUMO:

Objetivo: realizar uma revisão bibliográfica de literatura sobre governança sustentável e ODS, inventariando e mapeando iniciativas desenvolvidas pela literatura internacional.

Abordagem teórica: Adotou uma abordagem bibliométrica que permite explorar as nuances existentes em um determinado campo específico ao mesmo tempo em que descobre as áreas emergentes desse tema através do software *Bibliometrix*.

Resultados: Através dessa revisão fica evidente a importância da governança para implementação dos ODS, devido a governança operar num plano mais amplo e envolver a participação das diferentes partes interessadas atuando em distintos segmentos com a finalidade obter diálogos, diferentes relações de poder a fim administrar os assuntos em comuns relacionado ao alcance dos ODS.

Originalidade e Relevância: Destacada a importância da governança para implementação e consolidação da Agenda 2030, verificou-se lacunas que consistem na baixa quantidade de estudos relacionando as duas temáticas. Diante disso, surge a necessidade de mapear iniciativas desenvolvidas pela literatura internacional sobre governança sustentável, ODS e Agenda 2030, como forma de melhor compreender os avanços e desafios atuais que envolvem a temática, de modo que, novas perspectivas de estudos sejam sinalizadas.

Contribuições teóricas e metodológicas: As implicações teóricas estão na discussão do fortalecimento conceitual e empírico sobre essas temáticas e as implicações práticas no desenvolvimento de metodologias futuras voltadas para o monitoramento e análise da governança no sentido de alcance dos ODS que possibilitem dar suporte a consolidação de políticas e ações para o desenvolvimento sustentável, auxiliando os gestores na tomada de decisão e promoção de políticas públicas que devam ser implantadas.

Palavras-chave: ODS. Governança. Governança local. Governança municipal. Desenvolvimento sustentável. Bibliometria.

¹ Larissa Luana Pereira Custódio

Maria de Fátima Martins

Apresentado no XXV ENGEMA – Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, Universidade de São Paulo, nos dias 29 de novembro a 1 de dezembro de 2023.

Artigo Publicado 06/12/2023 Revista Caderno Pedagógico, Qualis Capes 2017-2020 A2.

Governance and Sustainable Development Goals (SDGs): A Bibliographic Review of the Literature

ABSTRACT

Objective: to carry out a bibliographical review of the literature on sustainable governance and SDGs, inventorying and mapping initiatives developed by the international literature.

Theoretical approach: Adopted a bibliometric approach that allows exploring the existing nuances in a certain specific field while discovering the emerging areas of this theme through the Bibliometrix software.

Results: Through this review, the importance of governance for the implementation of the SDGs is evident, because governance operates on a broader level and involves the participation of different stakeholders acting in different segments in order to obtain dialogues, different power relations in order to manage the common issues related to the achievement of the SDGs.

Originality and Relevance: Highlighting the importance of governance for the implementation and consolidation of the 2030 Agenda, gaps were found consisting of the low number of studies relating the two themes. In view of this, there is a need to map initiatives developed by the international literature on sustainable governance, SDGs and the 2030 Agenda, as a way of better understanding the current advances and challenges involving the subject, so that new perspectives for studies are signaled.

Theoretical and methodological contributions: Theoretical implications are in the discussion of the conceptual and empirical strengthening of these themes and the practical implications in the development of future methodologies aimed at monitoring and analyzing governance in order to achieve the SDGs that make it possible to support the consolidation of policies and actions for sustainable development, assisting managers in decision-making and promoting public policies that must be implemented.

Keywords: *SDGs. Governance. Local Governance. Municipal Governance. Sustainable development. Bibliometrics.*

¹ Larissa Luana Pereira Custódio

Maria de Fátima Martins

Presented at the XXV ENGEMA – International Meeting on Business Management and the Environment, University of São Paulo, from November 29th to December 1st, 2023.

Article Published 06/12/2023 Caderno Pedagógico Magazine, Qualis Capes 2017-2020 A2.

1.INTRODUÇÃO

A relação de instabilidade entre o homem e a natureza não permeia apenas a questão da exploração dos recursos naturais visto que outros problemas de ordem social e econômica vão originando-se. Na evolução histórica dessa problemática, um conceito que se consolidou e surgiu de maneira fundamental na busca da preservação da vida humana no planeta, foi o de desenvolvimento sustentável, que segundo a publicação do 59 Relatório *Brundtland* ou *Our Common Future* pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente em 1987, é definido como o desenvolvimento que atenda às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (*World Commission on Environment and Development [WCED]*, 1987).

Nessa perspectiva, discussões que envolvem o conceito de desenvolvimento sustentável vêm tornando-se recorrente na literatura, a fim de introduzir transformações no meio onde estão inseridas, com a finalidade de buscar um equilíbrio, no que tange às dimensões ambientais, sociais e econômicas. De acordo com Elkington (1994), desde a inserção de avaliação de sustentabilidade *Triple Bottom Line*, várias abordagens foram produzidas ao longo do tempo para incorporar os eixos social, econômico e ambiental.

No entanto, observa-se que antes da Revolução Industrial já havia indícios de degradação ambiental, mas a ascensão acontece de maneira contínua após esse movimento pois, aumenta as consequências de ordem antrópica com a intenção de obter os recursos necessários para a produção de bens e serviços para os mais diversos fins, surgindo substâncias e materiais que não existiam na natureza, sendo descartadas de forma irregular (Silva & Crispim, 2011). Além dos problemas ambientais, vão surgindo outros desafios globais como fome, pobreza, desigualdades sociais, econômicas que estão no centro das discussões do plano global da Agenda 2030 e demandam formulações de políticas e medidas mais concretas para um direcionamento rumo ao desenvolvimento sustentável, tanto globalmente quanto localmente.

Nos anos 2000, uma das ações desenvolvidas objetivando o desenvolvimento sustentável do planeta foi a adoção pela ONU e mais 191 nações, dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) para implementação até o ano de 2015. Após o período de 15 anos regido pelos ODM, observou-se a necessidade de uma agenda mais abrangente e começaram a surgir novos objetivos e metas que dariam continuidade ao propósito traçado inicialmente pelos ODM. E em 2015, foi adotada pela ONU e 193 países-membros, a Agenda 2030, que apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas

funcionando como um plano de ação para os próximos 15 anos (Organização Das Nações Unidas [ONU] 2015).

No contexto de evolução do desenvolvimento sustentável nota-se o quanto é importante o alcance dos objetivos e sua adaptação do cenário global para as circunstâncias e prioridade nacional e posteriormente local, observando assim, a necessidade de trabalhar de forma integrada e conjunta as metas e os objetivos para uma implementação bem-sucedida, a fim de orientar as políticas públicas e incentivar os atores sociais fomentar o desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva de integração, surge a necessidade de pensar a governança como aspecto fundamental para os resultados da implementação em todos os âmbitos.

A governança é definida conforme Wilde et al. (2009, p.5 como citado em Czepil, 2020) como o resultado das interações, relacionamentos e redes entre os diversos setores (governo, setor público, setor privado e sociedade civil) e inclui decisões, negociações e diferentes relações de poder entre as partes envolvidas com a finalidade de definir quem recebe o quê, quando e como. Um dos conceitos de governança mais difundidos e utilizados é o de Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (2010) que define governança como as tradições e instituições pelas quais a autoridade em um país é exercido. Isso engloba o modo pelo qual os governos são selecionados, monitorados e substituído; capacidade de formular e implementar políticas sólidas; e o respeito dos cidadãos e do estado às instituições que gerenciam suas interações sociais e econômicas.

Diante disso, a expressão governança passou a estar envolto em uma diversidade de interpretações, que vão desde um significado genérico e descritivo, uma abordagem ou teoria, até uma agenda de pesquisa interdisciplinar, ou seja, as definições de governança passou estar associadas ao tipo de organização em análise; a campos ou atividades; bem como a um modelo particular (Peters, 2012). Dessa forma, é importante destacar, o papel que a governança desempenha na esfera municipal por ser aplicável a todas as questões que diz respeito à cidade e a um futuro sustentável e que deve estar incorporado com todos os setores e indicadores da cidade, ou seja, não abrange apenas o governo e suas ações, mas as interações, responsabilidades e interferências com o ambiente e a sociedade que existem em todas as organizações relacionadas à comunidade, região e área (Santos & Ribeiro, 2015).

Tomando como base essas definições, notam-se que a governança envolve não apenas os órgãos de governo formalizados para tomada de decisão, mas também outras entidades que poderiam realizar o papel de co-governança (Czpetil, 2020). De acordo com Laval e Olsson (2019), a governança pode ser entendida como a totalidade das formas usadas por indivíduos e instituições públicas e privadas para coordenarem questões em comuns.

Partindo das concepções de governança, é possível realizar a conexão da sua relevância com o alcance dos ODS. De acordo com Sachs (2017), levando em consideração que a Agenda 2030 pretende atingir êxito por meio de arranjo de governança, constata-se que os objetivos explanam um novo tipo de governança global equilibrada nas três grandes categorias de desenvolvimento econômico, sustentabilidade ambiental e inclusão social e os três resultados dependerão de uma quarta condição que é boa governança em todos os níveis, local, nacional, regional e global.

Tendo em vista que a Agenda 2030 almeja alcançar resultados significativos através de arranjos de governança, observa-se a necessidade de uma estrutura de governança eficaz a nível local comprometida com a consecução dos objetivos pois, nota-se que a governança é um fator essencial para que os objetivos possam ser cumpridos de forma efetiva e a própria Agenda 2030 menciona a boa governança e o Estado de Direito, assim como um ambiente adequado, inclusivo e sustentado, como fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Nessa busca de estabelecer o vínculo da governança com a implementação dos ODS, deve-se frisar não só o papel do governo, mas sobretudo a importância das parcerias públicas-privadas e a participação cidadã com o intuito de engajar e mobilizar toda a sociedade em geral na busca de uma consecução bem-sucedida na esperança de espalhar paz, prosperidade e direitos humanos em todo o mundo.

Partindo do pressuposto que o ano de 2023 representa a metade da jornada até o prazo final para atingir os objetivos da Agenda 2030 e diante dos problemas e desafios de impactos globais e levando em consideração o papel que a governança desempenha na esfera municipal e, conseqüentemente, no desenvolvimento sustentável das cidades, a pesquisa objetiva explorar o seguinte problema: **Como mapear iniciativas desenvolvidas pela literatura internacional sobre governança sustentável e ODS?**

A pesquisa teve como principal objetivo realizar uma revisão bibliográfica de literatura sobre governança sustentável e ODS, inventariando e mapeando iniciativas desenvolvidas pela literatura internacional. A relevância de promover a investigação sobre governança e ODS contribui para apresentar de que forma as temáticas estão sendo discutidas em nível internacional mapeando conceitos e metodologias difundidos na literatura que poderá colaborar para a evolução da pesquisa, o que justificava a realização deste estudo. Essa análise contribui para, por exemplo, melhorar o desenvolvimento das ações no âmbito municipal auxiliando os gestores na tomada de decisão e promoção de políticas públicas que devam ser implantadas.

Além desta introdução, este trabalho está estruturado em mais três seções: na segunda seção é realizada uma revisão de literatura a respeito da Governança e suas principais

contribuições teóricas e considerações sobre o Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) abordado neste trabalho, na terceira seção é apresentada a metodologia da pesquisa, em seguida são expostos os principais resultados obtidos, e por fim, tem-se as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nas subseções a seguir serão abordados os seguintes conceitos: Governança e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

2.1 Governança

A palavra governança emergiu ganhando diversas variações para as instituições públicas ou privadas. As primeiras manifestações da expressão estão situados na governança corporativa que ganhou visibilidade nos debates políticos, entre acadêmicos e praticantes a partir dos anos 1980, no começo da década de 90, foi um momento marcado por crises financeiras, falências, escândalos envolvendo as demonstrações contábeis, transformação dos modelos de gestão das empresas e complexidade dos problemas que difunde a busca por boas práticas de governança e a necessidade do termo nos debates, para dar conta desse processo de crescente complexificação (Cavalcante & Pires, 2018).

Embora o conceito de governança seja amplamente difundido e discutido entre formuladores de políticas e acadêmicos, ainda não há um acordo em torno de uma única definição de governança ou qualidade institucional. Vários autores e organizações produziram uma ampla gama de definições Cavalcante e Pires (2018) aborda a governança associada à promoção de novas formas de coordenação e articulação governamental, com ênfase no fortalecimento das capacidades estatais. De acordo com a *Commission on Global Governance*, (1996), um conceito mais amplo de governança abrange, conseqüentemente, organizações não governamentais (ONGs), movimentos civis, empresas multinacionais e mercados de capitais globais. Assim, pode-se definir como uma somatória das diversas formas pelas quais sociedades e organizações, públicas e privadas, gerenciam suas temáticas em comuns.

Tomando como base a definição de Oliveira e Pisa (2015), a governança enfoca a capacidade de o estado implementar as políticas necessárias para o alcance dos objetivos comuns e pressupõe o aperfeiçoamento dos meios de interlocução com a sociedade, ao passo que sejam promovidas ações que garantam a maior atuação do cidadão e responsabilização dos agentes públicos. Já Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (2010) define como as tradições e instituições pelas quais a autoridade em um país é exercido. Isso engloba o processo pelo qual

os governos são selecionados, monitorados e substituídos; além da capacidade formular e implementar políticas sólidas; e o respeito dos cidadãos e do estado pelas instituições que regem as interações.

A partir desse panorama, observa-se que o avanço dos conceitos de governança traz a democracia, participação cidadã como um mecanismo de ação capaz de produzir diálogo entre os países e a sociedade na busca de soluções e políticas públicas eficazes, ou seja, além da participação dos estados, por meio de novos atores, instituições públicas, privadas, agentes não estatais a fim gerenciar os assuntos em comuns e alcançar um desenvolvimento sustentável.

Partindo da importância da governança para o desenvolvimento sustentável, nota-se que uma estrutura governança para implementação dos ODS é essencial para os países, com objetivos comuns de transparência, avanços, comprometimento a fim de alcançar soluções, políticas públicas, ações estratégicas na busca de um país próspero, inclusivo e sustentável visando transformar o mundo para melhor em 2030. Nesse contexto, verifica-se que a governança opera num plano mais amplo que é importante para o atingimento dos objetivos pois, envolve um conjunto de atores de diferentes setores atuando em distintos níveis com a finalidade de obter interações, diálogos, negociações, diferentes relações de poder com vista, a administrar seus assuntos em comuns e solucionar os problemas e desafios coletivos de caráter global gerados pela contemporaneidade.

2.2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Em setembro de 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) se reuniu em Nova York e se comprometeram com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem alcançados até 2030 objetivando incentivar as políticas públicas e inspirar os atores sociais a promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo foram criados e ampliados no escopo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (ONU, 2015).

A Agenda 2030 ao eleger os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas propostas, visa a 'transformação do nosso mundo' para um futuro mais justo e pacífico que deve ser iniciado, atuando sob a orientação de cinco princípios, formalmente conhecidos como os '5 Ps': pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias objetivando levar o mundo rumo ao desenvolvimento sustentável (ONU, 2015). Envolve ações integradas e indivisíveis, que incorporam, de maneira equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Observa-se que os objetivos apresentam um conjunto de problemas e desafios globais envolvendo questões sociais, ambientais, econômicas e tecnológicas, desde a redução da pobreza, boa saúde, inovação industrial, educação de qualidade, até o uso sustentável de energia e água potável que requer dos governantes decisões públicas e ações conscientes e responsáveis para o bem comum de todos os envolvidos objetivando uma implementação e alcance dos objetivos de forma sucedida em busca de um desenvolvimento sustentável.

Diante disso, torna-se relevante destacar que a Agenda 2030 requer a necessidade de uma parceira global revitalizada, que trabalhe em um contexto de solidariedade global, em particular a assistência com os mais pobres e com as pessoas em situação vulnerável e faz destaque também ao setor privado desde as pequenas corporações e cooperativas até as multinacionais, a sociedade civil e outros atores com a finalidade de gerenciar os assuntos em prol do bem comum de todos e a construção de um país sustentável (Organização Das Nações Unidas [ONU], 2015), evidenciando a necessidade de se estabelecer uma estrutura de governança, partindo de forma específica da tradução da implementação dos objetivos em âmbito global, nacional e, posteriormente, adaptação ao contexto local em busca de um desenvolvimento próspero e sustentável para as cidades que encaram grandes dificuldades de ordem social, ambiental e econômica.

Tendo em vista a relevância da governança para o desenvolvimento humano e os ODS carece realizar uma revisão bibliográfica de literatura sobre governança sustentável e ODS, inventariando e mapeando iniciativas desenvolvidas pela literatura internacional com a finalidade de mapear as pesquisas referente às temáticas e identificar como estão os mecanismos de efetivação e desafios enfrentados no âmbito global que reflete consequências de adaptação no cenário local.

3. METODOLOGIA

3.1 Escolha de palavras-chave e filtros (coleta de dados)

Como o estudo buscou levantamento bibliométrico sobre temáticas específicas, a técnica de pesquisa foi a pesquisa bibliográfica, através da consulta em bases de dados internacionais, como a *Web of Science* e *Scopus* que foram escolhidas conter uma ampla quantidade de publicação em relação ao tema abordado com a finalidade de gerar um maior aprofundamento e conhecimento dos assuntos.

Inicialmente foi realizada a escolha das palavras-chave para inserção e busca nas bases de dados escolhidas. Como o objetivo foi realizar uma revisão bibliográfica de literatura sobre governança sustentável e ODS, inventariando e mapeando iniciativas desenvolvidas pela literatura internacional foram selecionadas as respectivas palavras-chave com os seguintes operadores booleanos (*OR e AND*).

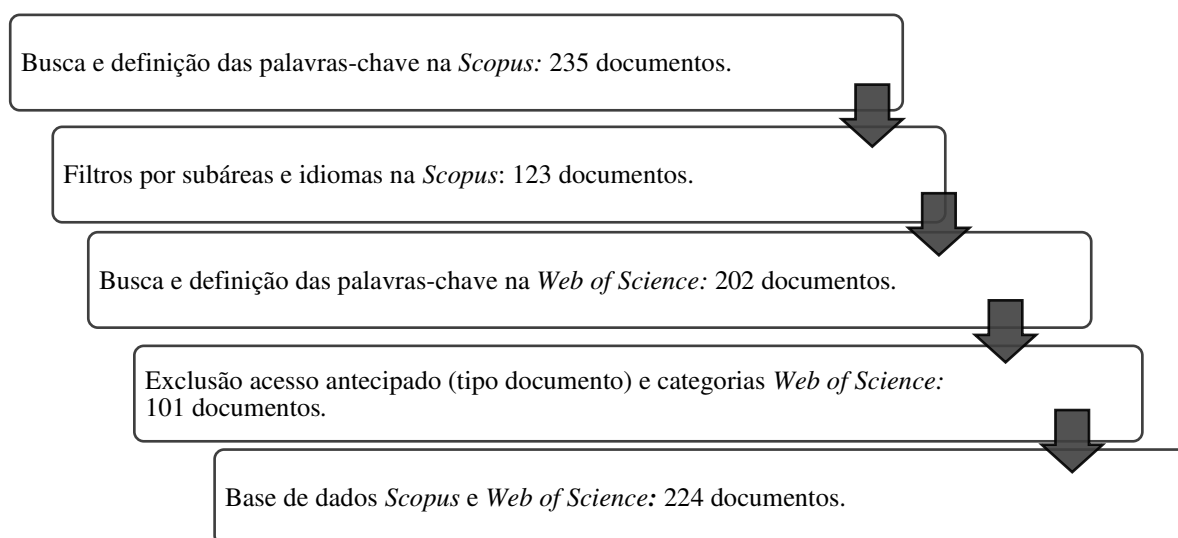
Na base da *Scopus* foram elencadas as palavras-chave *TITLE-ABS-KEY ("municipal governance" OR "public governance" OR "local governance" OR "global governance" OR "environmental governance") AND TITLE-ABS ("sustainable development goals")*. Essa busca inicial realizada em dezembro de 2022 resultou em 235 publicações que foram filtradas pelas seguintes subáreas: *Social Sciences; Environmental Science; Business, Management and Accounting; Arts and Humanities; Engineering; Earth and Planetary Sciences; Decision Sciences; Agricultural and Biological Sciences; Multidisciplinary*. que resultou em 124 documentos. E por fim, foram selecionados os idiomas *English, Portuguese e Spanish* resultando em 123 publicações.

Na base da *Web of Science* foram selecionadas as mesmas palavras-chave (*TS=("municipal governance" OR "public governance" OR "local governance" OR "global governance" OR "environmental governance") AND TS=("sustainable development goals")*). Essa busca inicial feita em dezembro de 2022 resultou em 202 publicações que foram incluídos artigos de revisão, acesso aberto e referências citadas enriquecidas e as seguintes categorias *Environmental Sciences; Environmental Studies; Green Sustainable Science Technology; Public Administration; Development Studies; Education Educational Research; Geography; Engineering Environmental; Political Science; Area Studies; Regional Urban Planning; Management; Water Resources; Biodiversity Conservation; Multidisciplinary Sciences; Social Sciences Interdisciplinary; Urban Studies; Agriculture Multidisciplinary; Communication; Demography; Education Scientific Disciplines; Ethnic Studies; Humanities Multidisciplinary; Operations Research Management Science* resultando em 101 publicações.

Dessa forma, foram utilizados os filtros necessários como descritos anteriormente nas duas bases de dados, como forma de melhor selecionar as publicações para atender os objetivos da pesquisa, conforme expressa a Figura 3.

Figura 3

Sequência de definição da base de dados



Fonte: Elaboração das autoras (2023)

Logo após esse refinamento, da base de dados *Scopus* resultou 123 e da *Web of Science* 101 publicações, totalizando 224 documentos, dados estes que foram exportados em *Bibtex* para empregar a ferramenta *Bibliometrix*.

3.2 Operacionalização dos Dados

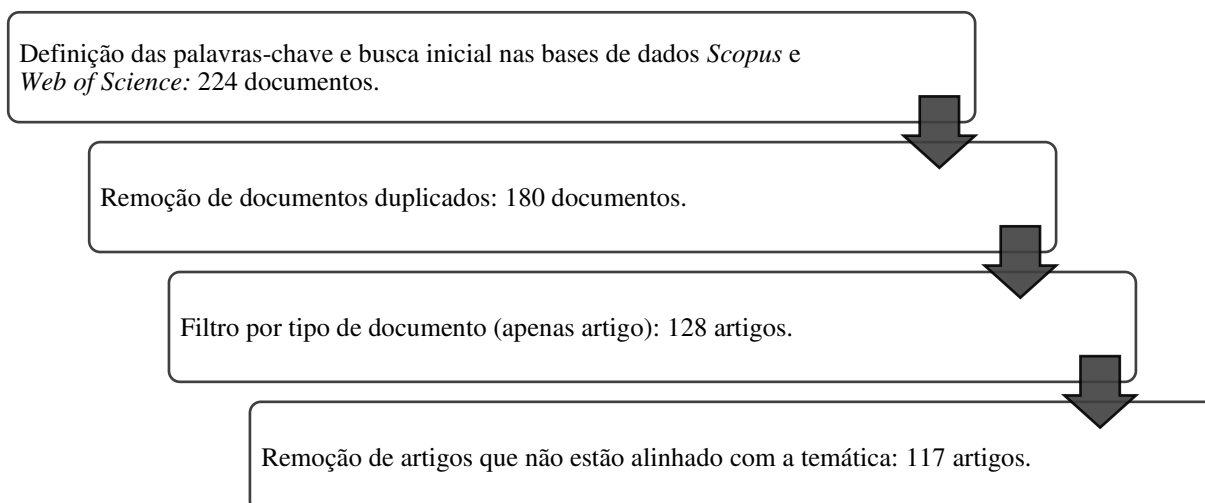
A bibliometria surgiu por volta da década de 1960, foi proposta por Pritchard, é um método recorrente e rigoroso para examinar e investigar grandes volumes de dados científicos, pois permite explorar as nuances existentes em um determinado campo específico ao mesmo tempo em que descobre as áreas emergentes desse tema (Donthu, et al., 2021).

O software de pesquisa bibliométrica selecionado para direcionamento da pesquisa foi o *Biblioshiny: the shiny app for bibliometrix*. Este software foi escolhido por proporcionar não apenas a criação redes de cocitação, acoplamento, colaboração e análise de copalavras, coautoria, autores mais relevantes, mas também permite uma análise da base de dados de forma específica.

A base de dados da *Web of Science* ficou com 101 documentos e a *Scopus* com 123, totalizando a junção de 224 documentos. Logo após a união das bases de dados, foi feita a remoção de 44 documentos duplicados. Em seguida, foi escolhida a opção de artigos contendo 128 *papers*. Após a análise dos 128 artigos, foram excluídos 11 *papers* por não estar alinhado com a temática, resultando em 117 publicações, conforme destacado na Figura 4.

Figura 4

Seqüência de definição da base de dados no Software



Fonte: Elaboração das autoras (2023)

Dessa forma, já no ambiente do *biblioshiny* aplicativo do *Bibliometrix*, alguns parâmetros foram selecionados para fins de análise. Primeiro, foram selecionados na aba *Authors*: os 10 autores mais relevantes das bases de dados, produção dos 10 autores ao longo do tempo; já na função *Documents*: foram escolhidas as 10 palavras-chaves dos autores mais frequentes.

Já na função de *Conceptual Structure* foi selecionado a *Thematic Evolution*, usando duas fatias de tempo, sendo: ano de corte 1 de 2004 a 2015 antes do surgimento dos ODS e o ano de corte 2 de 2016 a 2022 após surgimento dos ODS a fim de investigar a evolução do tópico ao longo do tempo. Após o carregamento dos dados, foram escolhidos alguns parâmetros referentes ao number of labels e label size, ajustadas para 1 e 0,1 com a opção de junção das palavras sinônimos. Já na função de *Factorial Analysis* do mapa Word foi selecionada as *Keywords Plus* e optado pela field de análise de correspondência múltipla (MCA).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

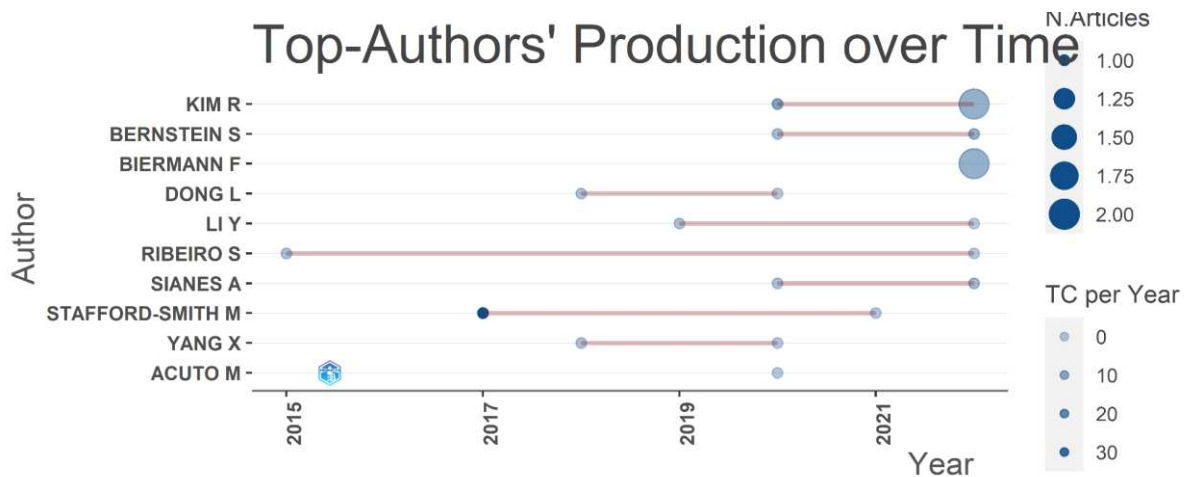
4.1. Produção mais relevante

O universo de trabalhos discute sobre a Governança e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável dos municípios e implementação dos objetivos a nível local. A base de dados onde o estudo foi realizado mostrou-se relevante, sendo encontrados 117 artigos, após o refinamento das publicações.

Partindo para a análise dos dados no *Bibliometrix*, foi possível identificar os 10 autores mais relevantes e suas produções ao longo do tempo, conforme Figura 5.

Figura 5

Produção dos autores ao longo do tempo



Nota. Adaptado do *biblioshiny* aplicativo do *Bibliometrix* (Aria & Cuccurullo, 2017).

A linha representa o tempo de atuação de cada autor. Ribeiro S. teve a linha do tempo mais longa, de 2015 a 2022 com estudos denominados 'O papel dos indicadores de transporte para a melhoria da governança local na cidade do Rio de Janeiro: uma contribuição para o debate sobre o futuro sustentável' publicado em 2015 (Santos & Ribeiro, 2015); e 'Governança do planeta um novo conceito' (Ribeiro & Quaresma, 2022), publicado em 2022.

A intensidade da cor é proporcional ao total de citações por ano e o autor que se sobressaiu foi Stafford Smith M. com o estudo intitulado 'Integração é a chave para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável' (2017) que teve 39 citações, sendo considerado o maior número de citações anuais (Stafford-Smith *et al.*, 2017).

O tamanho da bolha é proporcional ao número de documentos publicados por ano. Os autores que se destacaram foram Biermann F. e Kim R. que produziram em co-autoria, os estudos 'Evidências científicas sobre o impacto político dos objetivos de desenvolvimento sustentável' e 'Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável falham em promover a integração de políticas: uma análise de texto de 159 organizações internacionais', publicados em 2022.

Para melhor observação das publicações desses autores que se destacaram ao longo desses anos, o Quadro 2 evidencia os autores, os estudos e as co-autorias em relação aos 10 principais autores da temática identificados na base de dados estudada.

Quadro 2:*Os 10 autores mais relevantes*

Autor e Ano	Título	Coautoria	Conectividade com ODS
Kim, R. E. (2022)	Scientific evidence on the political impact of the sustainable development goals	Biermann F (2022) Bernstein S (2022)	ODS 17
Kim, R. E. (2022)	Sustainable development goals fail to advance policy integration a largen text analysis of 159 international organizations	Biermann F (2022)	ODS 17
Kim, R. E. (2020)	Cherry-picking the sustainable development goals goal prioritization by national governments and implications for global governance (2020)		ODS 1 E 8
Bernstein S. (2020)	The absence of great power responsibility in global environmental politics		ODS 12
Dong L. (2020)	Chinas renewed perception of global environmental governance		ODS 7, 9, 11, 13, 14, 15 e 17
Dong L. (2018)	The belt and road initiative and the 2030 agenda for sustainable development seeking linkages for global environmental governance'	Yang X. (2018)	ODS 13
Li Y. (2022)	Aligning engineering education for sustainable development through governance the case of the international center for engineering education in china		Todos os 17 ODS
Li Y. (2019)	The 2030 agenda for sustainable development and chinas belt and road initiative in latin america and the caribbean		Todos os 17 ODS
Ribeiro S. (2022)	Planet governance a new concept		ODS 12, 13, 14 e 15
Ribeiro S. (2015)	The role of transport indicators to the improvement of local governance in Rio de Janeiro city: A contribution for the debate on sustainable future' (2015)		ODS 11
Sianes A. (2022)	Impact of the Sustainable Development Goals on the academic research agenda a scientometric analysis		Todos os 17 ODS
Sianes A. (2020)	Rethinking the governance of the 2030 agenda for sustainable development in the covid19 era		ODS 3 e 17
Stafford Smith M (2021)	Governing drylands as global environmental Commons		ODS 15
Stafford Smith M (2017)	Integration the key to implementing the sustainable development goals		Todos os 17 ODS
Yang X. (2020)	Assessment and optimization of territorial space vulnerability: A case study of Xingyang, Henan, China		ODS 6, 11 e 12
Acuto M. (2020)	The city as actor in UN frameworks: formalizing 'urban agency' in the international system?		ODS 11

Fonte: Elaboração das autoras (2023)

Kim, R. E. (2022) é um autor considerado relevante teve 3 documentos publicados dentro da base de dados, tem coautoria com Biermann F (2022) e Bernstein S (2022), produzindo trabalhos intitulados de 'Evidências científicas sobre o impacto político dos objetivos de desenvolvimento sustentável' (2022) aborda uma análise sobre os ODS, a fim de examinar seu impacto político com relação a governança desde sua aplicação em 2015 (Biermann, et al., 2022). O segundo estudo, além de Kim, R. E. conta com coautoria de Biermann F (2022) intitulado 'Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável falham em promover a integração de políticas: uma análise de texto de 159 organizações internacionais' (2022), busca investigar se os objetivos tiveram avanço na integração de políticas ((Bogers et al., 2022).

E o terceiro estudo de Kim, R. E. é intitulado 'Escolhendo a dedo a priorização das metas de desenvolvimento sustentável pelos governos nacionais e implicações para a governança global' (2020), trata de uma análise de revisão nacional de 19 países com a finalidade de identificar quais ODS são mais priorizados. (Forestier & Kim, 2020). Bernstein S. é outro autor considerado relevante dentro da base dados, desenvolveu estudo intitulado 'A ausência de responsabilidade e poder na política ambiental global' (2020), aborda a falta de comprometimento ambiental na política global argumentando que apesar do aumento da relevância das temáticas, normas ou instituições que exigem ou reconhecem responsabilidades de grande poder estão ausentes (Bernsteins, 2020).

Dong L. é outro autor que se destaca na base de dados, desenvolveu estudos intitulados 'A percepção renovada da China sobre a governança ambiental global' (2020), aborda o desenvolvimento de uma estratégia nacional para reduzir a crise climática global e construir instituições ambientais (Dong, 2020). E o segundo estudo, além de Dong L conta com a coautoria de Yang X. (2018), intitulado 'A iniciativa do Cinturão e Rota (BRI) e a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável buscando vínculos para a governança ambiental global' (2018), retrata a Agenda 2030 e do BRI a fim de alcançar as das metas do desenvolvimento sustentável (Dong et al., 2018).

Li Y. é outro autor considerado relevante na base de dados produziu estudos intitulados 'Alinhando a educação em engenharia para o desenvolvimento sustentável por meio da governança: o caso do Centro Internacional de Educação em Engenharia na China' (2022), relata a importância de uma governança que alinhe a educação em engenharia para o desenvolvimento sustentável (Chen et al., 2022). E o outro estudo intitulado 'A Agenda 2030

para o Desenvolvimento Sustentável e a Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI) da China na América Latina e no Caribe´ (2019), que discute a abordagem da Agenda 2030, as relações China com os países da América Latina e Caribe e o BRI com o intuito de alcançar sucesso com as metas do desenvolvimento sustentável (Li & Zhu, 2019).

Ribeiro S. é outro autor importante que desenvolveu estudos intitulado` Governança do planeta um novo conceito´ (2022), explana a importância do conceito de governança do planeta na busca de um planeta saudável. (Ribeiro & Quaresma, 2022). E o outro é denominado `O papel dos indicadores de transporte para a melhoria da governança local na cidade do Rio de Janeiro: uma contribuição para o debate sobre o futuro sustentável´ (2015), que trata da relevância dos indicadores do setor de transporte para o desenvolvimento da governança local da cidade do Rio de Janeiro, justificando que a governança é essencial para atingir as metas de desenvolvimento sustentável (Santos & Ribeiro, 2015).

Sianes A. é outro autor importante que desenvolveu estudos intitulados `Impacto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na agenda de pesquisa acadêmica uma análise científica´ (2022), explora os impactos do desenvolvimento sustentável, a fim de examinar como as temáticas estão sendo desenvolvidas (Sianes et al., 2022). E outro estudo de Sianes A. foi `Repensando a Governança da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na era COVID-19´ (2020), relaciona a governança da agenda 2030 na era COVID-19, com o propósito de identificar os principais traços que devem ser alterados (Santos-Carrillo et al., 2020).

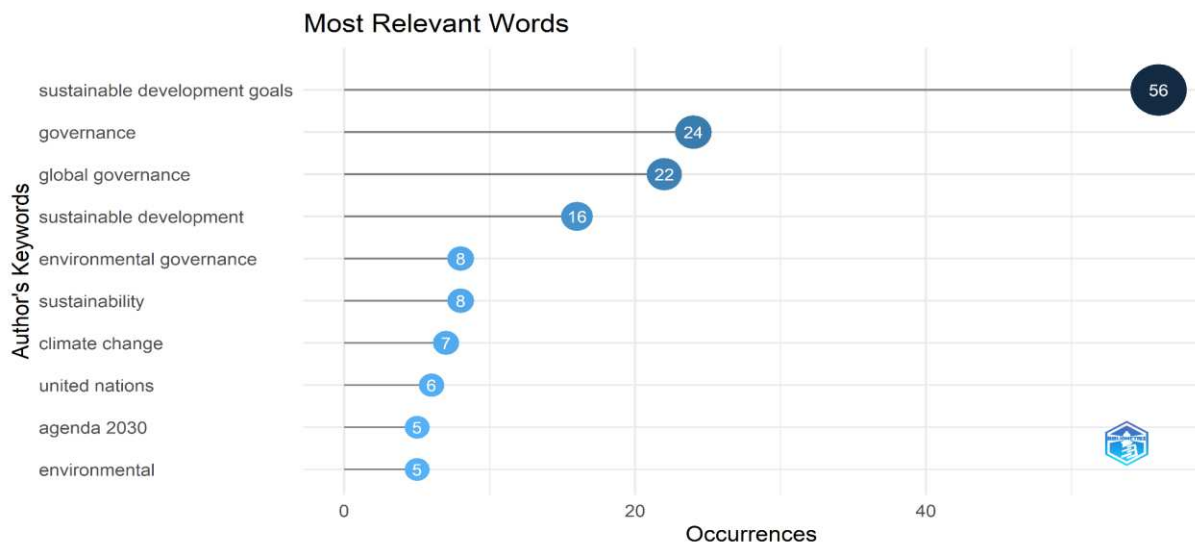
Stafford Smith M, é considerado relevante para a base de dados, produziu estudos intitulados `Governando as terras áridas como bens ambientais globais´ (2021), relata os apelos para governar as terras como um aspecto de bens ambientais globais (Stafford-Smith & Metternicht, 2021). E o outro estudo de Stafford Smith M foi `Integração é a chave para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável´ (2017), trata da importância da integração para implementar e alcançar os objetivos investigando de forma mais específica o objetivo 17 (Stafford-Smith et al., 2017).

Yang X. é outro autor relevante da base de dados, desenvolveu um estudo denominado `Avaliação e otimização da vulnerabilidade do espaço territorial: Um estudo de caso de Xinyang, Henan, China´ (2020), que trata de uma análise sobre a avaliação e otimização da vulnerabilidade do espaço territorial (Yang et al., 2020). E por fim, o autor Acuto M, produziu um estudo intitulado `A cidade como ator nos marcos da ONU: formalizando a agência urbana no sistema internacional?´(2020), discute o reconhecimento das cidades como participantes importantes em algumas agendas globais como os ODS. (Acuto et al., 2020).

Além das publicações mais relevantes, foi possível identificar as palavras-chave que integram uma lista de termos que os autores acreditam retratar melhor o conteúdo de seu artigo (Aria & Cuccurullo, 2017), ou seja, as que mais ocorrem entre os artigos, conforme mostrado na Figura 6.

Figura 6

Palavras-chave dos autores mais relevante



Nota. Adaptado do *biblioshiny* aplicativo do *Bibliometrix* (Aria & Cuccurullo, 2017).

Um destaque especial deve ser dado a algumas palavras-chave: a primeira é *sustainable development goals* é a palavra com maior relevância dentro da base de dados, devido a delimitação para análise de pesquisas sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). O estudo de Sianes et al. (2022) traz resultados que evidenciam um aumento significativo do número de artigos publicados nos últimos dois anos de 2019 e 2020. Esta tendência confirma como os ODS continuam a despertar grande interesse na comunidade científica e que o debate sobre a interpretação do desenvolvimento sustentável ainda é aberto e muito presente na academia. Seguida de *governance* que mantém uma vinculação com os objetivos, pois tanto as Nações Unidas como outras organizações internacionais têm incentivado os países a construir sistemas de governança mais eficazes e bem executados como elementos essenciais para o desenvolvimento sustentável.

Governança global é outra palavra considerada relevante dentro da base de dados, pois conforme o estudo Dong et al. (2018) a atual governança global expõe um novo modo de governança em rede que mantém associação com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) ao determinar metas a fim de melhorar as ações entre as nações sendo constituída de

diferentes tipos de atores, instituições internacionais, bem como os setores público e privado para governar suas preocupações e assuntos comuns. Em sequência *sustainable development* que faz associação com os objetivos pois, são integrados e indivisíveis incorporando as três dimensões do desenvolvimento sustentável a ambiental, econômica e social de maneira equilibrada (ONU, 2015). E como os desafios para a sustentabilidade foram acentuados, o século XXI começou com o compromisso de atingir inicialmente os ODM que foram substituídos posteriormente pelos ODS.

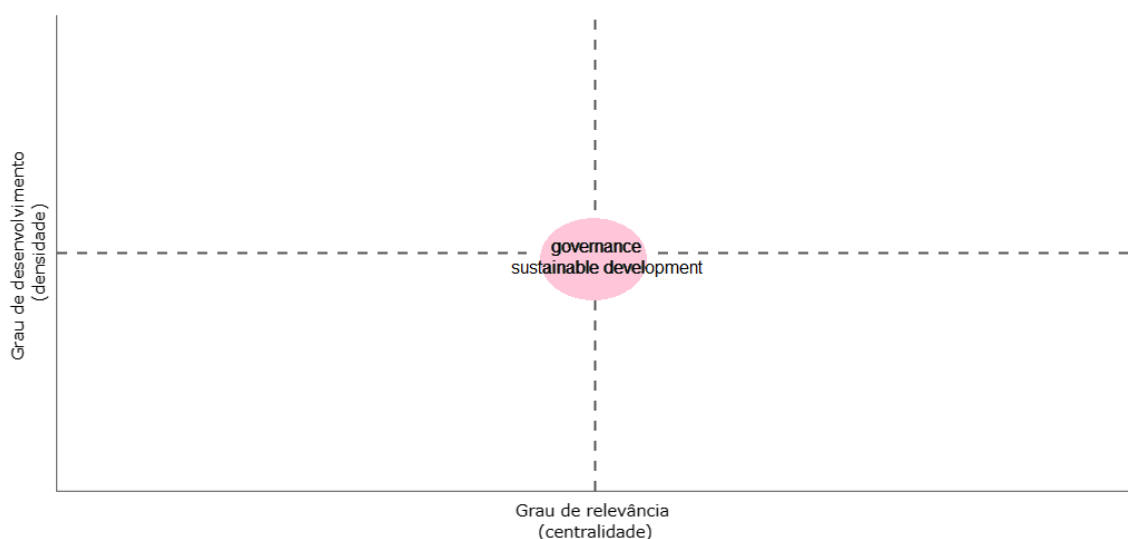
4.2. Evolução Temática

A evolução temática faz parte da estrutura conceitual que retrata o que a ciências discute, os principais temas e tendências. A evolução temática da base de dados analisada foi dividida em duas fatias de tempo. A fatia de tempo 1 corresponde ao período de 2004 a 2015 antes do surgimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a fatia de tempo 2 corresponde ao período de 2016 a 2022 após surgimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a fim de investigar a evolução do tópico ao longo do tempo.

Segue abaixo, a figura 7 da evolução temática com as palavras-chave dos autores correspondente ao período de 2004 a 2015 fatia de tempo 1.

Figura 7

Evolução temática fatia de tempo 1 de 2004 a 2015



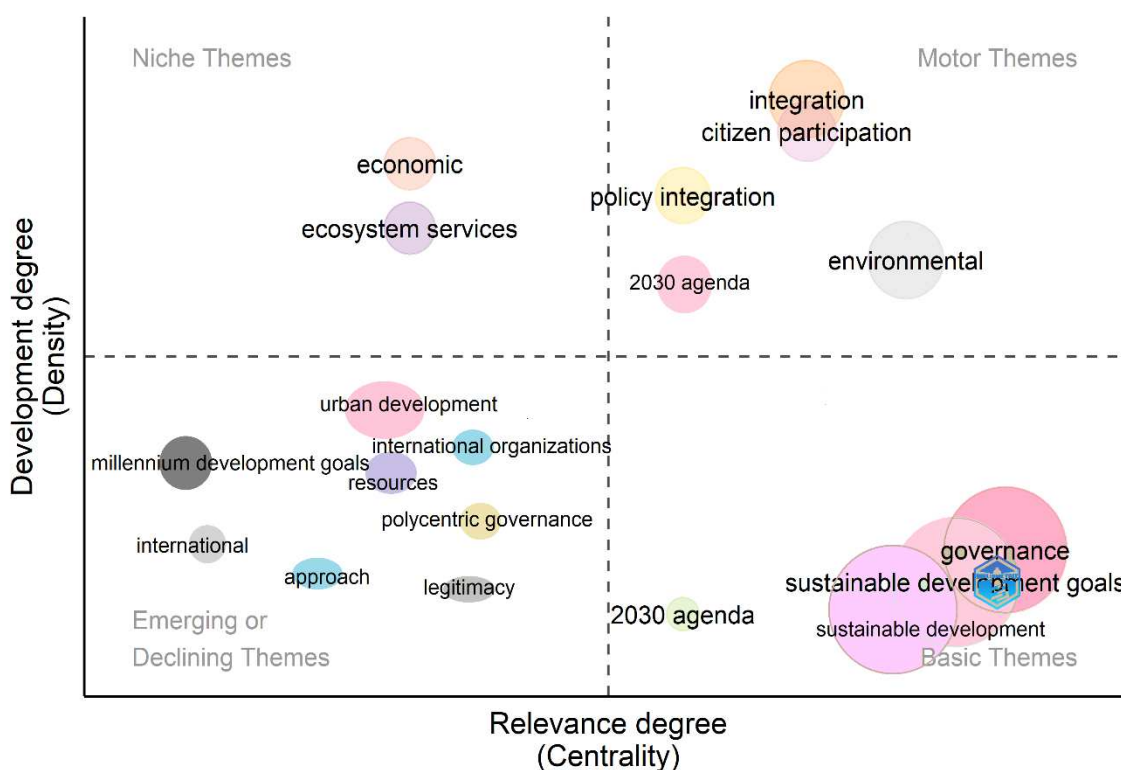
Nota. Adaptado do *biblioshiny* aplicativo do *Bibliometrix* (Aria & Cuccurullo, 2017).

Nesta figura, a bolha representa um tópico emergente que se move em direção à área de temas principais. Dessa forma, é possível observar as seguintes temáticas: governança e desenvolvimento sustentável que estão no centro da bolha, representando o início das discussões sobre esses assuntos onde as frequências de ocorrências são baixas, devido o surgimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em 2015 originando assim, um maior envolvimento com o desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, para as áreas ambientais, sociais e econômicas.

Segue abaixo, a figura 8 da evolução temática com as palavras-chave dos autores correspondente ao período de 2016 a 2022 fatia de tempo 2.

Figura 8

Evolução temática fatia de tempo 2 2016 a 2022



Nota. Adaptado do *biblioshiny* aplicativo do *Bibliometrix* (Aria & Cuccurullo, 2017).

Após o lançamento dos ODS é possível notar o desenvolvimento de alguns termos que ao longo de sua evolução vão tornando-se essenciais para seu alcance e implementação de forma adequada com relação aos cumprimentos dos objetivos. No quadrante dos temas básicos verifica-se a composição de conteúdos como governança, objetivos de desenvolvimento

sustentável, desenvolvimento sustentável e Agenda 2030. Nesse contexto, percebe-se que são temáticas importantes para um domínio e dizem respeito a temas gerais. Portanto, o foco desses clusters relaciona-se a questões ambientais propriamente ditas e de governança, nele estão presentes expressões como governança global, investimento, problemas climáticos, poluição, conservação, governança ambiental, normas, governança ambiental global que no cenário de progresso possui implicação para o alcance desses objetivos.

No quadrante dos temas motores estão presentes palavras como integração, participação cidadã, integração de políticas, ambiental e Agenda 2030 que são temas altamente desenvolvidos e importantes para o campo de pesquisa sendo composta por expressões como políticas públicas, colaboração, coordenação, inclusão, local, governança local, responsabilidade social que no contexto de evolução do tema vão tornando-se relevantes para a implementação dos objetivos por tratar de fatores que possuem envolvimento com o desenvolvimento sustentável e governança por envolver interações, relacionamentos entre as partes envolvidas e os setores, a fim gerenciar os assuntos em comuns.

Já o quadrante dos temas de nicho é formado por termos como serviços ecossistêmicos e econômico que são temáticas altamente desenvolvidos, porém isolados, sendo caracterizado de importância limitada para o campo, são apresentadas palavras como direito humano, água, fortalecimento e questões de gênero que abordam fatores sociais e econômicos que possuem ligação com o desenvolvimento sustentável e no cenário de evolução é relevante tratar esses assuntos, pois faz parte do dia a dia das pessoas e causa impacto na qualidade de vida.

E por fim, o quadrante de temas emergente ou em declínio é formado termos como desenvolvimento urbano, legitimidade, organizações internacionais, governança policêntrica, abordagem, internacional, objetivos de desenvolvimento do milênio e recursos são considerados de baixa centralidade e baixa densidade, ou seja, pouco desenvolvidos na área. Nesse contexto, observa-se que não está sendo trabalhado nenhum item trazendo pouca relevância para o contexto do desenvolvimento sustentável e para a governança, pois com o surgimento dos ODS em 2015 pela ONU, houve o aparecimento de outros termos diferentes dos trabalhados nos objetivos de desenvolvimento do milênio.

4.3. Análise Fatorial: Análise de Correspondência

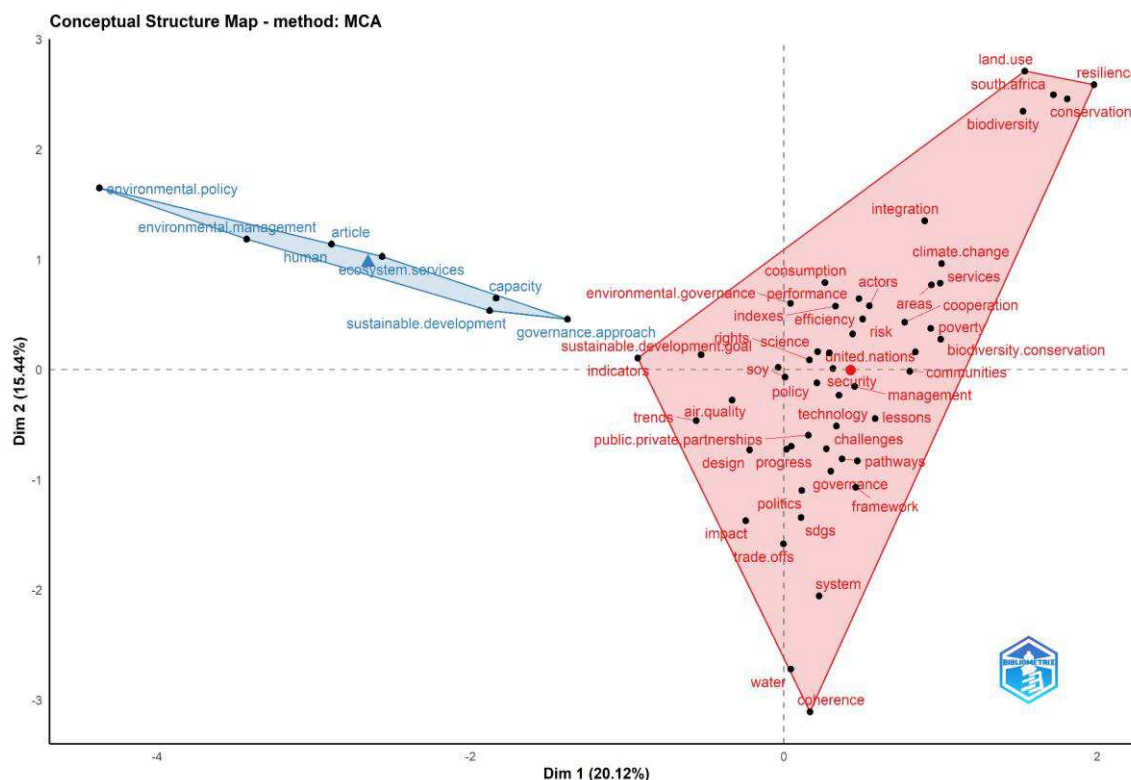
A análise fatorial (técnicas de redução de dados) é útil na verificação de subáreas. Várias técnicas de redução de dimensionalidade podem ser utilizadas. E para investigação da base de dados foi selecionada a técnica análise de correspondência múltipla (MCA). Dessa

forma, foi definido mapa word através do filtro de palavras-chave plus que é um método que investiga a estrutura do conhecimento de áreas científicas (Aria & Cuccurullo, 2017).

Segue abaixo, o mapa de análise de correspondência múltipla por meio do agrupamento de palavras-chave plus.

Figura 9

Análise de Correspondência Múltipla



Nota. Adaptado do *biblioshiny* aplicativo do *Bibliometrix* (Aria & Cuccurullo, 2017).

O cluster em cinza claro, denominado como cluster 1 é formado pelas palavras-chave sustainable development goals, environmental governance, indicators, public private governance, climate change, integration, que estão próximas umas das outras porque grandes partes dos artigos as tratam juntas, devido a delimitação da pesquisa para ODS e governança e por serem relevantes para a temática no contexto geral de alcance dos ODS. Dessa forma, esse cluster aborda as questões do desenvolvimento sustentável concentrando-se nos fatores ambientais como conservação da biodiversidade, qualidade do ar, alterações climáticas, governança ambiental assim como um envolvimento para as áreas sociais e econômicas.

O cluster em cinza escuro, intitulado como cluster 2 é representado pelas palavras sustainable development, capacity, human, environmental policy, environmental management

e governance approach estão um pouco distantes do cluster 1 devido uma pequena fração de artigos usar essas palavras juntas. Dessa maneira, esse cluster também direciona palavras para as questões ambientais propriamente ditas como desenvolvimento sustentável, política ambiental, gestão ambiental e envolve aspectos que tratam de abordagens de sistemas de governança.

4.4 Discussão dos Resultados

Observar que os ODS levam em conta o legado ODM e procuram obter avanços nas metas não alcançadas, envolve de forma integrada as três dimensões do desenvolvimento sustentável a econômica, social e ambiental procurando beneficiar os mais vulneráveis e alcançar sucesso nas metas. No entanto, nota-se problemas com relação a implementação tendo em conta as diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento, políticas e prioridades nacionais de cada país. (ONU, 2015).

Ao examinar a figura 8 e 9 da evolução temática da governança e ODS, observa-se que as preocupações com relação às questões ambientais, econômicas e sociais têm sido abordadas nas últimas décadas, porém os desafios globais como fome, pobreza, desigualdades sociais, econômicas, mudança climática e a degradação ambiental ainda estão no centro das discussões da Agenda 2030 em busca de um desenvolvimento sustentável.

De acordo com Bulkeley et al. (2013) apesar do conceito desenvolvimento sustentável ter alcançado relevância nos discursos e na prática orientados para políticas, nota-se que tanto os países desenvolvidos quanto os em desenvolvimentos falham em implementar as políticas e práticas integradas relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, o sucesso para implantação dessa agenda, necessita de estratégia em nível micro, por imprescindível reposicionamento institucional e, em macro, por aprimoramento do próprio papel dos Estados no qual exige o estabelecimento de melhores práticas de governança e de inovação da gestão públicas a fim de implementar as ações necessárias de alcance dos ODS (Gomes et al., 2016).

Apesar dos objetivos ser um plano de ação que visa nortear o planeta para um futuro mais sustentável, medidas mais incisivas necessitam ser colocada em prática como por exemplo, compromisso dos governantes através da criação de estruturas institucionais responsáveis pela implementação dos ODS, órgãos que fiscalizem as ações desenvolvidas, adoção de políticas e estratégias em seus planos de desenvolvimento e plurianual estabelecendo os métodos de ação de forma clara para cada meta, a fim de impactar os domínios políticos no âmbito municipal e local em busca uma maior compreensão do campo de pesquisa para

fortalecer as políticas públicas e o desenvolvimento de estruturas de governança no sentido de alcance dos objetivos.

De modo geral, as análises do quadro dos 10 autores mais relevantes, as figuras da produção dos autores ao longo do tempo, das palavras-chave dos autores mais relevantes, da evolução temática e da análise de correspondência múltipla apresentam conexão com temas relacionados com a governança e o desenvolvimento sustentável abrangendo implicações para a sustentabilidade ambiental, social e econômica e conseqüentemente para a implementação dos ODS, além de governança pública, municipal, global, ambiental, local a fim de investigar a governança no sentido de alcance dos ODS.

Por fim, a examinação dessas figuras foi necessária para identificar os trabalhos de maior contribuição e em que áreas a governança está sendo mensurada objetivando proporcionar o desenvolvimento de novas metodologias de investigação direcionadas para governança na perspectiva de cumprimento dos ODS. Diante disso, observa-se que a relação entre governança e ODS é essencial e fica claro através dessa revisão devido a governança operar num plano mais amplo que é fundamental para a implementação dos ODS por envolver um conjunto de diversos atores atuando em diferentes segmentos em busca parcerias, participação cidadã, atuação do governo, sociedade civil e engajamento de diferentes partes interessadas, com finalidade de desenvolver de gerenciar os assuntos em comuns que monitorem as estratégias e ações dos ODS em nível local.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agenda 2030, que abrange os ODS, trabalha como um plano de ação que visa equilibrar o desenvolvimento da sustentabilidade social, econômica e ambiental. No entanto, para que esse plano de ação possa ser efetivado, é fundamental o esforço das instituições acadêmicas, empresas e pessoas que precisam trabalhar em conjunto na busca de uma transformação para colocar em prática os objetivos estabelecidos. Em nível municipal, uma questão essencial é o papel que a governança desempenha tanto na gestão municipal como um todo como também na implementação dos ODS.

Apesar de ser um trabalho que precisa envolver toda a sociedade do planeta, é fundamental uma boa estrutura de governança a nível local consolidada na orientação do desenvolvimento sustentável para o âmbito municipal com o objetivo de frisar importância de parcerias público-privada, engajamento e participação das demais partes interessadas no processo de alcance dos objetivos em todos os contextos.

Diante disso, como o trabalho objetivou realizar uma revisão bibliográfica de literatura sobre governança sustentável e ODS, inventariando e mapeando iniciativas desenvolvidas pela literatura internacional nas bases de dados *Scopus* e *Web of Science* fica evidente a importância da governança para implementação dos ODS por envolver a participação das diferentes partes interessadas atuando em distintos segmentos com a finalidade desenvolver ações práticas relacionadas ao alcance dos ODS. Observa-se também que temática evoluiu desde a inserção dos ODM até os ODS no quesito da governança e da ampliação dos eixos temáticos das metas do desenvolvimento sustentável, porém ainda necessita fortalecer as parcerias multissetoriais, colaboração do governo, mobilização dos recursos e estruturas de governança em busca de progresso em direção aos ODS.

Portanto, constata-se através desta revisão que a implicação teórica da investigação da pesquisa está na discussão do fortalecimento conceitual e empírico sobre essas temáticas, enfocando a necessidade trabalhar a governança no âmbito da implementação dos ODS. Tem como implicação prática o desenvolvimento de metodologias futuras voltadas para o monitoramento e análise da governança no sentido de alcance dos ODS que possibilitem dar suporte a consolidação de políticas, estratégias e ações para o desenvolvimento sustentável, auxiliando os gestores na tomada de decisão e promoção de políticas públicas que devam ser implantadas

A pesquisa proporcionou, através do mapeamento analisar como as temáticas estão sendo abordadas a fim identificar as lacunas que podem ser preenchidas através de novas pesquisas, como a carência de estudos que tratem da governança relacionado a implementação dos ODS em nível local devido a produção científica caminhar a passos lentos abrindo assim, oportunidades de pesquisas futuras na área para construção de modelos de monitoramento de governança no sentido da implementação integrada dos ODS com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento sustentável.

CAPÍTULO 2: Indicadores de Governança para Sustentabilidade: Uma proposta para o âmbito nacional com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

RESUMO

A sociedade enfrenta vários desafios em relação ao desenvolvimento sustentável que permeia questões ambientais, sociais e econômicas e uma das ações visando o desenvolvimento sustentável foi a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que a ONU e seus países membros definiram em 2015, que propõe um plano de ação para os 15 anos seguintes. Levando em consideração que a própria Agenda 2030 menciona a boa governança como elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável é necessário pensar em um modelo de indicadores de governança no sentido da implementação dos ODS baseado nas metas da Agenda 2030 que avalie e mensure qualidade da governança no âmbito local. Dessa forma, o trabalho tem como objetivo investigar indicadores de governança sustentável, baseando-se nos principais eixos temáticos identificados na literatura. De abordagem híbrida, combina o método bibliométrico e a análise de conteúdo, a fim de alcançar resultados abrangentes. Portanto, essa estrutura tem a potencialidade de monitorar, fornecer informações que ajude na tomada de decisão, avaliação situacional da gestão e as ações perante o desenvolvimento sustentável. Logo, a implicação teórica está na exploração e análise do conteúdo dos artigos e as implicações práticas no desenvolvimento de uma estrutura de indicadores voltados para a realidade municipal, visando monitorar a governança para o alcance dos ODS, auxiliando os gestores municipais a examinar a evolução daquela realidade e o desenvolvimento de políticas prioritárias para reduzir as vulnerabilidades e ressaltar as potencialidades locais. Ainda, é possível visualizar as metas contempladas e não contempladas para a estrutura de proposição de indicadores de governança, abrindo assim, oportunidades e sugestões de pesquisas futuras com relação metas que não foram contempladas.

Palavras-chave: Governança. Indicadores. ODS. Monitoramento.

² Larissa Luana Pereira Custódio

Maria de Fátima Martins

Apresentado no XXV ENGEMA – Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, Universidade de São Paulo, nos dias 29 de novembro a 1 de dezembro de 2023.

Artigo Submetido 11/12/2023. Revista Contribuciones a Las Ciencias Sociales, Qualis Capes 2017-2020 A4.

Governance Indicators for Sustainability: A proposal for the national level based on the Sustainable Development Goals (SDGs)

ABSTRACT

Society faces several challenges in relation to sustainable development that permeate environmental, social and economic issues and one of the actions aimed at sustainable development was the adoption of the Sustainable Development Goals (SDGs) that the UN and its member countries defined in 2015, which propose an action plan for the next 15 years. Taking into account that the 2030 Agenda itself mentions good governance as a fundamental element for sustainable development, it is necessary to think about a model of governance indicators towards the implementation of the SDGs based on the goals of the 2030 Agenda that evaluates and measures the quality of governance within the scope local. Therefore, the work aims to investigate sustainable governance indicators, based on the main thematic axes identified in the literature. With a hybrid approach, it combines the bibliometric method and content analysis, in order to achieve comprehensive results. Therefore, this structure has the potential to monitor, provide information that helps in decision making, situational assessment of management and actions towards sustainable development. Therefore, the theoretical implication is in the exploration and analysis of the content of the articles and the practical implications in the development of a structure of indicators aimed at the municipal reality, aiming to monitor governance to achieve the SDGs, helping municipal managers to examine the evolution of that reality and the development of priority policies to reduce vulnerabilities and highlight local potential. Furthermore, it is possible to view the goals included and not included in the governance indicator proposition structure, thus opening up opportunities and suggestions for future research regarding goals that were not included.

Keywords: Governance. Indicators. SDGs. Monitoring

² Larissa Luana Pereira Custódio

Maria de Fátima Martins

Presented at the XXV ENGEMA – International Meeting on Business Management and the Environment, University of São Paulo, from November 29th to December 1st, 2023.

Article Submitted 11/12/2023. Revista Contribuciones a Las Ciencias Sociales, Qualis Capes 2017-2020 A4.

1. INTRODUÇÃO

Para dar seguimento ao projeto iniciado pelos os ODM em 2000, a Assembleia Geral da ONU, junto com chefes de estado e representantes dos 193 países-membros, adotava-se, em 2015, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), composto por 17 objetivos e 169 metas integrantes da Agenda 2030 que consiste em plano de ação para os próximos 15 anos e envolve objetivos ambientais, sociais e econômicos que se aplicam a ambos países desenvolvidos e em desenvolvimento (Organização Das Nações Unidas [ONU] 2015).

A Agenda 2030 representa um guia de ação para direcionar políticas e motivar a sociedade a construir um Brasil inclusivo, justo e sustentável, almejando um progresso equilibrado em aspectos ambientais, econômicos e sociais. No entanto, a missão de atingir os ODS não é tão fácil quanto se imagina, um dos desafios que se observa é a necessidade uma governança no âmbito local que seja comprometida com a eficácia das iniciativas e, conseqüentemente, com o alcance dos objetivos.

Diante dos desafios para alcançar os ODS é necessário pensar na governança como fator de direção essencial para implementação e monitoramento dos ODS no qual envolvam diferente setores tanto públicos como privados, atores da sociedade civil. Nesse contexto, Bowen et al. (2017) relata que a governança para ODS precisa propiciar um ambiente propício à ação coletiva, a fim de garantir que os atores envolvidos sejam capazes de lidar com os compromissos existentes entre os objetivos em busca de um desenvolvimento inclusivo, próspero e sustentável.

A governança para os ODS vem sendo abordado nos últimos anos principalmente de um ponto de vista conceptual ou normativo (Boas et al., 2016 ; Meuleman e Niestroy, 2015 ; Kanie et al., 2014 ; Bowen et al., 2017). Desse modo, para alcançar os ODS, todos os estados são chamados a integrar os objetivos nos seus planos nacionais de sustentabilidade e desenvolvimento com a finalidade de contribuir para uma implementação mais eficaz dos ODS(Nações Unidas, 2015).

Nessa visão, torna-se crucial considerar a governança como chave para atingir os resultados do cumprimento dos ODS em todos os domínios. Partindo da definição de Wilde et al. (2009, p.5 como citado em Czepil, 2020) a governança se conecta com ODS ao envolver um conjunto de diferentes setores (governo, setor público, setor privado e sociedade civil) em busca de estabelecer diálogo, interações com as partes interessadas a fim de gerenciar as questões pertinentes à implantação dos ODS.

Partindo desse pressuposto, nota-se que a governança é um termo amplamente utilizado em várias categorias da sociedade, com significados diferentes dependendo da perspectiva de análise. Conforme a definição do Plano Estratégico do Tribunal de Contas da União (2011), três palavras são fundamentais nesse conceito, sendo responsabilidade, incentivo e participação, podendo ser descrita como processo pelo qual as organizações são geridas, supervisionadas e incentivadas, incluindo a interação entre sociedade, alta administração, servidores ou colaboradores e órgãos de controle (Brasil, 2011).

Conforme Jacques, Vicente, & Ensslin, (2013), a governança vai além dos processos de gestão, envolvendo as inter-relações entre os atores centrais como cidadãos, entidades públicas, privadas, ONGs, sociedade civil, tomada de decisão e participação, a fim de gerir as temáticas em comum. Nessa perspectiva, implementar os objetivos de desenvolvimento sustentável representa um grande desafio, pois o seu alcance requer o comprometimento e o esforço contínuo de todos os órgãos públicos e privados e demais atores atuando em conjunto com vista a garantir a efetividade e alcance de tais ações.

É importante ressaltar o incentivo da ONU e outras entidades globais para que os países desenvolvam sistemas de governança mais eficazes e bem executado para o ambiente em análise. Logo, observa-se que a construção de sistemas de governança ainda está em andamento, sendo necessário criar mecanismos para ajudar a definir responsabilidades e metas para acompanhar os resultados das ações de governos e instituições direcionadas à implantação dos ODS. (Santos & Ribeiro, 2015).

Com base nisso, percebe-se que o desenvolvimento de indicadores de governança é fundamental, para medir sua qualidade nos países. Esses indicadores tem a finalidade de direcionar a gestão, e assegurar a transparência social acerca das tendências e resultados da ação governamental para que a população fique por dentro dos avanços e efeitos das políticas governamentais relacionadas a implementação dos ODS (Gomes, Albernaz, Nascimento, & Torres, 2016). Nesse contexto, são importantes para analisar e monitorar as ações governamentais, provendo não só dados, mas também direcionando a criação políticas públicas e aprimoramento da tomada de decisão (Santos & Ribeiro, 2015).

Considerando que a Agenda 2030 destaca a importância de uma boa governança e do Estado de Direito, bem como um ambiente adequado, inclusivo e sustentado, como fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Torna-se, necessário desenvolver um modelo de indicadores de governança, visando o monitoramento dos ODS e das metas da Agenda 2030, de modo que avalie e mensure a qualidade da governança para construir sistemas

de governança mais eficazes e bem executados, a fim de acelerar a aplicação e o cumprimento dos objetivos.

Partindo desse pressuposto, de relevância da governança para o alcance dos objetivos e levando em consideração o seu desempenho na esfera municipal e conseqüentemente no desenvolvimento sustentável, carece selecionar através da revisão na literatura indicadores que traga uma relação com a governança, a fim de dar subsídio para a construção de sistemas de governança mais eficaz para a realidade local. Dessa maneira, a pesquisa objetiva explorar o seguinte problema: **Como investigar indicadores de governança sustentável, baseando-se nos principais eixos temáticos identificados na literatura (temas motores, temas básicos, temas emergentes ou desaparecidos, tema muito especializados/de nicho)?**

A pesquisa teve como principal objetivo investigar indicadores de governança sustentável, baseando-se nos principais eixos temáticos identificados na literatura. Assim, através da revisão da literatura será selecionado indicadores de governança para sustentabilidade local que terão como base a sua relação com as metas da Agenda 2030. A relevância de investigar indicadores de governança para facilitar o alcance dos ODS, contribui para que os governos possam avaliar melhor suas ações, o que justifica a realização deste estudo. Além disso, de acordo com Santos & Ribeiro (2015), isso permite monitorar os resultados das práticas de governos e instituições, auxiliando no direcionamento e na distribuição de recursos e políticas. Colabora também para tomada de decisão, fornecendo os dados necessários e acompanhando a evolução daquela realidade investigada, gerando conhecimento para exploração futura.

Além desta introdução, este trabalho está estruturado em mais três seções: na segunda seção é realizada uma revisão de literatura a respeito da Governança e o Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Indicadores de Governança em sintonia com os ODS abordado neste trabalho, na terceira seção é apresentada a metodologia da pesquisa, em seguida são expostos os principais resultados obtidos, e por fim, tem-se as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nas subseções a seguir serão abordados os seguintes conceitos: Governança e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Indicadores de Governança em sintonia com os ODS.

2.1. Governança e ODS

A palavra governança se originou quando os donos de empresas passaram a designar poder e autoridade a terceiro para o gerenciamento dos recursos das mesmas. Com o surgimento de conflitos e disputas entre proprietários e administradores, a governança surge na perspectiva de melhorar o desempenho organizacional, diminuir divergências, alinhar ações e oferecer mais segurança para os proprietários com vistas a reduzir os conflitos de interesses entre proprietários e administradores (Tribunal de Contas da União [TCU], 2014).

Contudo, foram as crises financeiras, falências e escândalos envolvendo as demonstrações contábeis dos anos 1990 que criaram demanda para formalização dos primeiros padrões mundiais de governança, visando à proteção de investidores com o objetivo de promover as melhores práticas de governança corporativa. Desde então, tem se tornando recorrente a procura por aspectos relacionados à governança por diversos países (Tribunal de Contas da União [TCU], 2016).

Nessa perspectiva, o conceito de governança vem se expandindo e assumindo múltiplos significados dependendo da visão de análise, aplicando-se em diversas esferas da sociedade. De acordo com *Commission On Global Governance*, (1996), a governança engloba a totalidade das diversas formas pelas quais sociedades e instituições tanto públicas quanto privada administram seus assuntos em comuns.

Embora a governança tenha se manifestado como relações entre governos, a partir do fenômeno globalizante passou a envolver também, organizações não-governamentais, movimentos da sociedade civil, corporações transnacionais e o mercado de capitais global, atores que, com influência ampliada, estão engajados na promoção de objetivos de impacto global considerável (*Commission On Global Governance*, 1996).

A governança por ser um conceito aplicável em vários âmbitos, pode ser relacionada com os ODS. Segundo Graham, Amos, & Plumptre, (2003), governança abrange interações entre estruturas, processos e tradições que indicam como o poder e as responsabilidades são desempenhadas, como as decisões são tomadas e como cidadãos ou outras partes interessadas têm uma palavra a dizer, ou seja, leva em consideração a responsabilidade, o envolvimento de relações e cooperação, elementos essenciais para um trabalho conjunto no alcance dos ODS.

O Guia de Gestão Pública Sustentável (GPS) aborda o conceito de governança englobando a maneira como o território se organiza politicamente e a participação dos diferentes segmentos da sociedade civil nos espaços de tomada de decisão e isto envolve união entre os sistemas político-administrativo, que rege o processo decisório na esfera pública, e os

diferentes atores sociais dos territórios municipal, estadual ou federal (Programas Cidades Sustentáveis [PCS] & Núcleo de Estudos do Futuro [NEF], 2017).

Uma das concepções mais utilizadas é o de Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (2010) e do Banco Mundial (2022) que descreve a governança, como as tradições e instituições pelas quais a autoridade de um país é exercida, incluindo o processo pelo qual os governos são selecionados, monitorados e substituídos, a capacidade do governo para elaborar e efetivar políticas sólidas de maneira eficaz e o respeito dos cidadãos e do Estado às instituições que governam suas interações econômicas e sociais.

No âmbito público, a governança engloba mecanismos de monitoramento, avaliação e direção e o diálogo entre as estruturas, procedimentos e tradições, as quais estabelecem como cidadãos e outras partes interessadas são ouvidos, como as decisões são tomadas e como o poder e as responsabilidades são exercidos (Graham, Amos, & Plumptre, 2003).

Tomando como base essa definição, nota-se que a governança pública compreende um processo pelo qual ocorrem as interações dos *stakeholders* com o objetivo de influenciar os resultados das políticas públicas (Bovaird & Löffler, 2003). Nessa perspectiva, ela abrange tudo o que uma instituição faz garantir que sua ação esteja direcionada para objetivos alinhados aos da sociedade (Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Ministério da Transparência & Controladoria-Geral da União, 2018).

Partindo desse panorama, a governança pública surge como principal meio de obter mudança no governo com o objetivo de melhorá-lo, propiciando não apenas interações e diálogo, mas também possibilitar a participação da sociedade na coisa pública, construindo uma gestão democrática, transparente, igualitária, responsável, íntegra, eficiente, sustentável e comprometida a fim de influenciar nos resultados das políticas públicas.

Além disso, é relevante destacar o papel que desempenha na esfera municipal por ser aplicável a todas as questões, no que diz respeito à cidade e a um futuro sustentável, devendo ser incorporado aos setores e indicadores da cidade, ou seja, não abrange apenas o governo e suas ações, mas as interações, responsabilidades, cooperações e interferências com o ambiente e a sociedade que existem em todas as organizações relacionadas à comunidade, região e área (Santos & Ribeiro, 2015).

As constantes mudanças e desafios enfrentados pela sociedade refletem impactos em relação ao desenvolvimento sustentável, muito deles, negativos. Os problemas advindos da exploração homem e natureza, a forma como ele se comporta diante das questões sociais, econômicas e ambientais, estão no centro das discussões do plano global da Agenda 2030, em busca de um mundo próspero e sustentável. Como resultados desses desafios e problemas

enfrentados pelos seres humanos, que emergiram os ODM e, posteriormente, os ODS, como instrumento comum a todas as nações, tendo em vista o Desenvolvimento Sustentável.

A Agenda 2030 engloba 17 objetivos e 169 metas de desenvolvimento sustentável para o mundo, formando um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Esses objetivos e metas incentivam ações para os próximos 15 anos em determinadas áreas de importância tanto para a humanidade, quanto para o planeta: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria. Dessa forma, os objetivos equilibram-se as três dimensões do desenvolvimento sustentável, as dimensões econômica, social e ambiental, na busca de um país justo e sustentável.

No que se refere à governança, a própria Agenda 2030 aborda a sua importância para a implementação dos objetivos e metas quando menciona “um mundo em que a democracia, a boa governança e o Estado de Direito, bem como um ambiente propício em níveis nacional e internacional, são essenciais para o desenvolvimento sustentável (Organização das Nações Unidas [ONU], 2015)”. Levando em consideração que governança na teoria já se encontra mencionada na Agenda 2030 e que outras instituições internacionais tem incentivado o desenvolvimento de sistemas de governanças mais eficazes e bem efetivado, se faz necessário gerir a implementação dos ODS, inserindo a governança.

Com base nisso, percebe-se que indicadores de governança fundamentado em avaliações de problemas e questões específicas de governança são cruciais para examinar e aprimorar os sistemas de governança, bem como a distribuição de recursos e políticas (Santos & Ribeiro, 2015). O mesmo se aplica à implementação dos ODS, inserindo a governança tendo em vista, que os indicadores podem direcionar de forma mais assertiva e eficaz o monitoramento, progresso, alcance e tomada de decisão.

2.2. Indicadores de Governança em sintonia com os ODS

Para avaliar a governança nos países, assim como delinear comparativos entre as economias desenvolveram-se indicadores de governança. Desde 1996, o Banco Mundial tem publicado os indicadores de governança mundial (*Worldwide Governance Indicators — WGI*) adotados por mais de 200 países. Os WGI são um conjunto de dados de pesquisa que retrata opiniões sobre a qualidade da governança gerado por um grande número de empresas, cidadãos e especialistas entrevistados em países industrializados e em desenvolvimento. É por meio dos indicadores de governança que se mede aspectos relevantes dos países, como: participação dos cidadãos na seleção de seu governo, a liberdade de expressão, a estabilidade política e a

ausência de violência/terrorismo, entre outros (Jacques; Vicente & Ensslin 2013; Banco Mundial 2022).

Os WGI medem seis dimensões de governança: Voz e Responsabilização, Estabilidade Política e Ausência de Violência/ Terrorismo, Eficácia do Governo, Qualidade Regulatória, Estado de Direito e Controle da Corrupção que engloba diferentes pontos de vista de empresas, cidadãos e especialistas sobre a qualidade de governança com a finalidade medir a eficácia do governo buscando facilitar as comparações entre países (Jacques; Vicente & Ensslin 2013; Banco Mundial 2022).

Segue abaixo, o quadro 3 que descreve as seis dimensões de governança.

Quadro 3:

Dimensões de Governança

Dimensão	Definição
Voz e Responsabilização:	mensura percepções do grau em que os cidadãos do país são capazes de participar na seleção de seu governo, bem como liberdade de expressão, liberdade de associação e de uma imprensa livre;
Estabilidade Política e Ausência de Violência/Terrorismo	mede as concepções da probabilidade de que o governo vai ser desestabilizado ou derrubado por inconstitucionalidade, meios adicionais ou violentos, incluindo o terrorismo
Eficácia do Governo	mede a qualidade dos serviços públicos, o grau de sua independência das pressões políticas, a qualidade da formulação e implementação da política e da credibilidade bem como o compromisso do governo com tais políticas
Qualidade Regulatória	mede percepções da capacidade do governo de formular e implementar políticas e regulamentos que permitem e promovem o desenvolvimento do setor privado;
Estado de Direito	mensura o grau em que os agentes têm confiança e respeitam as regras da sociedade, e em particular a qualidade da execução de contratos, a polícia e os tribunais, bem como a probabilidade de crime e violência
Controle da Corrupção	mede concepções que incluem tanto pequenas formas quanto grandes formas de corrupção

Nota. Elaboração das autoras a partir de Jacques; Vicente & Ensslin, p.8, (2013); Banco Mundial (2022).

Além das dimensões de governança discutidas pelo os WGI do Banco Mundial é possível observar alguns princípios de governança discutido por diversos autores, que se mostram fundamentais para o alcance da Agenda 2030 como por exemplo, Oliveira e Pisa (2015), aborda alguns princípios de governança sendo eles efetividade, transparência, *accountability*, participação, legalidade, ética e integridade, que tem conexão com algumas metas dos ODS, e por fim, World Bank (2007) que retrata, por exemplo, os princípios de legitimidade, equidade, responsabilidade, eficiência, probidade, transparência e *accountability*, convergindo também com os princípios citados anteriormente.

No Brasil, várias ações estão sendo desenvolvidas com o intuito de colaborar com o sucesso da execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Um deles é o Guia GPS- Gestão Pública Sustentável atualizado com os ODS do Programa Cidades Sustentáveis, que exhibe 12 eixos temáticos com seus correspondentes indicadores visando organizar os ODS para o alcance na gestão municipal. E um dos eixos trata de forma específica a governança abordando indicadores.

Segue abaixo, o quadro 4 que aborda indicadores do eixo de governança.

Quadro 4:

Indicadores do Eixo Governança

Indicadores	
acessibilidade nos espaços públicos	paridade de gênero nos conselhos municipais
acesso à justiça	participação de adolescentes e jovens em instâncias deliberativas
acessos negados no sistema de informação ao cidadão	pedidos respondidos no sistema de informação ao cidadão
conferências municipais	pessoas com deficiência empregadas no governo do município
conselhos municipais	políticas públicas regionalizadas
dados em formato aberto	portal da transparência
espaços de participação deliberativos e audiências públicas na cidade	presença de vereadoras na câmara municipal
funcionários públicos investigados por corrupção	processos municipais por corrupção
funcionários públicos que sofreram ação administrativa	programa de metas
indivíduos que utilizaram o governo eletrônico	recursos e reclamações registrados no sistema de informação ao cidadão
Lei de acesso à informação regulamentada	sistemas de controle e combate à corrupção
mecanismos de democracia direta	sistemas inteligentes e transparentes de contratação e licitação
mulheres em cargos gerenciais no governo do município	usuários de internet por tipos de serviço do governo eletrônico
mulheres no comando das secretarias do governo municipal	Órgãos de controle e combate à corrupção
negros em cargos gerenciais no governo do município	ouvidoria.
orçamento executado decidido de forma participativa	

Nota. Elaboração das autoras a partir do Programas Cidades Sustentáveis [PCS] & Núcleo de Estudos do Futuro [NEF], p. 17 (2017).

Portanto, os indicadores podem desempenhar um papel fundamental de avaliação, monitoramento da governança, ajudando governo a entender e refinar suas ações para melhor decisão e evolução da criação de políticas nacionais. Com base nisso, carece selecionar indicadores de governança relacionados às metas da Agenda 2030, através da revisão na literatura.

3. METODOLOGIA

A metodologia para investigação de indicadores de governança alinhado aos ODS levou em consideração uma revisão na literatura com levantamento de dados, aporte teórico de pesquisas já existente sobre o tema e pesquisas relacionadas ou próximas ao assunto que contribuíram na formação e construção do modelo de indicadores, reunindo assim, os principais aspectos da governança para um aprimoramento da mesma alinhada com a Agenda 2030.

Os dados da literatura foram coletados de duas bases de dados indexadas: *Scopus* e a *Web of Science*, conforme abordado por Custódio & Martins (2023) que foram escolhidas devido à ampla cobertura de pesquisa em relação ao tema abordado e que têm sido adotados por pesquisadores. Foram selecionadas as respectivas palavras-chave com os seguintes operadores booleanos (*OR* e *AND*).

O segundo passo, foi a escolha da técnica de busca e refinamento na base da *Scopus*, sendo elencadas as palavras-chave TITLE-ABS-KEY ("*municipal governance*" OR "*public governance*" OR "*local governance*" OR "*global governance*" OR "*environmental governance*") AND TITLE-ABS ("*sustainable development goals*"). Essa busca inicial resultou em 235 publicações que foram filtradas pelas seguintes subáreas: *Social Sciences*; *Environmental Science*; *Business, Management and Accounting*; *Arts and Humanities*; *Engineering*; *Earth and Planetary Sciences*; *Decision Sciences*; *Agricultural and Biological Sciences*; *Multidisciplinary*. que resultou em 124 documentos. E por fim, foram selecionados os idiomas *English*, *Portuguese* e *Spanish* resultando em 123 publicações (Custódio & Martins, 2023).

Na base da *Web of Science* foram selecionadas as mesmas palavras-chave (TS=("*municipal governance*" OR "*public governance*" OR "*local governance*" OR "*global governance*" OR "*environmental governance*")) AND TS=("*sustainable development goals*"). Essa busca inicial resultou em 202 publicações que foram incluídos artigos de revisão, acesso aberto e referências citadas enriquecidas e as seguintes categorias and *Environmental Sciences*; *Environmental Studies*; *Green Sustainable Science Technology*; *Public Administration*; *Development Studies*; *Education Educational Research*; *Geography*; *Engineering Environmental*; *Political Science*; *Area Studies*; *Regional Urban Planning*; *Management*; *Water Resources*; *Biodiversity Conservation*; *Multidisciplinary Sciences*; *Social Sciences Interdisciplinary*; *Urban Studies*; *Agriculture Multidisciplinary*; *Communication*;

Demography; Education Scientific Disciplines; Ethnic Studies; Humanities Multidisciplinary; Operations Research Management Science, resultando em 101 publicações (Custódio & Martins, 2023).

Dessa forma, a base de dados da *Web of Science* ficou com 101 documentos e a *Scopus* com 123, totalizando a junção de 224 documentos. E em seguida, ocorreu a remoção dos artigos duplicados ou redundantes assim, nesta pesquisa, 44 documentos duplicados foram removidos. Posteriormente, foi escolhida a opção de artigos contendo 128 *papers*. Após a análise dos 128 artigos, foram excluídos 11 *papers* por não estar alinhado com a temática, totalizando 117 publicações para análise no software (Custódio & Martins, 2023).

Os artigos de revisão sistemática da literatura podem ser amplamente classificados como baseados em domínio, em teoria e em métodos. Nesse contexto, os artigos baseados em domínios podem ser classificados em diferentes categorias, sendo escolhido a revisão sistemática do tipo híbrida, que combina o método bibliométrico e a análise de conteúdo para fornecer uma análise quantitativa e qualitativa da pesquisa relacionada a indicadores de governança (Paul & Criado, 2020).

O método bibliométrico é bem estabelecido para análise quantitativa da literatura acadêmica, pois analisa pesquisas publicadas usando ferramentas estatísticas, para descobrir tendências e citações e/ou cocitações de um determinado tema (Paul & Criado, 2020). Dessa forma, o método bibliométrico pode ser agrupado com a análise de conteúdo. No entanto, ao contrário da abordagem bibliométrica, a análise de conteúdo é um método qualitativo que visa fornecer uma concepção mais abrangente da literatura (Secinaro; Calandra; Lanza & Ferraris, 2022).

Nesse contexto, este artigo objetiva selecionar indicadores de governança sustentável, baseando-se nos principais eixos temáticos identificados na literatura. Para tanto, uma abordagem híbrida que combine método bibliométrico e a análise de conteúdo foi a melhor opção para este estudo, pois a combinação de métodos quantitativos e qualitativos, pode auxiliar no alcance de resultados abrangentes.

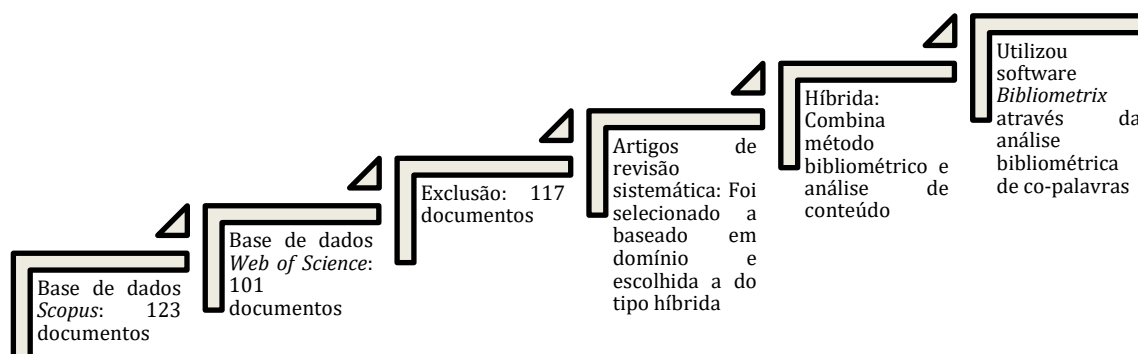
Para conduzir esta revisão, adotou-se uma abordagem que acoplou a análise bibliométrica de co-palavras que mostra a estrutura conceitual, revela ligações entre conceitos por meio de co-ocorrências de termos com a finalidade de compreender os temas abordados e identificar os mais relevantes e recentes (Aria & Cuccurullo, 2017). Utilizou-se o software *Bibliometrix* para a análise bibliométrica, a fim de mapear a identificação de termos da estrutura conceitual.

Dessa forma, já no ambiente do *biblioshiny* aplicativo do *Bibliometrix* alguns parâmetros foram selecionados para fins de análise. Foi escolhida a função de *Conceptual Structure* e foi selecionado o *Thematic Map* com opção de *field de keywords authors*. Após o carregamento dos dados, foram escolhidos alguns parâmetros referentes ao *number of labels* (número de etiquetas) e *label size* (tamanho de etiquetas) sendo ajustadas para 1 e 0,1.

Segue abaixo, a figura 10 que trata da sequência da base de dados e revisão sistemática utilizada.

Figura 10

Sequência da base de dados e revisão sistemática



Nota. Elaboração das autoras (2023).

3.1 Análise Bibliométrica e Análise de Conteúdo

Nesta seção, será respondida a seguinte questão de pesquisa: **como investigar indicadores de governança sustentável, baseando-se nos principais eixos temáticos identificados na literatura (temas motores, temas básicos, temas emergentes ou desaparecidos, tema muito especializados/de nicho)?**

A técnica de pesquisa análise de conteúdo contribui para que a descrição e interpretação do conteúdo de pesquisa, submetidas a um método de sistematização e categorização dos dados, direcione o pesquisador a respostas válidas e confiáveis na pesquisa qualitativa. É

estruturada em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação. (Bardin, 2011).

A pré-análise é a primeira fase que corresponde a organização do material de acordo com as temáticas identificadas no mapa temático, sistematizando as ideias por meio da leitura, análise dos documentos; reformulações de objetivos e hipóteses e a formulação de indicadores, as quais nos darão fim à preparação do material como um todo (Bardin, 2011).

Na sequência, a exploração do material do conteúdo que tem por finalidade a categorização do estudo conforme as temáticas básicas, motores, nichos e emergentes e os termos inserido em cada palavras-chave, apontando a extração das informações para seleção de indicadores. E por fim, a terceira fase, que visa o tratamento dos resultados, inferência e interpretação com a finalidade de captar os conteúdos contidos nos artigos e extrair elementos que representariam os indicadores (Bardin, 2011).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

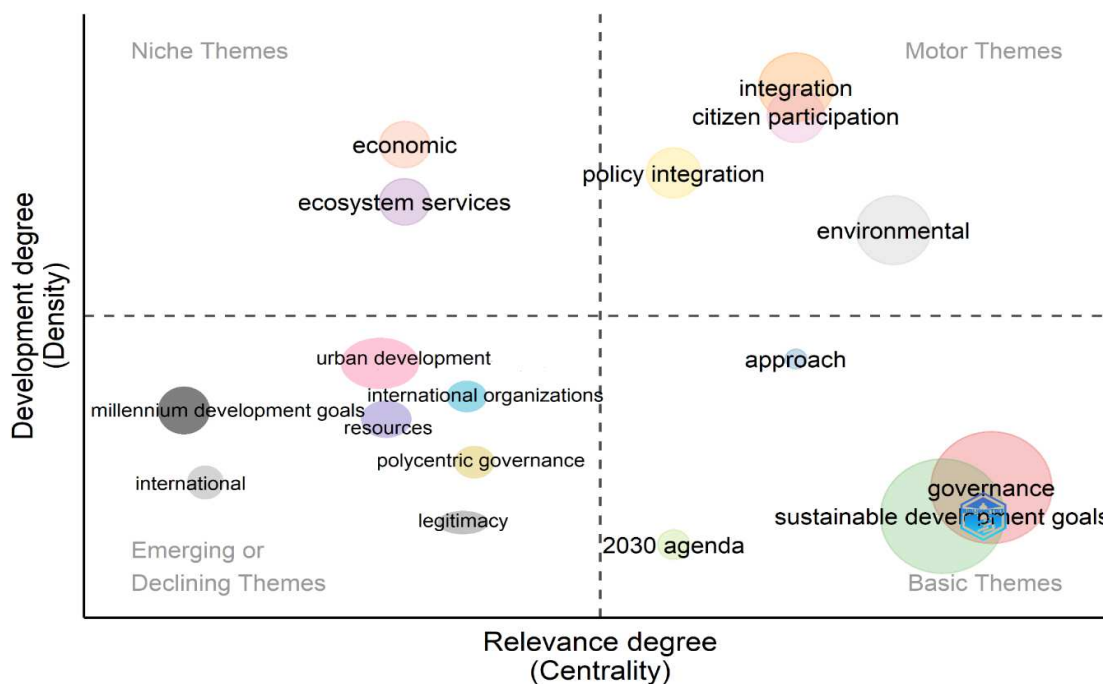
4.1 Estrutura Conceitual do Mapa Temático

Foi usado a estrutura conceitual de palavras-chave dos autores para identificar as principais temáticas abordada. O *Bibliometrix* adota a função de *Conceptual Structure* para compreender os temas explanado pelos autores e identificar os mais recentes e relevantes. Após o carregamento dos dados, foram escolhidos alguns parâmetros referentes ao *number of labels* (número de etiquetas) e *label size* (tamanho de etiquetas) sendo ajustadas para 1 e 0,1. A estrutura conceitual dos 117 artigos é visualizada na figura 2.

Segue a figura 11 do mapa temático com as palavras-chave dos autores.

Figura 11

Mapa temático com as palavras-chave dos autores



Nota. Adaptado de Custódio & Martins, (2023).

O mapa temático é um enredo muito intuitivo da estrutura conceitual que explana o que a ciência fala, os principais temas e tendências. Assim, pode-se examinar os temas de acordo com o quadrante em que estão colocados (1) quadrante superior direito: temas motores; (2) quadrante inferior direito: temas básicos; (3) quadrante inferior esquerdo: temas emergentes ou desaparecidos; (4) quadrante superior esquerdo: tema muito especializados/de nicho. Nesse contexto, cada tópico pode ser rotulado com as palavras-chave associadas com maior ocorrência. Dessa forma, centralidade é uma medida da relevância do tema e densidade é uma medida do desenvolvimento do tema (Aria & Cuccurullo, 2017).

Sendo assim, os temas motores são considerados importantes para área de investigação; temáticas básicas refere-se a temas gerais das diferentes áreas do campo de pesquisa; temas emergentes ou desaparecidos são poucos desenvolvidos no campo de pesquisa e por fim, de nicho ou especializado são temas altamente desenvolvidos e isolados, sendo considerado de importância limitada para o campo.

Portanto, ao analisar o mapa temático é possível observar termos que contém palavras-chave que conecta diversos quadrantes, abordando desde temáticas gerais até algo específico e limitado para o campo de pesquisa. Nesse sentido, será selecionado indicadores, a partir das palavras-chave inserida em cada termo abordado, a fim de elaborar um modelo de indicadores de governança para a consecução dos ODS.

4.2. Identificação de indicadores nas temáticas: Básica, Motores, Nichos e Emergentes

A partir da análise de cada temática, de seus termos e palavras-chave foram selecionados indicadores relacionados aos ODS. Com base nisso, os mesmos fornecem dados e informações que avaliam a evolução daquela realidade investigada, auxiliando na tomada de decisão e aprimoramento dos mecanismos e políticas relacionadas a implantação dos ODS, a fim de analisar de maneira eficaz a governança a nível nacional.

Segue abaixo, o quadro 5 que trata da estrutura de autores para proposição de indicadores de Governança, alinhado com os ODS. O mesmo aborda as temáticas da estrutura conceitual e como os termos e cada palavra-chave estão sendo tratadas pelos autores, para investigar e selecionar através do aporte teórico, os indicadores de governança.

Quadro 5

Estrutura de autores para proposta de indicadores de Governança alinhado com os ODS

Temática	Termo	Palavra-chave	Autor
Básica	2030 Agenda	2030 Agenda	Li & Zhu (2019)
	2030 Agenda	2030 Agenda	Santos-Carrillo, Fernández-Portillo, & Sianes (2020)
	Approach	Approach	Jennings & Hoffman, (2019)
	Governance	Global Environmental Governance	Pattberg & Widerberg (2015)
	Governance	Global Environmental Governance	Coenen, Glass, & Sanderin, (2021)
	Governance	Global Environmental Governance	Xue, Zhang, Zhong, Ji & Huang (2019)
	Governance	Conservation	Vasseur <i>et al.</i> , (2017)
	Governance	Conservation	Pereira & Marques, (2021)
	Governance	Conservation	Dalby, (2019)
	Governance	Sustentável	Santos & Ribeiro, (2015)
	Governance	Sustentável	Sadiqi, (2018)
	Governance	Sustentável	Valencia; Qiu & Chang, (2022)
	Governance	Desenvolvimento Sustentável	Bulkeley, Jordan, Perkins, & Selin (2013)
	Governance	Governança	Hennebry, Kc, & Piper, (2018)
	Governance	Governança	Bolton, (2022)
	Governance	Governança	Pal, Arboleda, Nitivattananon, & Benjachat, (2022)
	Governance	Governança	Biermann <i>et al.</i> , (2022)
	Governance	Governança	Lorenzo (2017)
	Governance	Governança	Spalding, & De Ycaza, (2020)
	Governance	Governança	Baste & Watson, (2022)
Governance	Governança	Diaz-Sarachag, (2021)	
Governance	Governança	Damisqui, Costa, & Soares (2020)	
Governance	Governança Ambiental	Kondo, Kinoshita, & Yamada, (2019)	

Governance	Governança Ambiental	Zurba & Papadopoulo, (2021)
Governance	Governança Ambiental	Contreras & Thomas (2019)
Governance	Poluição	Hao, Gao, Guo, Gai & Wu, (2021)
Governance	Bangladesh	Rahman, (2021)
Governance	Bangladesh	Ahmed, (2019)
Governance	Alterações Climáticas	Dong, Yang, & Li (2018)
Governance	Alterações Climáticas	Dong, (2020)
Governance	Sustentabilidade	Priebe, Marald & Nordin, (2020)
Governance	Agenda 2030	Prakash, Kamiya, Ndugwa, & Cheng, (2020)
Governance	Agenda 2030	Novovic, (2021)
Sustainable Development Goals	Sustainable Development Goals	Pansera & Sarkar, (2016)
Sustainable Development Goals	Sustainable Development Goals	Kostoska & Kocarev, (2019)
Sustainable Development Goals	Sustainable Development Goals	Deacon, (2016)
Sustainable Development Goals	Sustainable Development Goals	Lisk & Sehović, (2019)
Sustainable Development Goals	Sustainable Development Goals	Al-Saidi, (2021)
Sustainable Development Goals	Sustainable Development Goals	Honegger, Michaelow & Pan, (2021)
Sustainable Development Goals	Sustainable Development Goals	Smallwood, Delabre, Pinheiro Vergara, & Rowhani (2022)
Sustainable Development Goals	Sustainable Development Goals	Denny, Paulo & De Castro (2019)
Sustainable Development Goals	Accountability	Fukuda-Parr & McNeill, (2015)
Sustainable Development Goals	Global Governance	Seyedsayamdost & Vanderwal (2020)
Sustainable Development Goals	Global Governance	Maher & Buhmann, (2019); Bradford, (2016)
Sustainable Development Goals	Global Governance	Gaspar, (2019); Gupta (2014)
Sustainable Development Goals	Global Governance	Acuto, Kosovac, Pejic, Jones, (2020)
Sustainable Development Goals	Global Governance	Chen, Wang & Li (2022)
Sustainable Development Goals	Norms	Koff, Challenger, Ros Cuellar, Aguilar Orea, & Lara Lopez (2022)

Motores	Citizen Participation	Governo Local	Morita, Okitasari & Masuda, (2019)
	Citizen Participation	Governo Local	Fox & Stoett (2016)
	Citizen Participation	Governo Local	Khan & Milne (2019)
	Citizen Participation	Vietnã	Wright-Contreras, (2018)
	Enviromental	Environmental Performance (Desempenho Ambiental)	Consolandi, Phadke, & Hawley (2020)
	Enviromental	Environmental Performance (Desempenho Ambiental)	Wang, Qian, & Deng, (2020)
	Enviromental	Development	Ekins & Usubiaga-Liaño, (2021)
	Enviromental	Enviromental	Zeigerman, (2021)
	Integration	Integration	Stafford-Smith <i>et al.</i> , (2017)
	Integration	Coordination	Daly, Parker, Sherpa & Regmi (2020)
	Policy Integration	Policy Integration	Stevens, (2017)
Nichos	Economic	Empowerment (Fortalecimento)	Phiri, Ndlovu, Khumalo, Ncube, & Nyathi, (2022)
	Ecosystem Services	Human Rights (Direito Humanos)	Schiel, Langford & Wilson, (2020)
Emergentes	Urban Development	Urban Development	Yang, Yu, & Zheng (2020)
	International Organizations	International Organizations	Forestier & Kim (2020)
	International Organizations	International Organizations	Mckenzie & Stahelin, (2022)
	Millennium Development Goal	Millennium Development Goal	Kushnir & Nunes, (2022)
	International	International	Biermann <i>et al.</i> , (2022)
	Resources	Resources	Seixas <i>et al.</i> , (2020)
	Polycentric Governance	Polycentric Governance	Amaruzaman, Do Hoan, Catacutan, Leimona, & Malesu, (2022)
	Legitimacy	Legitimacy	Taggart, (2022)

Nota. Elaboração das autoras (2023).

Segue o Quadro 6, que trata da estrutura de proposição de indicadores de governança, alinhados com os ODS. Através da análise de forma específica de cada temática, seus termos e palavra-chave, foram selecionados indicadores de governança e realizado associação com as metas dos ODS, com a finalidade de avaliar e monitorar as ações, ajudando no aprimoramento das práticas e tomada de decisão em todos os níveis.

Quadro 6

Estrutura de proposição de indicadores de Governança alinhado com os ODS

Temática	Termo	Indicador	ODS/Meta
	2030 AGENDA	Projeto de desenvolvimento Desigualdade dentro e entre os países Esgotamento dos recursos naturais	4.7 10.4 12.4

Básica		Crescimento econômico lento	8.1
		Desemprego Juvenil	8.6
		Desastres globais	13.2
		População em pobreza extrema	1.1
		Impacto da pandemia	3.3
	APPROACH	Medidas de adaptação climática	13.3
	GOVERNANCE	Parcerias Multisetoriais	17.7
		Incentivar fortalecimento de parcerias públicas-privadas.	17.7
		Estratégia e ações de mudanças climáticas	13.2
		Políticas de inovação para combater poluição	6.3
		Conservação dos recursos naturais	12.2
		Acesso a água potável	6.1
		Acesso a transporte Público; Compartilhamento de transporte não motorizado; Rede de transporte público superior (bondes, VLT, metrô, BRT, VLT);	11.2
		Participação cidadã Engajamento público Colaboração e envolvimento das partes interessadas	16.7
		Estrutura de governança entre os setores	16.6
		Políticas Públicas para o Desenvolvimento sustentável	17.14
		Proteger e empoderar as mulheres migrantes	5.c
		Transformação dos sistemas de governança para melhorar a tomada de decisão	16.8
		Projetos e políticas para inundações	11.b
		Transformações e plataformas digitais	17.8
		Criação de novos departamentos, comitês, escritórios ou programas vinculados ao alcance dos ODS ou ao realinhamento de instituições existentes.	17.9
		Engajamento no debate sobre governança global	16.7
		Definir políticas e legislações mais Eficazes	17.14
		Conservação dos oceanos	14.2
		Investimento em políticas públicas	17.14
		Ferramentas de avaliação do desempenho da implementação ODS	17.18
		Políticas públicas de enfrentamento contra a violência da mulher	5.2
		Compras verdes para diminuir os gases de efeito estufa	12.7
		Participação indígenas nos fóruns	16.7
		Parcerias para conservação dos recursos marinhos, oceanos e mares	14.1
		Medidas para combater poluição do ar, água, gases de efeito estufa	6.3
		Colaboração e envolvimento das partes interessadas	16.7
		Acesso público à informação (transparência) Disponibilidade de dados	16.10
		Accountability (responsabilidade)	16.6
		Políticas ambientais	17.14
		Incentivos para alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável	17.17
		Projetos de desenvolvimento sustentável em parcerias com outros	17.16
		Políticas públicas com mudanças que incentivem transformação dos costumes da sustentabilidade	17.14
		Investimento para alcançar uma cidade sustentável	11.3
		Planos e Projetos de soluções políticas para os países em desenvolvimento	17.14
	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	Desenvolvimento de inovações com base em soluções ecológicas	9.b
		Investimento em inovação e tecnologia	9.b
		Formulação de Políticas sociais	4.7

		Construção de instituições de governança	16.6
		Desenvolvimento de ferramentas, inovações e fortalecimentos nos sistemas de governança global de saúde	3.c
		Fortalecer quadros Cooperativos ambientais	10.2
		Impacto da modificação da radiação solar para os ODS	7.a
		Políticas e normas para o desmatamento	15.2
		Plataformas digitais com as interações dos diversos setores	17.16
		Ferramentas de monitoramento dos ODS com uso de tecnologias que as demais partes envolvidas tenham acesso e não somente órgãos governamentais	17.18
		Prestação de contas	17.18
		Desenvolvimento de tecnologias para o desenvolvimento sustentável	17.7
		Colaboração e envolvimento das pessoas na tomada de decisão	16.7
		Normas, políticas, alianças para o alcance dos ODS.	17.13
		Reconhecimento das questões urbanas Políticas urbanas	11.3
		Parcerias para o alcance dos ODS	17.7
Motores	CITIZEN PARTICIPATION	Participação cidadã no governo local	16.7
		Participação dos atores estatais	
		Dar voz aos cidadãos nas políticas para fortalecer sua participação democrática	16.7
	ENVIROMENTAL	Políticas de abastecimento de água potável	6.5
		Investimento no setor da saúde	3.c
		Inovações agrícolas	2.a
		Políticas de comunicação e monitoramento Políticas ambientais	17.14
	INTEGRATION	Formação de equipes especializada para promover a implementação dos ODS e integração de conhecimento	9.5
		Liderança política em desenvolvimento sustentável	17.14
		Apoio ativo ao comércio de produtos e serviços de desenvolvimento sustentável apropriados localmente	17.10
	POLICY INTEGRATION	Melhorar a coordenação da educação para crianças	4.2
		Políticas Públicas para o desenvolvimento sustentável	17.14
	Nichos	ECONOMIC	Participação das mulheres na política
ECOSYSTEM SERVICES		Acesso a água Potável	6.1
Emergentes	URBAN DEVELOPMENT	Formulação de estratégias de desenvolvimento sustentável para planejamento territorial	11.3
	INTERNATIONAL ORGANIZATIONS	Fortalecimento da coordenação global	17.13
		Políticas de educação climáticas	13.2
	MILLENNIUM DEVELOPMENT GOAL	Formulação de políticas para o Desenvolvimento sustentável	4.7
	INTERNATIONAL	Políticas ambientais	17.14
	RESOURCES	Conservação dos recursos hídricos	6.5
	POLYCENTRIC GOVERNANCE	Construção de instituições ambientais	16.6
LEGITIMACY	Monitoramento de parcerias com as partes interessadas	17.17	

Nota. Elaboração das autoras (2023).

Observa-se no quadro 6 da estrutura de proposição de indicadores de governança alinhado com ODS que a análise de conteúdo de Bardin, (2011) possibilitou uma sistematização e categorização dos dados de maneira mais aprofundada sendo possível

visualizar na fase da pré-análise os estudos fundamentais para investigação e análise dos documentos e sua organização de acordo com as temáticas identificadas na figura 11 do mapa temático com as palavras-chave dos autores. Posteriormente, foram realizadas a exploração de cada temática básica, motores, emergente e de nichos juntamente com seus termos e palavra-chave com a finalidade extrair informações para identificação dos elementos que representariam os indicadores.

Nesse contexto, os indicadores desempenham um papel essencial na avaliação e monitoramento das informações nas diversas áreas, ajudando a entender o contexto analisado e aprimorar a gestão e a tomada de decisão de forma eficaz, visando desenvolver políticas públicas mais assertivas na busca de um desenvolvimento próspero, inclusivo e sustentável (Dong, Yang & Li, 2018).

O modelo proposto como pode ser visualizado no quadro 6 visa analisar a gestão pública e suas práticas perante o desenvolvimento sustentável do município. A estrutura considera, a partir da Agenda 2030, a necessidade de uma governança alinhada com o desenvolvimento sustentável, assim como a mesma sugere. Além disso, a aplicação do modelo permite comparar e avaliar a governança com relação ODS com vistas a aprimorar a execução de políticas, eficácia na prestação de serviços e na promoção do bem-estar.

A estrutura de indicadores, levou em consideração todos os objetivos, ou seja, aqueles que mais conversam com os aspectos de governança propostos através do aporte teórico e bibliográfico. Dessa forma, é possível observar a importância não só do ODS 16 e 17, quando se trata da governança na implementação dos objetivos e metas, mas também dos demais objetivos.

Além disso, observa-se de acordo com Dong, Yang & Li (2018), que os governos locais e regionais desempenham um papel importante em influenciar o alcance dos ODS, e a agenda determina que governos e instituições públicas colaborem com os governos locais e regionais na realização desses objetivos. Partindo desse pressuposto, um modelo de indicadores de governança é essencial para monitorar o estado atual e as ações na promoção do desenvolvimento sustentável.

Portanto, a governança por ser aplicável em vários âmbitos, pode ser relacionada com os ODS e as questões que dizem respeito à cidade e a um futuro sustentável, e o uso de indicadores alinhado à governança é útil para fortalecer e promover a governança em qualquer escala, nacional ou municipal, que é crucial para alcançar o desenvolvimento sustentável (Santos & Ribeiro, 2015).

Segue o Quadro 7, aborda uma estrutura de objetivos e metas da Agenda 2030 conforme estabelecido pela ONU. Através, dessa estrutura é possível visualizar quais metas e objetivos foram contempladas para a proposição de indicadores de governança e quais não foram contempladas, a fim de possibilitar uma investigação mais eficaz para o âmbito nacional.

Quadro 7

Estrutura de objetivos e metas contempladas e não contempladas da Agenda 2030

ODS	METAS CONTEMPLADAS	METAS NÃO CONTEMPLADAS
ODS 1: Erradicação da Pobreza	1.1	1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.A, 1.B
ODS 2: Fome zero e agricultura sustentável	2.A	2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.C, 2.B
ODS 3: Saúde e bem-estar	3.3 3.C	3.1, 3.2, 3.4, 3.5, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9, 3.A, 3.B, 3.D
ODS 4: Educação de qualidade	4.2 4.7	4.1, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6, 4.A, 4.B, 4.C
ODS 5: Igualdade de Gênero	5.2 5.5 5.C	5.1, 5.3, 5.4, 5.6, 5.A, 5.B
ODS 6: Água potável e Saneamento	6.1 6.3 6.5	6.2, 6.4, 6.6, 6.A, 6.B
ODS 7: Energia limpa e acessível	7.A	7.1, 7.2, 7.3, 7.B
ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico	8.1 8.6	8.2, 8.3, 8.4, 8.5, 8.7, 8.8, 8.9, 8.10, 8.A, 8.B
ODS 9: Indústria, inovação e infraestrutura	9.5 9.B	9.1, 9.2, 9.3, 9.4, 9.A, 9.C
ODS 10: Redução das desigualdades	10.2 10.4	10.1, 10.3, 10.5, 10.6, 10.7, 10.A, 10.B, 10.C
ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis	11.2 11.3 11.B	11.1, 11.4, 11.5, 11.6, 11.7, 11.A, 11.C
ODS 12: Consumo e produção responsáveis	12.2 12.4 12.7	12.1, 12.3, 12.5, 12.6, 12.8, 12.A, 12.B, 12.C
ODS 13: Ação contra a mudança global do clima	13.2 13.3	13.1, 13.A, 13.B
ODS 14: Vida na água	14.1 14.2	14.3, 14.4, 14.5, 14.6, 14.7, 14.A, 14.B, 14.C
ODS 15: Vida terrestre	15.2	15.1, 15.3, 15.4, 15.5, 15.6, 15.7, 15.8, 15.9, 15.A, 15.B, 15.C
ODS 16: Paz, Justiça e Instituições eficazes	16.6 16.7 16.8 16.10	16.1, 16.2, 16.3, 16.4, 16.5, 16.9, 16.A, 16.B
ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação	17.7 17.8 17.9 17.10 17.13 17.14 17.16 17.17 17.18	17.1, 17.2, 17.3, 17.4, 17.5, 17.6, 17.11, 17.12, 17.15, 17.19

Nota. Elaboração das autoras (2023).

Portanto, visualizar a estrutura de metas contempladas e não contempladas para a proposição de indicadores de governança é fundamental para auxiliar na proposição de modelos e sugestões de pesquisas futuras a fim de abordar indicadores com as metas que não foram contempladas, propiciando assim, em uma aplicação mais eficaz para âmbito nacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agenda 2030 e o conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas respectivas metas, retratam uma oportunidade para as nações direcionar suas ações e políticas rumo a um caminho sustentável. Os ODS, abrangem uma ampla gama de questões sociais, ambientais e econômicas e englobam uma diversidade de temas imprescindíveis para a sustentabilidade do planeta cuja implementação envolve diversos níveis governamentais e institucionais, bem como, áreas como pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias. No entanto, essa não é uma tarefa fácil, necessitando de um esforço conjunto de toda a sociedade para alcance dos objetivos.

Um dos mecanismos para a implementação dos ODS se encontra na governança que se apresenta como elemento essencial para a obtenção de resultados consistentes para a consolidação de um modelo de desenvolvimento que seja sustentável. Diante disso, o trabalho objetivou investigar indicadores de governança sustentável, baseando-se nos principais eixos temáticos identificados na literatura a partir da análise das temáticas básicas, motores, nichos e emergentes, seus termos e palavra-chave a fim monitorar os objetivos e analisar a gestão pública e suas ações perante o desenvolvimento sustentável.

Logo, os ODS são também conhecidos como objetivos globais, são integrados e indivisíveis e engloba as três dimensões do desenvolvimento sustentável, porém observa-se que ações no âmbito municipal se cruza com esse objetivo global e é essencial para o fortalecimento de aliança globais, nacionais, regionais e locais. Nesse contexto, selecionar indicadores do cenário global para as circunstâncias e prioridade nacional e local contribui para avaliação situacional da gestão, colaborando para futuras melhorias no sentido da implementação dos ODS.

Portanto, percebe-se que a implicação teórica da investigação da pesquisa está na exploração e análise do conteúdo dos artigos a fim de contribuir com o desenvolvimento da governança da sustentabilidade e sua relevância para alcance dos ODS. Tem como implicação prática uma estrutura de indicadores voltados para a realidade nacional, visando monitorar a governança no sentido de alcance dos ODS possibilitando dar suporte ao fortalecimento de

políticas e ações para o desenvolvimento sustentável, auxiliando os gestores municipais a examinar a evolução daquela realidade e melhorar a tomada de decisão e desenvolvimento de políticas que devam ser estabelecidas.

A estrutura considera, a partir da Agenda 2030, a necessidade de uma governança alinhada com o desenvolvimento sustentável, assim como a mesma sugere. Além disso, proporcionou, por meio da investigação de indicadores de governança, analisar como os temas estão sendo discutido a fim de identificar lacunas e limitações que podem preenchidas através de novas pesquisas, como baixo número de estudos relacionando os dois temas, como também indicadores de governança que permitam monitorar e avaliar seus respectivos resultados. Ainda, é possível visualizar as metas contempladas e não contempladas para a estrutura de proposição de indicadores de governança, abrindo assim, oportunidades e sugestões de pesquisas futuras com relação metas que não foram contempladas. Sendo assim, a aplicação do modelo permite comparar e avaliar a governança com relação ODS com vistas a aprimorar a execução de políticas, eficácia na prestação de serviços e na promoção do bem-estar.

CAPÍTULO 3: Modelo de Governança Municipal Alinhado aos ODS: Proposta de Monitoramento em Municípios.

RESUMO:

Objetivo: Adaptar um modelo de governança municipal, visando o monitorando dos ODS em municípios, a partir de indicadores que oferecem uma análise das potencialidades e fragilidades da estrutura e contexto local;

Referencial Teórico: Os sistemas de governança para análise dos ODS como uma ferramenta matricial, permitindo operar de forma eficaz em relação as estratégias e sejam capazes analisar os objetivos globais.

Método: A perspectiva metodológica contou com uma abordagem de natureza qualitativa e aplicada. Sendo classificada como uma pesquisa descritiva e exploratória, por buscar explorar indicadores relacionado a governança.

Resultados e conclusões: Os resultados obtidos apontam que os sistemas de governança podem desempenhar um papel fundamental para o cumprimento dos ODS, pois monitoram o progresso de suas ações e medidas em direção a metas da Agenda 2030 permitindo verificar os avanços e onde mais empenho são necessários para coordenar e integrar as diversas partes interessadas com políticas e estratégias eficientes e eficazes direcionadas para os esforços dos ODS, auxiliando na tomada de decisão mais assertiva.

Implicações da Pesquisa: A pesquisa possui relevância local, municipal e nacional, permitindo investigar e examinar sistemas de governança para os ODS, visando selecionar indicadores e avaliar dentro dos componentes estruturais e funcionais ações e prática perante ao desenvolvimento sustentável.

Originalidade/valor: O sistema de governança para análise dos ODS foi ajustado para se adaptar ao contexto dos municípios que pode ser aplicável a qualquer tema, domínio ou subdomínio específico de governança.

Palavras-chave: ODS. Monitoramento. Sistema de governança.

³ Larissa Luana Pereira Custódio

Maria de Fátima Martins

Artigo Publicado: 04/03/2024. Revista Gestão Social e Ambiental, Qualis Capes 2017-2020 A3.

Municipal Governance Model Aligned with the SDGs: Monitoring Proposal in Municipalities.

ABSTRACT

Objective: Adapt a municipal governance model, aiming to monitor the SDGs in municipalities, based on indicators that offer an analysis of the potentialities and weaknesses of the local structure and context;

Theoretical Framework: Governance systems for analyzing the SDGs as a matrix tool, allowing them to operate effectively in relation to strategies and be able to analyze global objectives.

Method: The methodological perspective included a qualitative and applied approach. It is classified as a descriptive and exploratory research, as it seeks to explore indicators related to governance.

Results and conclusions: The results obtained indicate that governance systems can play a fundamental role in achieving the SDGs, as they monitor the progress of their actions and measures towards the goals of the 2030 Agenda, allowing them to verify progress and where more commitment is needed to coordinate and integrate the various stakeholders with efficient and effective policies and strategies aimed at SDG efforts, helping to make more assertive decisions.

Implications of the Research: The research has local, municipal and national relevance, allowing the investigation and examination of governance systems for the SDGs, aiming to select indicators and evaluate, within the structural and functional components, actions and practices towards sustainable development.

Originality/value: The governance system for analyzing the SDGs was adjusted to adapt to the context of the municipalities, which can be applicable to any specific theme, domain or subdomain of governance.

Keywords: SDGs. Monitoring. Governance system.

³ Larissa Luana Pereira Custódio

Maria de Fátima Martins

Article Published: 04/03/2024. Revista Gestão Social e Ambiental, Qualis Capes 2017-2020 A3.

1. INTRODUÇÃO

Desde que os humanos evoluíram em sociedades, eles têm influenciado cada vez mais os ecossistemas em todo o mundo. Consequentemente, com a industrialização, a expansão demográfica e o aumento do consumo surgiram novos níveis de impactos e danos ambientais imprevistas desde a revolução industrial (Vasseur, L. et al., 2017). Nesse contexto, a humanidade continua a encarar uma série de desafios, desde o aumento das desigualdades e da pobreza até conflitos obstinados, doenças contagiosas, deterioração ambiental e alterações climáticas (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, [PNUD], 2016).

Um termo emergiu e ganhou destaque em 1987, no avanço histórico dessa problemática na busca de um mundo mais próspero, sustentável e inclusivo o de desenvolvimento sustentável, que segundo a publicação Relatório Brundtland ou *Our Common Future* pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente em 1987, é definido como o desenvolvimento que satisfaz as gerações presentes sem prejudicar a necessidade das gerações futuras (World Commission on Environment and Development. [WCED], 1987).

Com o intuito de garantir a preservação da vida na terra e promover o crescimento sustentável, a ONU, no ano 2000, durante a Cúpula do Milênio, lançou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Em setembro de 2015, inspirando-se nos ensinamentos obtidos a partir dos oito ODM, os 193 estados membros adotaram a Agenda 2030 chamada “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável” com 17 ODS e 169 metas que visa alcançar um desenvolvimento global equilibrado social, econômica e ambientalmente, sendo aplicável tanto a nações desenvolvidas quanto a nações em desenvolvimento (Organização Das Nações Unidas [ONU] 2015).

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável representa um compromisso global para guiar a humanidade rumo a um desenvolvimento mais sustentável, equitativo e inclusivo. É um plano de ação para as pessoas, a prosperidade, o planeta e a promoção da paz, através do estabelecimento de parcerias entre as diferentes partes interessadas. Entretanto, para alcançar os ODS, serão necessários esforços conjuntos em todas as esferas e níveis da sociedade e uma das dificuldades que se observa é a necessidade de estabelecer uma estrutura de governança tanto a nível global, como a nível local para impulsionar seus esforços e alcançar os objetivos.

A governança é considerada uma ferramenta de direção essencial e indispensável para o desenvolvimento sustentável (Van Zeijl-Rozema et al., 2008). Nessa perspectiva, é necessário pensar na governança como elemento fundamental para os resultados da execução

dos objetivos em todos os âmbitos a fim de alcançar mudanças no mundo. De acordo com a definição de Bevir (2011), a governança abrange uma pluralidade de atores públicos e privados, práticas híbridas (sistemas administrativos e estratégias quase de mercado) e é considerada multijurística, ou seja, abrangendo diferentes instituições, setores e níveis de governo.

Baseando-se nessa conceituação, percebe-se que a governança envolve a participação de diferentes atores e instituições no gerenciamento de seus assuntos em comuns. Além disso, conforme Graham, Amos, & Plumptre, (2003) o conceito é fundamentado em três palavras-chave poder, relações e cooperação e responsabilidade, pois envolve interações entre estruturas, processos e tradições que indicam como o poder e as responsabilidades são desempenhadas, como as decisões são tomadas e como cidadãos ou outras partes interessadas têm uma palavra a dizer, sendo considerados fundamentais para o atingimento dos ODS.

Levando em consideração que um dos desafios da implementação da Agenda 2030 se situa na necessidade de um sistema de governança, as Nações Unidas e outras organizações internacionais têm incentivado os países a construir sistemas de governança eficientes e avançados. Os elementos chave desses sistemas de governança abrangem os fatores expostos na Agenda 2030 e seus ODS: promover o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões ambiental, social e econômica de maneira equilibrada e integrada, desenvolvendo um estado de direito efetivo e boa governança em todos os níveis e instituições transparentes, eficazes e responsáveis (Organização Das Nações Unidas [ONU] 2015).

Além disso, aumentar a coerência política e institucional (objetivos 17.13, 17.14 e 17.15), e parcerias multissetoriais (objetivos 17.16 e 17.17) através do estabelecimento de arranjos institucionais eficazes para os ODS, avaliando os contextos governamentais, institucionais e políticos existentes no país por meio da identificação e compreensão dos fatores que afetam a implementação dos ODS, como o atual processo, instituições e atores (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, [PNUD], 2017).

A governança engloba um conjunto de diferentes setores (governo, setor público, setor privado e sociedade civil) em busca de relacionamentos, interações com as partes interessadas, com o objetivo de administrar as temáticas em comuns, visando à implantação dos ODS (Wilde et al. 2009, p.5 como citado em Czepil, 2020). Assim, a conexão entre governança e a realização dos ODS é evidente, uma vez que a governança direcionada aos ODS necessita proporcionar um ambiente propício para a ação coletiva (Bowen et al., 2017) através da atuação dos diferentes atores em busca de compromisso, cooperação e ação coordenada com a finalidade de alcançar um futuro mais próspero, sustentável e inclusivo.

Contudo, enfrentar os desafios da Agenda 2030, exige um esforço conjunto de toda a sociedade, pois ODS requerem uma abordagem holística que abranja o meio ambiente, o social e o econômico. Sendo assim, percebe-se que um sistema de governança é fundamental para examinar as particularidades e impulsionar a realização dos ODS. Conforme, Morita, Okitasari, & Masuda, (2019), sistemas de governança para os ODS é definido como sistemas complexos que incorpora a interação de instituições e atores com a finalidade de abordar objetivos globais e operar de maneira eficaz em relação a estratégias abrangentes, transversais e interagências, ou seja, os ODS em processos políticos nacionais e locais, avaliando as características na busca de desenvolvimento.

Partindo desse pressuposto, de importância da governança para o alcance dos ODS, surge a necessidade de uma ferramenta matricial para análise dos sistemas de governança nacional e local em relação aos ODS, tomando como base indicadores de governança para a sustentabilidade, a fim de dar subsídio para o desenvolvimento de um sistema de governança mais eficaz para o contexto local. Dessa maneira, a pesquisa objetiva explorar a seguinte problemática: **Como adaptar um sistema de governança, visando monitoramento dos ODS no âmbito de municípios, a partir de um conjunto de indicadores?**

A pesquisa teve como principal objetivo adaptar um modelo de governança municipal, visando o monitorando dos ODS em municípios, a partir de indicadores que oferecem uma análise das potencialidades e fragilidades da estrutura e contexto local. A relevância de moldar um sistema de governança contribui para identificar as características da realidade estudada, suas potencialidades e fragilidades, oferecendo subsídios para os governantes avaliarem suas políticas e ações, dando suporte para decisões estratégicas que visam agilizar e alcançar o cumprimento dos objetivos e, assim, agregar à literatura no desenvolvimento de um sistema mais eficaz para a realidade local, o que justifica a realização deste estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nas subseções a seguir serão abordados os seguintes conceitos: Sistema de Governança para os ODS e o caso do Brasil e Agenda 2030

2.1 Sistema de Governança para os ODS

Uma vez que os ODS envolvem de forma integrada as dimensões ambientais, sociais e econômicas consequentemente exigem soluções integradas e uma ampla perspectiva de

sistemas para fins de cumprimento. Observa-se que atingir os ODS não é uma tarefa fácil e um dos caminhos para alcançá-los é integrar à gestão geral, bem como ao trabalho e aos procedimentos diários através de uma abordagem intersetorial, onde a colaboração dos diferentes atores, instituições e setores são fundamentais para implementação que terá impacto na governança local (Gustafsson & Ivner 2017).

Contudo, nota-se que a implementação dos ODS requer uma governança multinível que compreenda a interação entre os diferentes níveis de governo e partes envolvidas, incluindo atores privados e cidadãos no gerenciamento de assuntos em comuns a fim de estimular ações em vários níveis, escalas e setores e própria ONU aborda que a cooperação entre todos os países e partes interessadas é essencial para realizar os ODS (Fenton & Gustafsson, 2017).

Nessa perspectiva, nota-se que após a adoção da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável em 2015, a maioria dos países tem desenvolvido mecanismos básicos de governança para sua implementação, porém constata-se por meio de estudo de governança para os ODS, que a análise dos sistemas de governança é escasso sendo limitado o desenvolvimento de estruturas que podem ser utilizadas para analisar os diferentes procedimentos em sistemas de governança para ODS (Morita, Okitasari, & Masuda, 2019).

Tendo em vista a importância da governança para a implementação dos ODS nota-se, que umas primeiras ações tomadas em nível nacional foi estabelecer a estrutura de um sistema de governança para os ODS objetivando desenvolver novas plataformas de coordenação ou melhorar as existentes para os ODS que estão surgindo em todos os países (Okitasari et al. 2019).

Diante dos desafios para o cumprimento dos ODS e levando em consideração que própria Agenda 2030 menciona a boa governança como elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável e na busca de aprimoramento e desenvolvimento, sistemas de governança para os ODS foram criados visando preencher as lacunas existentes, melhorar e fortalecer o desempenho e eficácia de governança na consecução dos objetivos.

Assim, espera-se que um sistema de governança para os ODS opere de forma eficaz em relação as estratégias e sejam capazes analisar os objetivos globais. Sendo conceituado como um processo complexo, pois, abrange o relacionamento de diferentes instituições e atores com a finalidade de abordar os objetivos em seus aspectos abrangentes, transversais e interagência examinando os procedimentos políticos nacionais e locais (Okitasari et al 2019).

Conforme Morita, Okitasari, & Masuda (2019), sistemas de governança para ODS é um conjunto de estruturas, processos, políticas e mecanismos que são estabelecidos para coordenar, implementar, monitorar e avaliar o progresso em relação às metas dos ODS

envolvendo interação das diferentes partes interessadas como instituições, governos, sociedade civil a fim de fortalecer e garantir que os esforços em direção ao alcance dos ODS sejam eficazes.

Nesse contexto, como a governança envolve um conjunto de interações nos quais participam diferentes partes interessadas como governo, outros públicos, setor privado e a sociedade civil visando resolver desafios públicos ou criar oportunidades públicas (Agência Europeia do Ambiente, 2019). Um sistema de governança adaptado para a realidade nacional e local é fundamental para analisar o processo de andamento com relação a implementação dos ODS objetivando acelerar seu cumprimento e alcance.

Além disso, permite avaliar e monitorar ações relacionadas aos objetivos e metas possibilitando identificar os possíveis avanços e as áreas que precisam de atenção para sejam destinados um esforço maior para a construção de parcerias duradouras e estratégias na busca de um país próspero e sustentável.

Partindo desse pressuposto, foi utilizado o estudo de Morita, Okitasari, & Masuda, (2019) na qual retrata uma análise de sistemas de governança nacional e local para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável: Estudo de caso do Japão e da Indonésia como base para realizar a adaptação do modelos juntamente com os indicadores e as temáticas identificadas no estudo de Custodio & Martins (2024).

Portanto, como Agenda 2030 é uma abordagem complexa, abrangente e transversal e o mundo está cada vez mais caracterizado pela incertezas e transformações um sistema de governança para os ODS será capaz de analisar a governança em qualquer domínio sendo aplicável em contexto ambientais, sociais e econômicos avaliando sua estrutura e função a nível nacional e local com finalidade melhorar o cumprimento desses sistemas, contribuindo para auxiliar os gestores na tomada de decisão, aprimorar do desempenho das atividades e o aceleração no alcance dos ODS.

2.2 O caso do Brasil e Agenda 2030

O Brasil declarou interesse de "não deixar ninguém para trás" até 2030 ao assinar a Agenda 2030 da ONU que é um plano de ação para as pessoas, a prosperidade, o planeta e a promoção da paz, através do estabelecimento de parcerias entre as diferentes pessoas que farão parte do processo de desenvolvimento que visa acabar com pobreza, proteger meio ambiente e o clima e garantir um mundo próspero e sustentável. E com a finalidade de alinhar suas políticas, estratégias e ações com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e

suas metas associadas foi criada a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS).

A Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) foi fundada com o advento do Decreto nº 8.892 de 2016, é estabelecida como órgão de governança para internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 no Brasil tem como finalidade internalizar, difundir, dar transparência e definir a melhor estratégia a ser implementada para a nova governança da Agenda 2030 no Brasil, pois, Governo Federal entende a relevância e o compromisso que ODS têm para a construção de um país justo, desenvolvido e sustentável (Secretaria de Governo da Presidência da República, [SEGOV], 2019).

Partindo desse pressuposto essa comissão visa ser indutora da implementação dos ODS, através de um processo colaborativo e participativo, incluindo o fortalecimento do diálogo entre governo e sociedade civil para alcance de todos os objetivos e metas da Agenda 2030 Brasil, desenvolvendo os mecanismos, estratégias e as condições necessárias para o alcance dos ODS (Secretaria de Governo da Presidência da República, [SEGOV], 2019).

O cenário para implementar a Agenda 2030 requer um esforço conjunto de estruturação e coordenação de ações integradas, refletido nas estratégias de internalizar e interiorizar a Agenda 2030 no país. O retrato desse esforço está refletido no Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que objetiva fortalecer os vínculos de governança e dar transparência na implementação dos objetivos no âmbito global até 2030 (Comissão Nacional Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, [CNODS], 2017).

Em relação à governança, o plano de ação da CNODS 2017-2019 é composto por cinco grandes eixos e um deles trata de forma específica de gestão e governança, onde o país está buscando estabelecer uma governança que garanta integração, participação, comunicação ao introduzir os ODS em sua governança nacional, incluindo diferentes estruturas políticas e atores envolvidos na implementação das ações dos ODS (Comissão Nacional Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, [CNODS], 2017).

Nessa perspectiva, adaptar a ferramenta matricial para análise dos sistemas de governança nacional e local em relação aos ODS a nível Brasil será útil para avaliar o progresso em relação às metas dos ODS, visualizar os principais resultados, desafios e avanços a fim de dar subsidio para o desenvolvimento de um sistema de governança mais eficaz para o contexto local.

Em nível Brasil temos desenvolvimento de um plano chamado Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) trata-se de um documento de propostas que visa potencializar a

colaboração do Sistema Nacional de Fomento (SNF) na mobilização dos recursos necessários para viabilizar projetos de desenvolvimento sustentável no alcance dos ODS e das metas da Agenda 2030 (Associação Brasileira de Desenvolvimento, [ABDE], 2022).

O Relatório Luz da Sociedade Civil para Agenda 2030 tem como objetivo dar seguimento na análise e classificação das metas verificando seu andamento em relação a implantação dos ODS a fim de acelerar o alcance em prol do desenvolvimento sustentável e combater as desigualdades sociais, econômicas em busca de um país próspero e inclusivo (Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, 2023).

A “estratégia ODS” é uma rede de organizações da sociedade civil, do setor privado e de governos locais, que objetiva engajar e conscientizar atores-chave da sociedade a respeito de seu papel e dos esforços necessários para que o cumprimento da Agenda 2030 no país seja bem-sucedido a fim de promover os debates a respeito dos ODS no âmbito local (Estratégia ODS, 2022).

O Relatório anual do Índice e Painéis de ODS (2016), classifica os países de acordo com sua situação inicial com relação aos 17 ODS, levando em conta os últimos dados disponíveis, ou seja, refere-se a um documento preliminar que utiliza apenas informações já publicadas permitindo avaliar a situação atual de progresso de cada país. Por exemplo, conforme o relatório de 2016 o Brasil se encontra na posição 52 com uma pontuação de 64,4 que indica que o país já percorreu em média 64,4%. Nesse contexto, o cenário ainda tem muito o que avançar para atingir o alcance dos ODS em 100% (Índice e Painéis de ODS, 2016).

No âmbito local o Guia para Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros objetiva orientar e fortalecer os municípios a exercer um papel fundamental na adequação das metas e indicadores nacionais à realidade local, com ações que considerem os ODS em seus planejamentos e orçamentos, incluindo participação e engajamento da sociedade civil e direcionando o diálogo das políticas com as estratégias de ação para a implantação da Agenda 2030 (Confederação Nacional de Municípios, [CNM], 2016).

Portanto, no cenário de diversidade que define o Brasil, a Agenda 2030 torna-se uma grande oportunidade para a gestão de políticas públicas, para que consolide um país mais justo e solidário. Observa-se, que o país tem trabalhado para alinhar suas políticas, estratégias e ações com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas associadas como visto anteriormente, mas ainda falta responsabilidade, comprometimento de todas as partes interessadas, para definir as prioridades políticas necessárias para influenciar a alocação de recursos destinados ao alcance ODS.

Desta maneira, será utilizado como base o modelo de Morita, Okitasari, & Masuda, (2019) que trata de uma estrutura para analisar os sistemas de governança para os ODS, investigando a governança em qualquer domínio e sendo aplicável em áreas ambientais, sociais e econômicas com a finalidade de aprimorar o desempenho das atividades, potencialidade e fragilidades com relação ao cumprimento dos objetivos.

3. METODOLOGIA

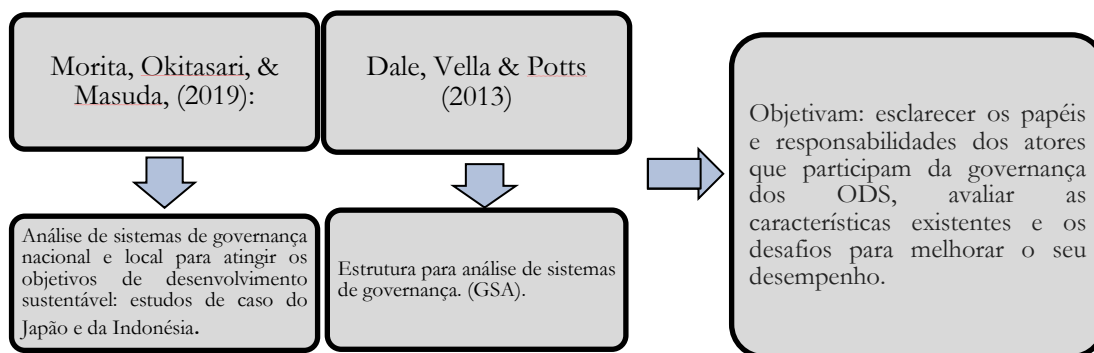
A metodologia para o desenvolvimento do sistema de governança para ODS levou em consideração pesquisas bibliográficas com levantamentos de dados, pesquisas já existentes sobre a temática e pesquisas relacionadas ou próximas ao tema que contribuíram para adaptação do sistema. Trata-se de um sistema de governança para os ODS para fins de monitoramento no âmbito municipal, objetivando acelerar seu cumprimento e melhorar o seu desempenho e eficácia.

O trabalho, quanto a abordagem, se caracteriza como de natureza qualitativa e aplicada, ao adaptar um modelo de sistema de governança para posterior aplicação no âmbito municipal. Sendo classificada como uma pesquisa descritiva e exploratória, por buscar explorar indicadores relacionado a governança.

Segue a figura 12 sistemas de governança para ODS.

Figura 12

Sistemas de governança para ODS.



Nota. Elaboração das autoras a partir de Morita, Okitasari & Masuda, (2019) e Dale, Vella & Potts (2013).

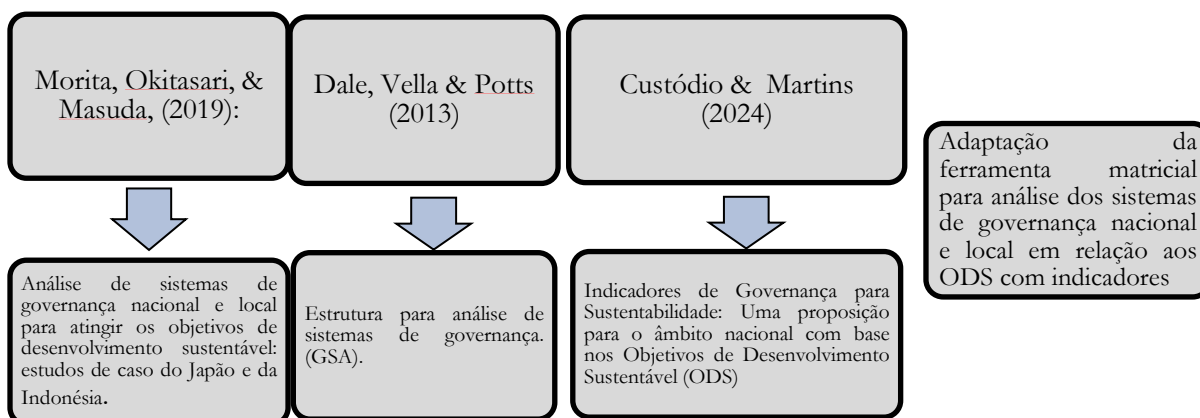
Partindo da importância de fortalecer os sistemas de governança para alcançar os ODS, Morita, Okitasari, & Masuda, (2019) propuseram uma estrutura para analisar os sistemas de governança para os ODS com base no fundamento Coined Governance Systems Analysis (GSA) de Dale, Vella & Potts (2013) objetivando esclarecer os papéis e responsabilidades dos atores que participam da governança dos ODS, avaliar as características existentes e os desafios para melhorar o seu desempenho.

Nesse contexto, para aprimorar a ferramenta, é necessária discussão sobre os possíveis indicadores necessários para avaliar os efeitos reais que os sistemas de governança produzem e contribuem para alcançar os ODS e, conseqüentemente, formas de desenvolver ferramentas mais práticas que permitam analisar com mais facilidade os sistemas de governança de outros países, estados e municípios (Morita, Okitasari, & Masuda, 2019). Partindo desse pressuposto, a principal fonte de dados para adaptação do sistema será indicadores de governança para sustentabilidade alinhado aos ODS de Custódio & Martins (2024).

Segue a figura 13 estudos para adaptação dos sistemas de governança para ODS.

Figura 13

Estudos para adaptação do sistema de governança para ODS.



Nota. Elaboração das autoras a partir de Morita, Okitasari & Masuda, (2019); Dale, Vella & Potts (2013) e Custódio & Martins (2024).

Para a adaptação do sistema de governança para os ODS alguns estudos foram fundamentais para sua estruturação: Análise de sistemas de governança nacional e local para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável: Estudo de caso do Japão e da Indonésia de Morita, Okitasari, & Masuda, (2019) que analisa diferentes estruturas de sistemas de governança para alcançar os ODS em nível nacional e vários desafios para melhorar seu desempenho, usando uma nova ferramenta matricial para avaliar sistemas de governança para

os ODS e o trabalho de Dale, Vella & Potts (2013) que desenvolve uma estrutura para análise de sistemas de governança. Ambos, os estudos apresentam base teórica e prática para realizar modificação da estrutura do sistema de governança para os ODS. Além disso, o estudo de Custódio & Martins (2024) apresentam indicadores de governança para sustentabilidade que foram essenciais para modificação da estrutura.

Partindo desse pressuposto, o sistema de governança para os ODS de Morita, Okitasari, & Masuda, (2019) foi baseado na estrutura de Dale, Vella & Potts (2013) que é firmado em cinco componentes estruturais principais: (1) definição de visão e objetivo (estabelecimento de visões/objetivos de nível superior), (2) pesquisa e avaliação (análise para sustentar a tomada de decisão), (3) desenvolvimento de estratégia (determinar as melhores estratégias para garantir visões e objetivos estratégicos, incluindo um mix de soluções apropriado, ou seja, equilibrar abordagens de mercado, persuasivas, regulatórias, colaborativas e de capacitação), (4) implementação (implementação e entrega de estratégias mais amplas) e (5) monitoramento, avaliação e revisão (monitoramento, avaliação e revisão da implementação contra a visão e os objetivos originais). Além disso, inclui três componentes funcionais em todos os cinco elementos estruturais: (1) capacidade de tomada de decisão, (2) conectividade e (3) uso do conhecimento (Morita, Okitasari, & Masuda, 2019).

A ferramenta matriz tem potencial para ser aplicada a sistemas de governança para vários temas ambientais, sociais e econômicos, e também sistemas que estão em estágios iniciais de desenvolvimento, como sistemas de governança para os ODS. Levando em consideração as questões analíticas originais sobre os cinco componentes estruturais e três funções sugeridas por Dale, Vella & Potts (2013) e Morita, Okitasari, & Masuda, (2019), as perguntas permitem avaliar as características estruturais e funcionais dos sistemas de governança existentes para os ODS e quatro respostas possíveis estão disponíveis para cada pergunta: “sim”, “parcialmente”, “não” ou “desconhecido”, tanto em nível nacional quanto local, foi usada essa escala de classificação de quatro pontos para possibilitar que a ferramenta seja aplicada a todos os países tendo em vista, que os documentos e informações disponíveis diferem.

No presente estudo, foi realizado uma adaptação do modelo para a escala municipal, bem como, foram incorporadas novas questões para contemplar a amplitude que a temática governança representa atualmente, incluindo temáticas básicas, motores, nichos e emergente, identificadas no estudo de Custódio & Martins (2023). Portanto, foi realizado uma análise dos descritores referente as características estruturais e funcionais e realizada a adaptação no modelo, a fim de melhor identificar as potencialidades e fragilidades do sistema. A partir dessa

análise, foi selecionado os indicadores de governança alinhado com os ODS, proposto por Custódio & Martins (2024) com o intuito de acelerar o cumprimento dos objetivos, pois o sistema (características estruturais e funcionais) propõe a incorporação dos ODS na estrutura e função do sistema e os indicadores permite monitoramento ao longo dos anos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

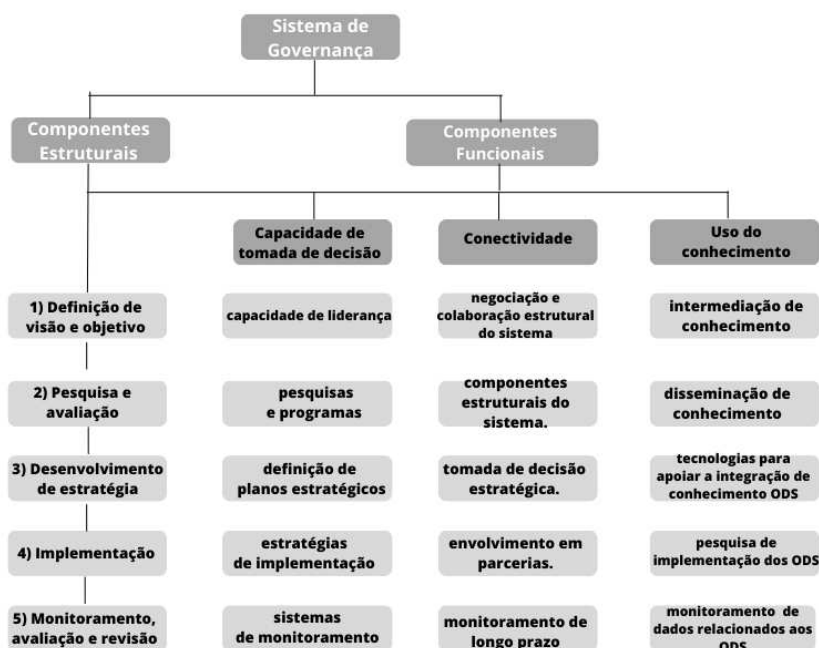
A ferramenta matricial para análise dos sistemas de governança nacional e local para os ODS proposta nesse trabalho leva em consideração indicadores de governança para sustentabilidade alinhado aos ODS. A adaptação da estrutura busca transparecer a identificação dos obstáculos que enfrentam na busca de aprimorar o desempenho da ferramenta permitindo avaliar as características, identificar os desafios que enfrentam com relação ao alcance dos ODS no âmbito nacional para acelerar seu alcance.

A estrutura de sistema de governança é fundamentada em cinco elementos estruturais que descreve as principais atividades do modelo dentro do ciclo de tomada de decisão que geralmente são consideradas importantes. E três componentes funcionais que garantem o pleno funcionamento dentro e entre esses elementos estruturais. Pode ser usada em qualquer cenário de governança com diferentes temas, domínios e subdomínios de governança que estão altamente interconectados, entre e dentro de escalas espaciais e temporais específicas incluindo escalas internacionais, nacionais, provinciais, regionais, locais, de propriedade e local (Dale, Vella & Potts 2013).

Segue a Figura 14 dos componentes estruturais e funcionais do sistema de governança para os ODS.

Figura 14

Componentes estruturais e funcionais do sistema de governança para os ODS.



Nota. Elaboração dos autores a partir de Morita, Okitasari, & Masuda (2019).

Portanto, analisar os aspectos estruturais e funcionais dos sistemas de governança permitem aperfeiçoar o desempenho das atividades com a definição de visão e objetivos, pesquisa e avaliação, a fim de delinear as melhores estratégias e consequentemente implantá-las de forma eficiente em busca de um monitoramento, avaliação e revisão com a finalidade de aprimorar desenvolvimento do conhecimento ao longo do sistema para uma tomada de decisão mais assertiva.

4.1 Descrição das características estruturais e funcionais do sistema

As características estruturais descrevem as atividades orientadas a uma finalidade ou a uma coleção de serviços inter-relacionados que compõem o sistema como um todo, a fim de apresentar uma rede de links entre as estruturas (Dale, Vella & Potts 2013).

A seguir, é apresentado o Quadro 8 com as características estruturais dos sistemas de governança e seus respectivos descritores.

Quadro 8:

Características estruturais dos sistemas de governança e seus respectivos descritores.

Características estruturais	Descritores Típicos	Estrutural Típica Saídas
Definição de visão e objetivos	-Quais instituições/indivíduos estão envolvidas na visão do sistema e na definição de objetivos? -Quais outras instituições e indivíduos do sistema precisam ser envolvidos e quais são suas visões e objetivos para o sistema. -Quais são as estruturas políticas e legais que sustentam a visão e a definição de objetivos?	-Visão e objetivo de alto nível, declarações que definem o cenário para a estratégia. -Desenvolvimento e implementação.
Análise (Pesquisa e avaliação)	Quais instituições e indivíduos estão envolvidos em pesquisas e avaliações ligadas à operação do sistema e quais são suas prioridades de pesquisa e avaliação? -Que outras instituições/indivíduos precisam estar envolvidas na pesquisa e avaliação? -Quais são as estruturas políticas e legais que sustentam a análise?	-Pesquisar programas estratégicos. -Links estratégicos entre pesquisas programas e sistema monitoramento.
Desenvolvimento de Estratégia	Quais instituições/indivíduos estão envolvidas no desenvolvimento da estratégia e quais são suas prioridades estratégicas? -Que outras instituições/indivíduos precisam estar envolvidas? -Quais são as estruturas políticas e legais que sustentam o desenvolvimento da estratégia? -Qual é o mix de soluções desenvolvido para atingir visões e objetivos de alto nível (ou seja, o equilíbrio entre regulamentação, persuasão, mercado, educação e capacitação ou abordagens colaborativas)?	-Alto nível de planos estratégicos. Programa de desenvolvimento e implementação. -Uma mistura equilibrada de estratégias soluções.
Implementação	-Quais instituições/indivíduos estão envolvidas em uma disseminação estratégica de programas e projetos de implementação e quais são suas prioridades? -Que outras instituições/indivíduos devem estar envolvidas na implementação? -Quais são os quadros políticos e jurídicos que sustentam a implementação?	-Estratégia de implementação programas. -Uma mistura de regulamentar, voluntário, persuasivo e baseado no mercado arranjos.
Monitoramento, avaliação e revisão	Quais instituições/indivíduos estão envolvidas no monitoramento, avaliação e revisão do sistema e quais são suas prioridades de monitoramento relacionadas ao sistema? -Que outras instituições/indivíduos no sistema precisam ser envolvidas no monitoramento e avaliação? -Quais são as políticas e estruturas legais que sustentam o monitoramento, avaliação e revisão dentro do sistema?	-Estado regularizado do sistema monitoramento e comunicação. -Estratégia/periódico avaliações de peças-chave do sistema.

Nota: Elaboração dos autores a partir de Dale, Vella & Potts (2013).

Observa-se que os componentes estruturais descrevem atividades relevantes que visam auxiliar na definição de objetivos, subsidiar a tomada de decisão, determinando as melhores estratégias e metas a fim de implantar a entrega de forma eficiente monitorando, avaliando e revisando seu alcance podendo ser aplicadas a qualquer tema, domínio ou subdomínio estrutural dos sistemas de governança (Dale, Vella & Potts, 2013).

A seguir, é apresentado o Quadro 9 com as características funcionais dos sistemas de governança e seus respectivos descritores.

Quadro 9:

Características funcionais dos sistemas de governança e seus respectivos descritores.

Principais Características Funcionais	Descritores
Uso do conhecimento:	<ul style="list-style-type: none"> - Uso de análise estratégica (pesquisa, avaliação, monitoramento e trabalho avaliativo) em todos os componentes estruturais do sistema. -Disseminação do conhecimento entre os principais participantes do sistema. -Uso de uma variedade de tipos de conhecimento, incluindo conjuntos de conhecimento social, econômico e ambiental, tradicional e histórico em todo o sistema. -Utilização de tecnologias/sistemas soft para apoiar a integração do conhecimento e apoio à decisão dentro do sistema. -Existência de sistemas de retenção/gestão do conhecimento. -Existência e uso de sistemas de intermediação de conhecimento.
Conectividade:	<ul style="list-style-type: none"> -Existência de colaboração e negociação dentro e entre os principais arranjos estruturais do sistema. -Relações (incluindo confiança) dentro das instituições envolvidas em diferentes componentes estruturais do sistema. -Alinhamento de esforços e relacionamentos entre diferentes componentes estruturais dentro do sistema. -Alinhamento entre o sistema de governança e outros temas relevantes de governança, domínios e subdomínios. -Alinhamento entre escalas espaciais e temporais envolvidas.
Capacidade de tomada de Decisão do Participante:	<ul style="list-style-type: none"> -Compreensão das questões do sistema de relevância entre todos os participantes do sistema (instituições e indivíduos). -A força e a natureza das motivações dos principais participantes para se envolverem no sistema de governança. -Acesso a informações relevantes de todos os participantes. -Suporte técnico, capacitado e financeiro para o envolvimento de todos os participantes do sistema. -O mandato que as organizações e líderes participantes recebem de seus constituintes e feedback representativo. -Capacidade de todos os participantes do sistema de se envolverem em acordos estruturados de colaboração e negociação. -Capacidade de negociação dos principais participantes, especialmente aqueles com maior responsabilidade para fazer o sistema funcionar. -Capacidades de liderança de instituições e indivíduos.

Nota: Elaboração dos autores a partir de Dale, Vella & Potts (2013).

Os componentes funcionais objetivam aperfeiçoar o conhecimento dentro do sistema, a fim de melhorar a tomada de decisão. Nesse contexto, para garantir o esforço conectado é necessário investimento com vista a impulsionar a capacidade decisória dos participantes do sistema, assegurando o funcionamento dentro e entre esses elementos estruturais (Dale, Vella & Potts, 2013). No Apêndice, é apresentado o Quadro 13 com a adaptação da ferramenta matricial para análise dos sistemas de governança nacional e local em relação aos ODS.

A ferramenta adaptada com base na estrutura desenvolvida por Morita, Okitasari, & Masuda (2019) aborda um sistema de governança para implementação dos ODS em nível nacional e local, com finalidade de avaliar suas ações perante o desenvolvimento sustentável. A proposta contribui, para analisar o monitoramento dos sistemas de governança e identificar os desafios enfrentados, a fim de aprimorar o cumprimento dos sistemas, investigando as ações

e políticas relacionadas aos ODS, examinando assim, o andamento do desempenho da Agenda 2030 e as possíveis deficiências e dificuldades existentes que não foram aplicadas.

Nesse contexto, a ferramenta pode ser aplicável a qualquer tema, domínio ou subdomínio específico de governança, apresentando uma série de perguntas que envolvem componentes estruturais como definição de visão e objetivo; pesquisa e avaliação; desenvolvimento de estratégia; implementação e monitoramento, avaliação e revisão tendo como componentes funcionais capacidade de decisão; conectividade e uso do conhecimento objetivando investigar cada categoria do sistema de governança através dos dados publicados.

A seguir, é apresentado o Quadro 10 com a ferramenta matricial para análise dos sistemas de governança nacional e local em relação aos ODS com indicadores.

Quadro 10:

Ferramenta matricial para análise dos sistemas de governança nacional e local em relação aos ODS com indicadores

Função/estrutura	A. Capacidade de decisão B. Básica/ M. Motores/ E. Emergentes/ N. Nicho	B. Conectividade B. Básica/ M. Motores/ E. Emergentes/ N. Nicho	C. Uso do conhecimento B. Básica/ M. Motores/ E. Emergentes/ N. Nicho
1. Definição de visão e objetivo	1-A-1-C. Capacidade para definir aspirações e metas para atingir ODS. 1-A-2-C. Recursos de conhecimentos, financeiros e humanos para alcançar ODS. 1-A-3-C. Sistemas de melhorias contínua para atingir os ODS. 1-A-4-B. Sistemas de responsabilidade para atingir os ODS.	1-B-1-C. Partes interessadas envolvidas na tomada de decisão. 1-B-2-C. Conectividade de visão e objetivos dos ODS. 1-B-3-C. Estruturas para estabelecer visões e objetivos em relação aos ODS. 1-B-4-C. Estruturas para negociar o estabelecimento de visões e objetivos para alcançar ODS. 1-B-5-B. Redução das desigualdades dentro e entre países. 1-B-6-B. Redução desemprego juvenil 1-B-7-B. Combate aos desastres globais. 1-B-8-B. Políticas ambientais que impulsionem o alcance dos ODS. 1-B-9-E. Construção de instituições ambientais.	1-C-1-U. Informações sobre visão e estabelecimento de objetivos em relação aos ODS. 1-C-2-U. Conhecimento sobre definição de visão e objetivos em relação aos ODS. 1-C-3-U. Ferramentas de apoio a decisão
2. Pesquisa e avaliação	2-A-1-C. Pesquisas e análises sobre ODS. 2-A-2-C. Capacidade de pesquisa e análise sobre desenvolvimento sustentável. 2-A-3-B. Impacto radiação para os ODS 2-A-4-B. Normas, políticas, alianças para o alcance dos ODS. 2-A-5-B. Medidas de adaptação climática. 2-A-6-B. Políticas para inundações. 2-A-7-B. Parcerias para conservação dos recursos marinhos, oceanos e mares.	2-B-1-C. Pesquisas entre organizações de pesquisa para alcançar ODS. 2-B-2-C. Corretoras e empresas de pesquisa para atingir ODS. 2-B-3-C. Acordos ambientais, sociais e econômicos para o desenvolvimento sustentável. 2-B-4-B. Políticas de inovação para combater a poluição 2-B-5-B. Conservação dos recursos naturais. 2-B-6-B. Investimento em inovação e tecnologia para implantação dos ODS. 2-B-7-B. Investimento para alcançar uma cidade sustentável. 2-B-8-B. Incentivo para alcance dos ODS.	2-C-1-U. Sistemas de conhecimento sobre ODS. 2-C-2-U. Pesquisas sobre ODS estão claras. 2-C-3-U. Informações disponíveis para tomada de decisão com relação aos ODS. 2-C-4-B. Impactos do crescimento econômica lento.

		<p>2-B-9-B. Projetos de desenvolvimento sustentável em parcerias com outros departamentos.</p> <p>2-B-10-B. Medidas para combater poluição do ar, água, gases de efeito estufa.</p> <p>2-B-11-B. Reconhecimento das políticas urbanas.</p> <p>2-B-12-E. Conservação dos recursos hídricos.</p>	
<p>3. Desenvolvimento de estratégia</p>	<p>3-A-1-C. Metas estratégicas para atingir ODS.</p> <p>3-A-2-C. Desenvolvimento de estratégia sobre recursos de conhecimentos, financeiros e humanos para alcançar ODS.</p> <p>3-A-3-C. Sistemas para alcançar ODS.</p> <p>3-A-4-B. Colaboração e envolvimento das pessoas na tomada de decisão.</p> <p>3-A-5-B. Acesso água potável.</p> <p>3-A-6-M. Políticas de abastecimento de água potável.</p> <p>3-A-7-M. Investimento no setor da saúde.</p>	<p>3-B-1-C. Conexão de tomada de decisão estratégica para ODS.</p> <p>3-B-2-C. Estratégias para definição de visão e objetivos dos ODS.</p> <p>3-B-3-C. Dimensionar estratégia para atingir ODS.</p> <p>3-B-4-C. Estruturas para definir estratégias de planejamento para atingir ODS.</p> <p>3-B-5-C. Soluções para alcançar ODS.</p> <p>3-B-6-B. Desenvolvimento de tecnologias para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>3-B-7-B. Conservação dos Oceanos.</p>	<p>3-C-1-U. Conhecimento sobre desenvolvimento sustentável.</p> <p>3-C-2-U. Conhecimento sobre avaliação estratégica para alcançar ODS.</p> <p>3-C-3-B. Projetos de desenvolvimento.</p> <p>3-C-4-U. Ferramentas de apoio a decisão.</p> <p>3-C-5-B. Estratégias e ações para combater a mudanças climáticas.</p> <p>3-C-6-B. Participação cidadã no governo local.</p> <p>3-C-7-M. Formação de equipes especializada para promover a implementação dos ODS e integração de conhecimento.</p> <p>3-C-8-B. Construção de instituições de governança.</p> <p>3-C-9-B. Desenvolvimento de ferramentas, inovações e fortalecimentos nos sistemas de governança global de saúde.</p> <p>3-C-10-M. Dar voz aos cidadãos nas políticas para fortalecer sua participação democrática.</p> <p>3-C-11-B. Esgotamento dos recursos naturais.</p> <p>3-C-12-B. Combate a população em pobreza extrema.</p> <p>3-C-13-B. Acesso ao transporte público.</p> <p>3-C-14-B. Proteger e empoderar as mulheres migrantes.</p> <p>3-C-15-B. Políticas públicas de enfrentamento contra a violência da mulher.</p> <p>3-C-16-B. Compras verdes para diminuir os gases de efeito estufa.</p> <p>3-C-17-B. Participação indígenas nos fóruns.</p> <p>3-C-18-B. Inovações com base em soluções ecológicas.</p> <p>3-C-19-B. Formulação de políticas sociais.</p> <p>3-C-20-M. Inovações agrícolas.</p> <p>3-C-21-E. Planejamento territorial.</p>

4. Implementação	<p>4-A-1-C. Soluções estratégicas para implementar os ODS.</p> <p>4-A-2-C. Recursos financeiros, humanos e de infraestrutura para implementar os ODS.</p> <p>4-A-3-C. sistemas de melhoria em para implementar os ODS.</p> <p>4-A-4-B. Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>4-A-5-B. Políticas públicas com mudanças que incentivem transformação dos costumes com relação a sustentabilidade.</p> <p>4-A-6-B. Criação de novos departamentos, comitês, escritórios ou programas vinculados ao alcance dos ODS ou ao realinhamento de instituições existentes.</p> <p>4-A-7-B. Planos e projetos com soluções políticas para os países em desenvolvimento.</p> <p>4-A-8-B. Prestação de contas com relação ao alcance dos ODS</p>	<p>4-B-1-C. Parceria e integração acordos entre políticas e sistemas de entrega para implementar os ODS.</p> <p>4-B-2-C. Componentes com soluções para alcance dos ODS.</p> <p>4-B-3-C. Pesquisas para apoiar a implementação dos ODS.</p> <p>4-B-4-B. Estrutura de governança entre os setores no âmbito nacional ou local.</p> <p>4-B-5-B. Parcerias para o alcance dos ODS.</p> <p>4-B-6-B. Colaboração e envolvimento das partes interessadas no alcance dos ODS.</p> <p>4-B-7-B. Engajamento no debate sobre governança global</p>	<p>4-C-1-U. Pesquisa sobre melhoria contínua na implementação dos ODS.</p> <p>4-C-2-U. Conhecimentos locais e tradicionais informam a implementação dos ODS.</p> <p>4-C-3-U. Dados relevantes sobre a implementação dos ODS sendo gerenciados e mantidos.</p> <p>4-C-4-B. Parcerias multisetoriais de implementação dos ODS.</p> <p>4-C-5-B. Incentivo de parcerias públicas-privadas.</p> <p>4-C-6-B. Política e legislações mais eficazes para alcance dos ODS.</p> <p>4-C-7-B. Investimento em políticas públicas que impulsionem o cumprimento dos ODS.</p> <p>4-C-8-B. Redução do desmatamento.</p> <p>4-C-9-B. Fortalecimento de quadros cooperativos ambientais.</p> <p>4-C-10-E. Políticas de educação climáticas.</p> <p>4-C-11-N. Participação das mulheres na política</p>
5. Monitoramento, avaliação e revisão	<p>5-A-1-C. Capacidades de acompanhamento e revisão para os ODS no sistema.</p> <p>5-A-2-C. Alianças de monitoramento coletivo para os ODS em vigor.</p> <p>5-A-3-C. Capacidades de ação para acompanhamento e revisão dos ODS no sistema.</p> <p>5-A-4-C. Relatório com relação alcance dos ODS.</p> <p>5-A-5-B. Plataforma digital para monitoramento dos ODS no âmbito nacional e local.</p> <p>5-A-6-B. Ferramentas de avaliação do desempenho da implementação ODS.</p>	<p>5-B-1-C. Acordos de integração entre estabelecimento de objetivos e sistemas de monitoramento para atingir os ODS.</p> <p>5-B-2-C. Mecanismos de acompanhamento e revisão para os ODS.</p> <p>5-B-3-C. Sistemas de acompanhamento e revisão para o ODS.</p> <p>5-B-4-B. Participação cidadã em relação ao alcance dos ODS.</p> <p>5-B-5-B. sistemas de governança sendo implantados no âmbito local.</p>	<p>5-C-1-U. Sistema de desenvolvimento sustentável estão sendo monitorados.</p> <p>5-C-2-U. Dados de monitoramento e avaliação sobre ODS.</p> <p>5-C-3-B. Os dados estão disponíveis para acesso público à informação (transparência) relacionados aos ODS para avaliação e monitoramento</p>

	<p>5-A-7-B. Ferramentas de monitoramento dos ODS com uso de tecnologias que as demais partes envolvidas tenham acesso e não somente órgãos governamentais.</p> <p>5-A-8-B. Plataformas digitais com as interações dos diversos setores a fim de alcançar os ODS.</p> <p>5-A-9-M. Políticas de comunicação e monitoramento para alcance dos ODS.</p> <p>5-A-10-E. Parcerias com as partes interessadas com relação alcancem dos ODS.</p> <p>5-A-11-B. Impacto da pandemia com relação ao alcance dos ODS.</p>		
--	--	--	--

Nota: Elaboração dos autores a partir de Morita, Okitasari, & Masuda (2019) e Custódio e Martins (2024).

A partir da análise bibliométrica de co-palavras do mapa temático com as palavras-chaves dos autores foi possível identificar as temáticas básicas, motores, emergentes e de nichos. A partir da análise de cada temática, de seus termos e palavras-chave foram selecionados indicadores de governança relacionados aos ODS que foram fundamentais para modificação da ferramenta a fim de avaliar e monitorar as ações, ajudando no aprimoramento das práticas e tomada de decisão em todos os níveis (Custódio & Martins, 2024).

Assim, a adaptação da ferramenta matricial para análise dos sistemas de governança nacional, municipal e local em relação aos ODS com indicadores permite avaliar os componentes funcionais e estruturais, auxiliando na tomada de decisão, aperfeiçoamento de conhecimento dentro do sistema, definição de objetivos e metas, determinando assim, as melhores estratégias, a fim de implantar um monitoramento e funcionamento mais eficaz com relação ao alcance dos ODS.

Levando em consideração que a própria Agenda 2030 menciona a boa governança como elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável, a aplicação da proposta com indicadores no âmbito nacional, municipal e local, permite verificar o andamento dos ODS e suas metas, analisando os desafios e os esforços de cada ambiente com relação ao alcance dos ODS, com o objetivo de desenvolver sistemas mais eficazes e avançados com políticas, ações e atores em busca de um mundo próspero, sustentável e inclusivo.

Portanto, implementar a ferramenta matricial no âmbito nacional, municipal e local é fundamental para os governos avaliarem suas ações e dificuldades perante ao desenvolvimento sustentável, para que adotem um plano ação que integrem os objetivos e metas em suas políticas em busca de um crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente envolvendo um conjunto de atores de vários setores em busca de gerenciar as temáticas em comuns relacionadas ao cumprimento dos ODS.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é um plano de ação global para os próximos 15 anos no qual institui uma visão para um mundo melhor, justo, inclusivo e sustentável. É um documento que envolve compromisso de diferentes setores como governo, setor público, setor privado, instituições e sociedade civil em busca de interações para administrar os assuntos em comuns. Nesse contexto, observa-se a necessidade de um sistema

de governança para ODS comprometida com a efetividade das ações e, conseqüentemente, com o alcance dos objetivos e metas.

Levando em consideração a relevância da governança para implementação dos ODS, observa-se que o modelo de indicadores de governança juntamente com a adaptação da ferramenta matricial visa examinar o sistema de governança, no sentido de implementação dos ODS, avaliando sua estrutura e função a nível nacional, municipal e local, objetivando melhorar o cumprimento desses sistemas para auxiliar os gestores na tomada de decisão e aprimoramento do desempenho das atividades. Diante disso, o trabalho objetivou adaptar um modelo de governança municipal, visando o monitorando dos ODS em municípios, a partir de indicadores que oferecem uma análise das potencialidades e fragilidades da estrutura e contexto local.

A adaptação da ferramenta matricial de Morita, Okitasari, & Masuda (2019) com os possíveis indicadores foi essencial para aprimorar o sistema e fortalecer as interligações entre os componentes estruturais e funcionais com os ODS e metas para que os governos possam visualizar as dificuldades e desafios e trabalhar com estratégias e ações coordenadas em suas políticas a fim mobilizar a sociedade, coletividade e os setores perante a importância do desenvolvimento sustentável.

A aplicação da ferramenta a nível Brasil em âmbito nacional, municipal e local será fundamental para avaliar o andamento dos resultados do sistema de governança para os ODS, identificando os problemas com relação ao seu alcance, a fim melhorar o sistema de governança com forte arranjos políticos, mecanismos e estratégias envolvendo diversos atores e setores interessados na busca de gerenciar as temáticas relacionados ao cumprimento da Agenda 2030.

Portanto, a implicação teórica da pesquisa está na investigação e exame do modelo de Morita, Okitasari, & Masuda (2019), a fim de incorporar os indicadores proposto por Custódio & Martins (2024). Tem como implicação prática um sistema de governança para ODS voltados para o âmbito nacional e local, visando avaliar dentro dos componentes estruturais e funcionais ações e prática perante ao desenvolvimento sustentável, analisando a evolução daquela ambiente e conseqüentemente visualizar as dificuldades e desafios enfrentados que impedem o cumprimento dos objetivos para que possam aprimorar o desempenho do sistema e melhorar a tomada de decisão com elaboração de políticas que devam ser implantadas.

Logo, como Agenda 2030 e os ODS enfrentam desafios críticos, como as mudanças climáticas, a pobreza extrema, as desigualdades sociais, econômicas e a gestão ambiental, são requeridas ações e medidas mais incisivas em busca de um mundo próspero e sustentável. Nesse contexto, um sistema de governança para ODS para o âmbito nacional, municipal e local contribui para avaliação situacional da gestão com relação ao cumprimento dos objetivos e

metas para que possam identificar as dificuldades a fim melhorar seu desempenho com políticas e práxis mais incisivas.

A ferramenta matricial para análise dos sistemas de governança podem desempenhar um papel fundamental para o cumprimento dos ODS, pois monitoram o progresso de suas ações e medidas em direção a metas da Agenda 2030 permitindo verificar os avanços e onde mais empenho são necessários para coordenar e integrar as diversas partes interessadas com políticas e estratégias eficientes e eficazes direcionadas para os esforços dos ODS, auxiliando na tomada de decisão mais assertiva.

Além disso, proporcionou examinar como as temáticas estão sendo discutido com a finalidade de visualizar lacunas e limitações que podem ser preenchidas através de novas pesquisas, como baixo número de estudos relacionando os dois temas sistemas, como também escassez de modelos de sistemas de governança para analisar os ODS que permitam avaliar seus respectivos resultados. E por fim, sugere-se a aplicação da ferramenta com o intuito de acompanhar o andamento da Agenda 2030 e as dificuldades com relação ao seu alcance, com vistas a aprimorar a ferramenta com a execução de práxis, ações e políticas em busca de um mundo próspero, sustentável e inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO PROJETO

A Agenda 2030, que abrange os ODS e as respectivas metas representam uma oportunidade para as nações direcionarem as suas políticas e ações no sentido da manutenção de um processo de desenvolvimento numa base sustentável. Trabalha como um plano de ação que visa equilibrar o desenvolvimento da sustentabilidade social, econômica e o cuidado ambiental. No entanto, para que esse plano de ação possa ser efetivado, é fundamental o esforço das instituições acadêmicas, empresas e pessoas que precisam trabalhar em conjunto na busca de uma transformação para colocar em prática os objetivos estabelecidos. Em nível municipal, uma questão essencial é o papel que a governança desempenha tanto na gestão municipal como um todo como também na implementação dos ODS.

Considerando que os ODS abrangem uma variedade de temas essenciais para a sustentabilidade do Planeta, cuja implementação envolve diferentes níveis governamentais e institucionais, bem como áreas como Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias, a governação apresenta-se como um elemento essencial para obtenção de resultados consistentes para a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável. Destacando a importância da governação para a implementação e consolidação da Agenda 2030 observa-se a necessidade

de uma estrutura de governança eficaz a nível local comprometida com a consecução dos objetivos pois, nota-se que a governança é um fator essencial para que os objetivos possam ser cumpridos de forma efetiva e a própria Agenda 2030 menciona a boa governança e o Estado de Direito, assim como um ambiente adequado, inclusivo e sustentado, como fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

Partindo desse pressuposto, que o trabalho objetivou propor a estruturação de um modelo de Governança Municipal, visando o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Municípios, em busca de uma consecução bem-sucedida na esperança de espalhar paz, prosperidade e direitos humanos em todo o mundo. Para isso, foi necessária uma base teórica sólida, que fornecesse subsídio para o andamento da pesquisa. O primeiro artigo, contribuiu na formação dessa base teórica ao tratar de uma análise bibliométrica de trabalhos que correlacionassem governança global, municipal, pública, ambiental e local visando colaborar para a estruturação do modelo de governança municipal, visando o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Através dele, foi possível identificar autores que estavam colaborando para tais pesquisas, visualizando assim, a conexão da governança com a implementação dos ODS, ou seja, onde se encontrava mais latente e quais assuntos estão sendo abordados por esses autores.

O segundo artigo, deu continuidade a proposta do primeiro artigo, ao ir além na investigação dos trabalhos analisados, incluindo uma verificação mais detalhada dos artigos e uma visão mais ampla do que estava sendo trabalhado. Através da revisão bibliométrica do mapa temático foi possível identificar indicadores de governança sustentável alinhados aos ODS, baseando-se nos principais eixos temáticos identificados na literatura, além disso foi possível visualizar metodologias de monitoramento da governança em diversas áreas, de forma específica uma ferramenta matriz que visa examinar sistemas de governança para os ODS com vista a auxiliar na avaliação da governança e alcance dos ODS que foi essencial para o desenvolvimento do terceiro artigo.

O terceiro e último artigo, fundamentado através da contribuição teórica dos dois artigos anteriores, objetiva adaptar um modelo de governança municipal, visando o monitorando dos ODS em municípios, a partir de indicadores que oferecem uma análise das potencialidades e fragilidades da estrutura e contexto local. No presente estudo, foi realizado uma adaptação do modelo para a escala municipal, bem como, foram incorporadas novas questões para contemplar a amplitude que a temática governança representa atualmente, incluindo temáticas básicas, motores, nichos e emergente, identificadas no estudo de Custódio & Martins (2023). Portanto, foi realizado uma análise dos descritores referente as características estruturais e

funcionais e realizada a adaptação no modelo, a fim de melhor identificar as potencialidades e fragilidades do sistema. A partir dessa análise, foi selecionado os indicadores de governança alinhado com os ODS, proposto por Custódio & Martins (2024) com o intuito de acelerar o cumprimento dos objetivos, pois o sistema (características estruturais e funcionais) propõe a incorporação dos ODS na estrutura e função do sistema e os indicadores permite monitoramento ao longo dos anos.

Portanto, os sistemas de governança podem desempenhar um papel fundamental para o cumprimento dos ODS, pois monitoram o progresso de suas ações e medidas em direção a metas da Agenda 2030 permitindo verificar os avanços e onde mais empenho são necessários para coordenar e integrar as diversas partes interessadas com políticas e estratégias eficientes e eficazes direcionadas para os esforços dos ODS auxiliando na tomada de decisão mais assertiva.

Logo, constata-se que a implicação teórica da investigação da pesquisa está na discussão do fortalecimento conceitual e empírico sobre essas temáticas, enfocando a necessidade trabalhar a governança no âmbito da implementação dos ODS. Tem como implicação prática o desenvolvimento de metodologias futuras voltadas para o monitoramento e análise da governança no sentido de alcance dos ODS. Por isso, como sugestão de pesquisas futuras, é sugerido um estudo mais aprofundado dos indicadores a fim de selecionar através de outras fontes de dados secundários com intuito de auxiliar no monitoramento e de que forma esse sistema poderia ser implementado no âmbito estadual e municipal para acelerar o alcance dos ODS.

REFERÊNCIAS

- Aria, M., & Cuccurullo, C. (2017). bibliometrix: an R-tool for comprehensive science mapping analysis. *J Informet* 11 (4): 959–975, *Elsevier*. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.joi.2017.08.007>. Acesso em: 01 dez. 2022.
- Acuto, M., Kosovac, A., Pejic, D., & Jones, T. L. (2020). The city as actor in UN frameworks: formalizing ‘urban agency’ in the international system?. *Territory, Politics, Governance*, 1-18. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21622671.2020.1860810>. Acesso em: 04 dez. 2022.
- Adams, C., Borges, Z., Moretto, E. M., & Futemma, C. (2020). Governança ambiental no Brasil: acelerando em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável ou olhando pelo retrovisor?. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 25(81). Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/81403>. Acesso em: 19 dez. 2022.
- Addey, C. (2017). Golden relics & historical standards: how the OECD is expanding global education governance through PISA for Development. *Critical Studies in Education*, 58(3), P. 311–325. Disponível em: 10.1080/17508487.2017.1352006. Acesso em: 03 dez. 2022.
- Alves, J. E. D (2015). Os 70 anos da ONU e a agenda global para o segundo quinquênio (2015-2030) do século XXI. *Revista brasileira de Estudos de População*, setembro 2015. Acesso em: 5 jan. 2023
- Al-Saidi, M. (2021). Cooperation or competition? State environmental relations and the SDGs agenda in the Gulf Cooperation Council (GCC) region. *Environmental Development*, 37, 100581. Disponível em: doi:10.1016/j.envdev.2020.100581. Acesso em: 12 fev. 2023
- Ahmed, B. (2019). Environmental governance and sustainable development in Bangladesh: millennium development goals and sustainable development goals. *Asia Pacific Journal of Public Administration*, 41(4), 237–245. Disponível em: doi:10.1080/23276665.2019.1698930. Acesso em: 13 fev. 2023.
- Associação Brasileira de Desenvolvimento [ABDE] (2022). Plano ABDE 2030 apresentações estratégicas para que o Brasil possa atingir os ODS. Disponível em: <https://abde.org.br/plano-abde-2030-apresenta-acoes-estrategicas-para-que-o-brasil-possa-atingir-os-ods/>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- Agência Europeia do Ambiente (2019). *Transições de Sustentabilidade: Política e Prática*; Agência Europeia do Ambiente: Copenhaga, Dinamarca, 2019.
- Amaruzaman, S., Do Hoan, T., Catacutan, D., Leimona, B., & Malesu, M. (2022). Polycentric Environmental Governance to Achieving SDG 16: Evidence from Southeast Asia and Eastern Africa. *Forests*, 13(1), 68. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/f13010068>. Acesso em: 05 dez. 2022.

Annesi, N., Battaglia, M., Gragnani, P., & Iraldo, F. (2021). Integrating the 2030 Agenda at the municipal level: Multilevel pressures and institutional shift. *Land Use Policy*, 105, 105424. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2021.105424>.

Bardin, L.(2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Baste, I. A., & Watson, R. T. (2022). Tackling the climate, biodiversity and pollution emergencies by making peace with nature 50 years after the Stockholm Conference. *Global Environmental Change*, 73, 102466. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2022.102466>. Acesso em: 12 fev. 2023.

Bastos Lima, M.G., & Da Costa, K. (2022), Quo vadis, Brazil? Environmental Mal governance under Bolsonaro and the Ambiguous Role of the Sustainable Development Goals. *Bulletin of Latin American Research*, v1, no. 4, pp. 508–524, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/blar.13336>. Acesso em : 06 dez. 2022.

Brasil. Tribunal de Contas da União (2014). Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública / Tribunal de Contas da União. Versão 2 - Brasília: TCU, *Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão*, 2014, 80 p.

Bradford, C. I., (2016) G20 Hangzhou Summit: A possible turning point for global governance. *China Quarterly of International Strategic Studies*, v. 2, n. 03, p. 327-346, 2016. Disponível em: [10.1142/s2377740016500202](https://doi.org/10.1142/s2377740016500202). Acesso em: 14 fev. 2023.

BANCO MUNDIAL. The worldwide governance indicators (WGI) project. Documentation. Disponível em: <http://info.worldbank.org/governance/wgi/#doc>. Acesso em: 31 maio. 2022.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Bernstein,S. (2020). The absence of great power responsibility in global environmental politics. *European Journal of International Relations*, v.26(1), p. 8–32. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1354066119859642>. Acesso em: 05 dez. 2022.

Bevir, M. (2011). Governance as theory, practice, and dilemma. *The SAGE handbook of governance*, 1-16. Disponível em: <https://www.torrossa.com/en/resources/an/4913705#page=18>. Acesso em: 02 nov. 2023.

Biermann, F. *et al.*, (2022). Scientific evidence on the political impact of the Sustainable Development Goals. *Nature Sustainability*, 5(9), 795-800. Disponível em: [10.1038/s41893-022-00909-5](https://doi.org/10.1038/s41893-022-00909-5). Acesso em; 05 dez. 2022.

Biermann, F., Kanie, N., & Kim, R. E. (2017). Global governance by goal-setting: the novel approach of the UN Sustainable Development Goals. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 26, 26-31. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2017.01.010>. Acesso em> 05 dez. 2022.

Bogers, M., Biermann, F., Kalfagianni, A., & Kim, R. E. (2022). Sustainable Development Goals fail to advance policy integration: A large-n text analysis of 159 international organizations. *Environmental Science & Policy*, 138, 134-145. Disponível em: [10.1016/j.envsci.2022.10.002](https://doi.org/10.1016/j.envsci.2022.10.002). Acesso em: 06 dez. 2022.

Bovaird, T., & Löffler, E. (2003). Evaluating the quality of public governance: Indicators, models and methodologies. *International Review of Administrative Sciences*, 69(3), 313–328. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0020852303693002>. Acesso em: 10 fev. 2023.

Bolton, M., (2022). A system leverage points approach to governance for sustainable development. *Sustainability Science*, volume 17, pages2427–2457 (2022). Doi 10.1007/s11625-022-01188. Acesso em: 14 fev. 2023.

Bowen, K. J., Cradock-Henry, N. A., Koch, F., Patterson, J., Häyhä, T., Vogt, J., & Barbi, F. (2017). Implementing the “Sustainable Development Goals”: towards addressing three key governance challenges—collective action, trade-offs, and accountability. *Current opinion in environmental sustainability*, 26, 90-96. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2017.05.002>. Acesso em: 10 nov. 2023.

Bulkeley, H., Jordan, A., Perkins, R., & Selin, H. (2013). Governing sustainability: Rio+ 20 and the road beyond. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 31(6), 958-970. Disponível em: <https://doi.org/10.1068/c3106ed>. Acesso em: 07 dez. 2022.

Cavalcantes, P. L. C., Pires, R. R. C., (2018). Governança Pública: Construção de capacidades para a efetividade da ação governamental. Nota Técnica, nº 24, *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*, Julho de 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8581>. Acesso em: 06 fev. 2023.

Creswell, J. W., (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010

Czepil, B., (2020) “Qualidade de governança no nível comunitário na Polônia: um estudo exploratório do pior caso de desempenho da província de Opolskie”. *Halduskultuur: The Estonian Journal of Administrative Culture and Digital Governance* 21(1), 22-55. Acesso em: 05 jan. 2023.

Chen, H., Wang, S., Li, Y., (2022). Aligning Engineering Education for Sustainable Development through Governance: The Case of the International Center for Engineering Education in China. *Sustainability*, v. 14, n. 21, p. 14643, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su142114643>. Acesso em: 06 dez. 2022.

CRESWELL, J. W.; PLANO CLARK, V. L. Designing and conducting mixed methods research. 2nd. Los Angeles: SAGE Publications, 2011.

Commission On Global Governance (1996). *Our global neighborhood*. Oxford: Oxford University Press.

Coenen, J., Glass, L. M., & Sanderink, L. (2021). Two degrees and the SDGs: a network analysis of the interlinkages between transnational climate actions and the Sustainable Development Goals. *Sustainability Science*, 17(4), 1489-1510. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11625-021-01007-9>. Acesso em: 14 fev. 2023.

Consolandi, C., Phadke, H., Hawley, J., & Eccles, R. G. (2020). Material ESG outcomes and SDG externalities: Evaluating the health care sector's contribution to the SDGs. *Organization & Environment*, 33(4), 511-533. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1086026619899795>. Acesso em: 08 dez. 2022.

Confederação Nacional de Municípios, (2022). *Mandala ODS*. Disponível em: <http://ods.cnm.org.br/mandala-municipal>. Acesso em: 29 dez. 2022.

Confederação Nacional de Municípios [CNM], (2016). Guia para Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros. O que os gestores municipais precisam saber. 132 páginas. ISBN 978-85-8418-066-0. Disponível em: <https://observatorioplanificacion.cepal.org/>. Acesso em: 25 dez. 2023.

Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, [CNODS], (2017). Plano de Ação. *Curadoria Enap*, Brasília. Disponível em: <https://exposicao.enap.gov.br/items/show/382>. Acesso em: 15 nov.2023.

Contreras, C., Thomas, S., (2019). The role of local knowledge in the governance of blue carbon. *Journal of the Indian Ocean Region*, v. 15, n. 2, p. 213-234, 2019. Disponível em: 10.1080/19480881.2019.1610546. Acesso em: 10 fev. 2023.

Custodio, L. L. P., & Martins, M. de F. (2023). Governance and sustainable development goals (SDGs): a bibliographic review of the literature. *Caderno Pedagógico*, 20(7), 2822–2850. <https://doi.org/10.54033/cadpedv20n7-021>

Dale, A., Vella, K., & Potts, R. (2013). Governance Systems Analysis (GSA): A framework for reforming governance systems. *Journal of Public Administration and Governance*, 3, 162-187. Disponível em: <https://doi.org/10.5296/jpag.v3i3.4385>. Acesso em: 20 dez. 2023.

Daly, A., Parker, S., Sherpa, S., & Regmi, U. (2020). Federalisation and education in Nepal: contemporary reflections on working through change. *Education 3-13*, 48(2), 163-173. Disponível em: 10.1080/03004279.2019.1599408. Acesso em: 15 fev. 2023.

Dalby, S., (2019). Bordering sustainability in the Anthropocene. *Territory, Politics, Governance*, v. 8, n. 2, p. 144-160, 2019. Disponível em: doi:10.1080/21622671.2018.1559758. Acesso em: 15 fev. 2023.

Damisqui, L. P., Costa, I. C., Soares, C. C., (2020). Human rights and territorialization: the combat violence against woman under the perspective of sustainable development goals. *Revista Humanidades e Inovação* v.7, n.19 – 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3851/2076>. Acesso em: 15 fev. 2023.

Deacon, B. (2016). Assessing the SDGs from the point of view of global social governance. *Journal of International and Comparative Social Policy*, 32(2), 116–130. doi:10.1080/21699763.2016.1198266. Acesso em: 15 fev. 2023.

Denny, D. M. T., Paulo, R. F., & de Castro, D. (2017). Blockchain and Agenda 2030. *Braz. J. Pub. Pol'y*, 7, 122. Disponível em: [10.5102/rbpp.v7i3.4938](https://doi.org/10.5102/rbpp.v7i3.4938). Acesso em: 10 mar. 2023.

Diniz, E. (1995). “Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90”. In: DADOS – *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, volume 38, nº 3, 1995. pp. 385-415.

Dong, L. (2020). China's renewed perception of global environmental governance. *Chinese Journal of Population, Resources and Environment*, v. 18, n. 4, p. 319-323, december 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cjpre.2021.04.003>. Acesso em: 09 dez. 2022.

Dong, L., Yang, X., Li, H. (2018). The Belt and Road Initiative and the 2030 Agenda for Sustainable Development: seeking linkages for global environmental governance. *Chinese Journal of Population Resources and Environment*, v. 16, n. 3, p. 203-210, 2018. Disponível em: [10.1080/10042857.2018.1487745](https://doi.org/10.1080/10042857.2018.1487745). Acesso em: 11 dez. 2022.

Donthu, N., Kumar, S., Mukherjee, D., Pandey, N., & Lim, W. M. (2021). How to conduct a bibliometric analysis: An overview and guidelines. *Journal of Business Research*, 285-296. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2021.04.070>. Acesso em: 20 dez. 2022

Elkington, J., (1994). Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development. *California management review*, v. 36, n. 2, p. 90-100, 1994. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2307/41165746>. Acesso em: 10 dez. 2022.

Ekins, P., Usubiaga-Liaño, A., (2021). Time for science-based national targets for environmental sustainability: an assessment of existing metrics and the ESGAP framework. *Frontiers in Environmental Science*, p. 524, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fenvs.2021.761377>. Acesso em: 16 fev. 2023.

Estratégia ODS (2022). História e Criação. *Conheça os ODS*. Disponível em: <https://www.estrategiaods.org.br/conheca-os-ods/>. Acesso em: 23 dez. 2023.

Fenton, P., & Gustafsson, S. (2017). Moving from high-level words to local action — governance for urban sustainability in municipalities. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 26-27, 129–133. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2017.07.009>. Acesso em: 20 nov. 2023.

Forestier, O., Kim, R. E (2020). Cherry-picking the Sustainable Development Goals: Goal prioritization by national governments and implications for global governance. *Sustainable Development*, v. 28, n. 5, p. 1269-1278, 2020. Disponível em: [10.1002/sd.2082](https://doi.org/10.1002/sd.2082). Acesso em: 09 dez. 2022.

Fox, O., & Stoett, P. (2016). Citizen participation in the UN Sustainable Development Goals consultation process: Toward global democratic governance. *Global Governance*, 22, 555.

Fukuyama, F. (2013). *What is governance?* *Governance*, 26(3), 347–368.

- Fukuda-Parr, S., & McNeill, D. (2015). Post 2015: a new era of accountability?. *Journal of Global Ethics*, v. 11, n. 1, p. 10-17, 2015. Disponível em: doi:10.1080/17449626.2015.1004738. Acesso em: 15 fev. 2023.
- Gaspar, D. (2019). The road to the sustainable development goals: Building global alliances and norms. *Journal of Global Ethics*, v. 15, n. 2, p. 118-137, 2019. Disponível em: doi:10.1080/17449626.2019.1639532. Acesso em: 15 mar. 2023.
- Graham, J., Amos, B., & Plumptre, T. (2003). Governance principles for protected areas in the 21 st century prepared for the fifth world parks congress durban, south africa in collaboration with parks canada and canadian international development agency. Prepared for *The Fifth World Parks Congress Durban, South Africa*. Disponível em: [http://dspace.africaportal.org/jspui/bitstream/123456789/11190/1/Governance Principles for Protected Areas in the 21st Century.pdf?1](http://dspace.africaportal.org/jspui/bitstream/123456789/11190/1/Governance%20Principles%20for%20Protected%20Areas%20in%20the%2021st%20Century.pdf?1). Acesso em: 20 fev. 2023.
- Gaygizis, E. (2013). How are cultural dimensions and governance quality related to socioeconomic development? *The Journal of Socio-Economics*, v. 47, p. 170-179, 2013.
- Gil, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2010. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- Gonçalves, A. (2011). O Conceito de Governança. Anais... XIV Congresso Nacional Conpedi, Fortaleza-CE, Brasil.
- Gomes, M. B., Albernaz, L. R., Nascimento, A.C., Torres, F. R. (2016). Accountability e Transparência na Implementação da Agenda 2030: As Contribuições do Tribunal de Contas da União. *Revista do TCU*, (136), 76-91. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1361>. Acesso em: 14 mar. 2023.
- Gupta, J. (2014). Normative issues in global environmental governance: Connecting climate change, water and forests. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, v. 28, p. 413-433, 2014. Disponível em: doi:10.1007/s10806-014-9509-8. Acesso em: 15 mar. 2023.
- Gustafsson, S., & Ivner, J. (2017). Implementing the Global Sustainable Goals (SDGs) into Municipal Strategies Applying an Integrated Approach. *Handbook of Sustainability Science and Research*, 301–316. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-63007-6_18. Acesso em: 15 nov. 2023.
- Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, (2023). Relatório luz da sociedade civil agenda 2030 de desenvolvimento sustentável Brasil, 7 edição, 2023, Integrantes do GTSC 2030. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-do-desenvolvimento-sustentavel-no-brasil-2023/>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- Khan, M. A., & Milne, G. (2019). Global Governance, neoliberalism and national responses: The case of Bangladesh’s ready-made garment (RMG) sector. *Development Policy Review*, 37, O230-O247.

Hao, Y., Gao, S., Guo, Y., Gai, Z., & Wu, H. (2021). Measuring the nexus between economic development and environmental quality based on environmental Kuznets curve: a comparative study between China and Germany for the period of 2000–2017. *Environment, Development and Sustainability*, 1-26. Disponível em: [10.1007/s10668-021-01365-5](https://doi.org/10.1007/s10668-021-01365-5). Acesso em: 16 fev. 2023.

Hennebry, J., KC, H., & PIPER, N. (2018). Not without them realising the sustainable development goals for women migrant workers. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 1–17. Disponível em: [doi10.1080/1369183x.2018](https://doi.org/10.1080/1369183x.2018). Acesso em: 16 fev. 2023.

Honegger, M., Michaelowa, A., & Pan, J (2021). Potential implications of solar radiation modification for achievement of the Sustainable Development Goals. *Mitig Adapt Strateg Glob Change* 26, 21 (2021). Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11027-021-09958-1>. Acesso em: 17 fev. 2023.

Holden, E., Linnerud, K., & Banister, D. (2017). The imperatives of sustainable development. *Sustainable development*, 25(3), 213-226. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203022177>. Acesso em 11 dez. 2022.

Ibrahim, A. M. (2022). A mapping towards a unified municipal platform an investigative case study from a norwegian municipality", *Sustainable Futures*, volume 4, 2022, 1000632022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.sftr.2022.100063>. Acesso em: 13 fev. 2023

Índice e Painéis de ODS, (2016). Relatório Global, julho 2016. Disponível em: <https://www.seplad.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/ODS-indicadores.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2023.

Jacques, F. V. S., Vicente, E. F. R., & Ensslin, S. R. (2013). Indicadores de governança no setor público: bibliometria em artigos internacionais. In: *Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, XIV*, 2013. Anais... Lisboa: Iscal, 2013.

Jennings, P. D., & Hoffman, A. J. (2019). Three Paradoxes of Climate Truth for the Anthropocene Social Scientist. *Organization & Environment*.

Kaufmann, D., Kraay, A., & Mastruzzi, M. (2006). Governance matters V: aggregate and individual governance indicators for 1996-2005. Washington, D.C.: *The World Bank*, 2006. (World Bank Policy Research Working Paper, n. 4012).

Kaufmann, D., Kraay, A., & Mastruzzi, M. (2010). Os Indicadores Mundiais de Governança Metodologia e Questões Analíticas. Washington, D.C.: *The World Bank*, 2006. (World Bank Policy Research Working Paper, n 5430).

Kondo, R., Kinoshita, Y., & Yamada, T (2019). Green procurement decisions with carbon leakage by global suppliers and order quantities under different carbon tax. *Sustainability*, v. 11, n. 13, p. 3710, 2019. Disponível em: [doi10.3390/su11133710](https://doi.org/10.3390/su11133710). Acesso em: 17 fev. 2023

Koff, H., Challenger, A., Ros Cuellar, J., Aguilar Orea, R., & Lara Lopez, M. D. S. (2022). How green are our laws? Presenting a normative coherence for sustainable development

methodology. *Environmental Policy and Governance*, 33(1), 90-109. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/eet.1998>. Acesso em: 08 dez. 2022.

Kosow, H., Weimer-Jehle, W., León, C. D., & Minn, F. (2022). Designing synergetic and sustainable policy mixes-a methodology to address conflictive environmental issues. *Environmental Science & Policy*, 130, 36-46. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2022.01.007>. Acesso em: 10 dez. 2022.

Kostoska, O., & Kocarev, L. (2019). A novel ICT framework for sustainable development goals. *Sustainability*, v. 11, n. 7, p. 1961, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su11071961>. Acesso em: 11 dez. 2022.

Kushnir, I., & Nunes, A. (2022). Education and the UN Development Goals Projects (MDGs and SDGs): Definitions, Links, Operationalisations. *Journal of Research in International Education*, v. 21, n. 1, p. 3-21, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/14752409221088942>. Acesso em: 17 fev. 2023.

Laval, T., & Olsson, G. (2019). Governança global e o desenvolvimento na sua pluridimensionalidade: um olhar sobre a Agenda 2030 das Nações Unidas. *Direito e Desenvolvimento*, v. 10, n. 1, p. 51-64, 16 jul. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26843/direitoedesenvolvimento.v10i1.990>. Acesso em: 05 Jan. 2022.

Li, Y., Zhu, X. (2019). The 2030 agenda for sustainable development and China's belt and road initiative in Latin America and the Caribbean. *Sustainability*, v. 11, n. 8, p. 2297, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su11082297>. Acesso em: 11 dez. 2022.

Lisk, F., & Šehović, A. B (2019). Rethinking global health governance in a changing world order for achieving sustainable development: the role and potential of the 'Rising

Powers'. *Fudan Journal of the Humanities and Social Sciences*, v. 13, p. 45-65, 2019. Disponível em: [doi:10.1007/s40647-018-00250-2](https://doi.org/10.1007/s40647-018-00250-2). Acesso em: 18 fev. 2023.

Lorenzo, J. A. S. (2017). A União Europeia e a governança global do desenvolvimento Araucária. *Revista Ibero-Americana de Filosofia, Política e Humanidades*, vol. 19, pág. 427-454, 2017, Universidade de Sevilha. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/282/28250843021/html/>. Acesso em: 18 fev. 2023.

Maher, R., & Buhmann, K. (2019). Meaningful stakeholder engagement: Bottom-up initiatives within global governance frameworks. *Geoforum*, v. 107, p. 231-234, 2019. Disponível em: [doi:10.1016/j.geoforum.2019.06.013](https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2019.06.013). Acesso em: 18 fev. 2023.

Mckenzie, M., & Stahelin, N. (2022). The global inter-network governance of UN policy programs on climate change education. *International Journal of Educational Research*, v. 116, p. 102093, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijer.2022.102093>. Acesso em: 19 fev. 2023.

Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Ministério da Transparência, & Controladoria-Geral da União (2018). Guia da política de governança pública. *Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-deconteudo/downloads/guia-da-politica-de-governanca-publica>.

Morita, K., Okitasari, M., & Masuda, H. (2019). Analysis of national and local governance systems to achieve the sustainable development goals: case studies of Japan and Indonesia. *Sustainability Science*, v. 15, n. 1, p. 179-202, 2020. Disponível em: 10.1007/s11625-019-00739-z. Acesso em: 12 dez. 2022.

Nilsson, M., Griggs, D.; & VISBECK, M. (2016). Policy: Map the interactions between sustainable development goals. *Nature*, 534(7607), 320–322.

Novovic, G. (2021). Can Agenda 2030 bring about “localization”? Policy limitations of Agenda 2030 in the broader global governance system. *Development Policy Review*, v. 40, n. 4, p. e12587, 2021. Disponível em: doi:10.1111/dpr.12587. Acesso em: 19 fev. 2023.

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, 2000. *Acompanhamento municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/omsambiental/media/ODMBrasil.pdf>. Acesso em: 05 Jan.2023

Okitasari M, Sunam R, Mishra R et al (2019) Governance and national implementation of the 2030 agenda : lessons from voluntary national reviews. *United Nations Univ Inst Adv Study Sustain Policy Br* 18:1–4. Disponível em: <https://collections.unu.edu/eserv/UNU:7386/UNU-IAS-PB-No18-2019.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2023.

Oliveira filho, J. E (2004). Gestão ambiental e sustentabilidade: um novo paradigma econômico para as organizações modernas. *Domus on line*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 92-113, jan./jun., 2004. Disponível em: <https://fbb.br/wp-content/uploads/2021/12/Gestao-ambiental-e-sustentabilidade-Um-novo-paradigma-eco-economico-para-as-organizacoes-modernas.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2023.

Oliveira, A. G. de., Pisa, B. J. (2015) . IGovP: índice de avaliação da governança pública-instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão. *Revista de Administração Pública*, v. 49, p. 1263-1290, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7612136179> . Acesso em: 23 fev. 2023.

Organização das Nações Unidas (2015). *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>.

Organização das Nações Unidas (2012). *Realizando o futuro que queremos para todos: Reporte ao secretário geral pela equipe de trabalho do sistema da ONU na agenda de desenvolvimento da ONU pós-2015*. Nova York: Nações Unidas.

Organização das Nações Unidas (2012). *O Futuro Que Queremos: Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20)*. 2012. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf>>. Acesso em: 05 Jan. 2023.

Paul, Justin., Criado, Alex Rialp. (2020). The art of writing literature review: What do we know and what do we need to know?, *International Business Review*, Volume 29, Issue 4, 2020, ISSN 0969-5931. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2020.101717>. Acesso em: 15 jun. 2023.

Pal, I., Arboleda, J. L., Nitivattananon, V., & Benjachat, N. (2022). Assessment and appraisal of local governance on urban flood resilience in Bangkok Metropolitan Region: perspectives of SDGs 11 and 13. *International Journal of Disaster Resilience in the Built Environment*, (ahead-of-print). Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJDRBE-08-2021-0108>. Acesso em: 20 fev. 2023.

Palacios, J. J. (2004). Corporate citizenship and social responsibility in a globalized world. *Citizenship Studies*, 8(4), 383–402. doi:10.1080/136210205200031698. Acesso em: 13 dez. 2022.

Pansera, M., & Sarkar, S. (2016). Crafting sustainable development solutions: Frugal innovations of grassroots entrepreneurs. *Sustainability*, v. 8, n. 1, p. 51, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su8010051>. Acesso em: 13 dez. 2022.

Prakash, M., Kamiya, M., Ndugwa, R., & Cheng, M. (2020). Counting the costs: a method for evaluating the cost of achieving SDG 11. *Frontiers in Sustainable Cities*, 2, 554728. Disponível em: doi:10.3389/frsc.2020.554728. Acesso em: 27 fev. 2023.

Pattberg, P., & Widerberg, O. (2016). Transnational multistakeholder partnerships for sustainable development: Conditions for success. *Ambio*, v. 45, n. 1, p. 42-51, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13280-015-0684-2>. Acesso em: 13 dez. 2022.

Pereira, M. A., & Marques, R. C. (2021). Sustainable water and sanitation for all: are we there yet?. *Water Research*, v. 207, p. 117765, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.watres.2021.117765>. Acesso em: 19 fev. 2023.

Peters, B. G (2012). Governance as political theory. In: YU, J.; GUO, S. (Eds.). *Civil Society and Governance in China*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

Priebe, J., Mårald, E., & Nordin, A. (2021). Narrow pasts and futures: how frames of sustainability transformation limit societal change. *Journal of Environmental Studies and Sciences*, v. 11, n. 1, p. 76-84, 2021. Disponível em: doi:10.1007/s13412-020-00636-3. Acesso em: 26 fev. 2023.

Programas Cidades Sustentáveis/ Núcleo de Estudos do Futuro. Anexo Guia GPS - Gestão Pública Sustentável. [s. l.], p. 96. São Paulo: PUC e Secretaria do Programas Cidades Sustentáveis. Recuperado de: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/pagina/eixosdo-pcs>

Phiri, K., Ndlovu, S., Khumalo, S., Ncube, S. B., & Nyathi, D. (2022). Multiplying Faces and Amplifying Voices: Do Women's Lives Matter in Local Governance Politics in Gwanda, Zimbabwe?. *Journal of Asian and African Studies*, 00219096221137658. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/00219096221137658>. Acesso em: 18 fev. 2023.

Programas Cidades Sustentáveis/ Núcleo de Estudos do Tuturo. Anexo Guia GPS - Gestão Pública Sustentável. [s. l.], p. 96. São Paulo: PUC e Secretaria do Programas Cidades Sustentáveis. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/pagina/eixosdo-pcs>. Acesso em 29 dez. 2022.

- Rahman, M. M. (2021). Achieving Sustainable Development Goals of Agenda 2030 in Bangladesh: the crossroad of the governance and performance. *Public Administration and Policy*, v. 24, n. 2, p. 195-211, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/PAP-12-2020-0056>. Acesso em: 28 fev. 2023.
- Reed, M. G.; & Bruyneel. S. (2010). Rescaling environmental governance, rethinking the state: A three-dimensional review. *Progress in Human Geography*, n. 34, v.5, p. 646– 653, 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0309132509354836>. Acesso em: 30 jan. 2023.
- Relatório do Desenvolvimento Humano – 2002: *Aprofundar a democracia num mundo fragmentado*. Nova Iorque: PNUD, 2002. Tradução pelo Instituto da Cooperação Portuguesa. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2002>. Acesso em: 10 fev. 2023.
- Ribeiro, S., & Quaresma, A, (2022). Planet Governance-a new concept. *Janus. Net e-journal of International Relations*, v. 13, p. 301-315, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.26619/1647-7251.13.2.12>. Acesso em: 13 dez. 2022.
- Rockström, J., Steffen, W., & Noone, K. (2009). Um espaço operacional seguro para a humanidade. *Educação Ambiental em Ação*, v. 461, n. 7263, pág. 472-475, 2009. Disponível em: <http://revistaea.org/artigo.php?idartigo=2845>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- Rothstein, B. (2011). The quality of government: *Corruption, social trust, and inequality in international perspective*. Chicago: University of Chicago Press.
- Sadiqi, J (2018). Evaluating the development of SMART communities: *a public value perspective*. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21272/mmi.2018.2-13>. Acesso em; 05 mar. 2023.
- Santos, A. S., & Ribeiro, S. K. (2015). The role of transport indicators to the improvement of local governance in Rio de Janeiro City: A contribution for the debate on sustainable future. *Case Studies on Transport Policy*, v. 3, n. 4, p. 415-420, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cstp.2015.08.006>. Acesso em: 13 dez. 2022.
- Santos-Carrillo, F., Fernández-Portillo, L. A., & Sianes, A. (2020). Rethinking the Governance of the 2030 Agenda for Sustainable Development in the COVID-19 Era. *Sustainability*, v. 12, n. 18, p. 7680, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12187680>. Acesso em: 13 dez. 2022.
- Santos, M. H. C. (1997). “Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil PósConstituinte”. In: DADOS – *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, volume 40, nº 3, 1997. pp. 335-376.
- Sachs, J. D (2017). From Millennium Development Goals to Sustainable Development Goals. *The Lancet*, [S.l], v. 379, n. 9832, p. 2206-2211, 2012. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(12\)60685-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(12)60685-0). Acesso em: 25 dez. 2022.

Secinaro, S., Calandra, D., Lanzalonga, F., & Ferraris, A. (2022). Electric vehicles' consumer behaviours: Mapping the field and providing a research agenda. *Journal of Business Research*, 150, 399-416. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2022.06.011>. Acesso em: 10 jun. 2023.

Secretaria de Governo da Presidência da República, [SIGOV], (2019). *Governança Nacional para os ODS*. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/ods/noticias/governanca-nacional-para-os-ods>. Acesso em: 01 jan. 2023.

Seifollahi-Aghmiuni, S., Nockrach, M., & Kalantari, Z. (2019). The potential of wetlands in achieving the sustainable development goals of the 2030 Agenda. *Water*, v. 11, n. 3, p. 609, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/w11030609>. Acesso em: 14 dez. 2022.

Seixas, C. S. *et al.*, (2020). Governança ambiental no Brasil: rumo aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS). *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 25(81), 1-21. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/81404>. Acesso em: 17 dez. 2022.

Serikkaliyeva, A., Amirbek, A., Tazhibayev, R., & Beisenbayev, O. (2019). Global governance, chinese-style: the central asian projects of the asian infrastructure investment bank. *Financial Economics*. DOI:10.37178/ca-c.19.4.03. Acesso em: 14 dez, 2022.

Seyedsayamdost, E., & Vanderwal, P. (2020). From good governance to governance for good: blockchain for social impact. *Journal of International Development*, v. 32, n. 6, p. 943-960, 2020. Disponível em: [doi:10.1002/jid.3485](https://doi.org/10.1002/jid.3485). Acesso em: 05 mar. 2023.

Sianes, A., Vega-Muñoz, A., Tirado-Valencia, P., & Ariza-Montes, A. (2022). Impact of the Sustainable Development Goals on the academic research agenda. A scientometric analysis. *PLoS One*, 17(3), e0265409. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0265409>. Acesso em: 14 dez. 2022.

Schiel, R., Langford, M., & Wilson, B. M (2020). Does it Matter: Constitutionalisation, Democratic Governance, and the Human Right to Water. *Water*, v. 12, n. 2, p. 350, 2020. Disponível em: [doi:10.3390/w12020350](https://doi.org/10.3390/w12020350). Acesso em: 02 mar. 2023.

Smallwood, J. M., Delabre, I., Pinheiro Vergara, S., & Rowhani, P. (2022). The governmentality of tropical forests and sustainable food systems, and possibilities for post-2020 sustainability governance. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 25(1), 103-117. Disponível em: DOI: 10.1080/1523908X.2022.2082931. Acesso em: 03 mar. 2023

Stafford-Smith, M., & Metternicht, G. (2021). Governing drylands as global environmental commons. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 48, p. 115-124, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2020.12.006>. Acesso em: 14 dez. 2022.

Stafford-Smith, M. *et al.*, (2017). Integration: The key to implementing the Sustainable Development Goals. *Sustain Science*, V, 11, no. 4, July 2017. Disponível em: [10.1007/s11625-016-0383-3](https://doi.org/10.1007/s11625-016-0383-3). Acesso em 13 dez. 2022.

Spalding, A. K; & De Ycaza, R. (2020). Navigating Shifting Regimes of Ocean Governance. *Environment and Society*, 11(1), 5–26. Disponível em: doi:10.3167/ares.2020.110102. Acesso em: 03 mar. 2023.

Silva, V. B., & Crispim, J. Q. (2011). Um breve relato sobre a questão ambiental. *Rev. GEOMAE*, v. 2, n. 1, p. 163–175. Campo Mourão, PR. Disponível em: <https://docplayer.com.br/19358365-Um-breve-relato-sobre-a-questao-ambiental-1-2.html>.

Stockholm Resilience Centre, 2016. Contributions to Agenda 2030 – How *Stockholm Resilience Centre (SRC)* contributed to the 2016 Swedish Agenda 2030 HLPF report. Disponível em: <https://www.stockholmresilience.org/SDG2016>.

Sustainable Development Solutions Network [SDSN], (2022). *O mundo em 2050*. Disponível em: <https://www.unsdsn.org/the-world-in-2050>. Acesso em: 29 dez. 2022.

Taggart, J. (2022). A Decade Since Busan: Towards Legitimacy or a ‘New Tyranny’ of Global Development Partnership?. *The Journal of Development Studies*, v. 58, n. 8, p. 1459-1477, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00220388.2022.2032672>. Acesso em: 10 mar. 2023.

Un (2012). Realizing the future we want for all: Report to the secretarygeneral by the UN system task team on the post-2015 *UN development agenda*. New York: United Nations.

United Nations Conference On Environment & Development (1992). *Agenda 21*. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>>. Acesso em: 05 Jan. 2022.

United Nations. World Commission on environment and development (1987). *Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development*. 1987. Disponível em: <<http://www.undocuments.net/our-common-future.pdf>>. Acesso em: 20 Jan. 2022.

Vasseur, L. *et al.*, (2017). Complex problems and unchallenged solutions: Bringing ecosystem governance to the forefront of the UN sustainable development goals. *Ambio*, 46, 731-742. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13280-017-0918-6>. Acesso em: 13 dez. 2022.

Valencia, A., Qiu, J., Chang, Ni-Bin (2022). Integrating sustainability indicators and governance structures via clustering analysis and multicriteria decision making for an urban agriculture network. *Ecological Indicators*, v. 142, p. 109237, 2022. Disponível em: 10.1016/j.ecolind.2022.109237. Acesso em: 10 mar. 2023.

Veiga, J. E (2015). Para entender o Desenvolvimento. In:____. *Para entender o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Editora 34, 2015.

Veloso, J. F. A. (2011). Uma visão inicial dos Subsistemas da Gestão Pública Municipal. *Gestão municipal no Brasil: um retrato das prefeituras*. Brasília: Ipea, 2011. 303 p. : gráfs., mapas, tabs.

Yang, X., Yu, Y., & Zheng, Y. (2020). Assessment and optimization of territorial space vulnerability: A case study of Xingyang, Henan, China. *Physics and Chemistry of the Earth*,

Parts A/B/C, v. 120, p. 102950, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.pce.2020.102950>. Acesso em: 14 dez. 2022.

Yin, R. K. (2016). Pesquisa qualitativa do início ao fim [recurso eletrônico]/ Robert K. Yin ; tradução: Daniel Bueno ; revisão técnica: Dirceu da Silva. – Porto Alegre: *Penso*, 2016. e-PUB.

Young, R. (2018). *Do macro ao micro*. Página, v.22, n.108, p.17, 2018.

Wang, G., Qian, Z., & Deng, X. (2020). Analysis of Environmental Policy and the Performance of Sustainable Agricultural Development in China. *Sustainability*, v. 12, n. 24, p. 10453, 2020. Disponível em: doi:10.3390/su122410453. Acesso em: 16 mar. 2023.

Weiland, S., Hickmann, T., Lederer, M., Marquardt, J., & Schwindenhammer, S. (2021). The 2030 agenda for sustainable development: transformative change through the sustainable development goals?. *Politics and Governance*, 9(1), 90-95. Disponível em: <https://doi.org/10.17645/pag.v9i1.4191>.

Wilde, *et al.*, (2009). Um Guia do Usuário para Medir a Governança Local Oslo: Centro de Governança do Oslo: *UNDP Oslo Governance Centre*. Disponível em https://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/democratic-governance/local_governance/a-users-guide-to-measurement-local-governance-.html. Acesso em: 20 dez. 2022.

Wright-Contreras, L. (2018). Um Urbano Transnacional Ecologia Política de Infraestruturas Hídricas: *Políticas Globais de Água e Gestão de Água em Hanói*. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35102.011>. Acesso em: 16 mar. 2023.

World Bank (2007). Sourcebook for Evaluating Global and Regional Partnership Programs. *Independent Evaluation Group–World Bank*. Washington, D.C. Recuperado de: <https://www.oecd.org/development/evaluation/dcdndep/37981082.pdf>

World Bank (2011). World development report 2011: Conflict, security, and development. Washington, D.C.: *World Bank*.

Xue, W., Zhang, J., Zhong, C., Ji, D., & Huang, W. (2020). Satellite-derived spatiotemporal PM_{2.5} concentrations and variations from 2006 to 2017 in China. *Science of the Total Environment*, 712, 134577. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2019.134577>. Acesso em: 14 dez. 2022.

Zeigermann, U. (2021). Knowledge integration in sustainability governance through science-based actor networks. *Global Environmental Change*, 69, 102314. doi:10.1016/j.gloenvcha.2021.1023. Acesso em: 15 mar. 2023.

Zurba, M., & Papadopoulos, A. (2021). Indigenous participation and the incorporation of indigenous knowledge and perspectives in global environmental governance forums: a systematic review. *Environmental Management*, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00267-021-01566-8>. Acesso em: 18 mar. 2023.

APÊNDICE

Quadro 12

Estrutura completa de proposição de indicadores de Governança alinhado aos ODS

TERMO	PALAVRA-CHAVE	AUTORES	META	INDICADORES	TEMAS
2030 AGENDA	2030 AGENDA	Li & Zhu (2019)	4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável	Projeto de desenvolvimento	Básico
2030 AGENDA	2030 AGENDA	Li & Zhu (2019)	10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade	Desigualdade dentro e entre os países	Básico
2030 AGENDA	2030 AGENDA	Li & Zhu (2019)	12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente	Esgotamento dos recursos naturais	Básico
2030 AGENDA	2030 AGENDA	Li & Zhu (2019)	8.1 Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos	Crescimento econômico lento	Básico
2030 AGENDA	2030 AGENDA	Li & Zhu (2019)	8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação	Desemprego juvenil	Básico
2030 AGENDA	2030 AGENDA	Li & Zhu (2019)	13.2 - Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais	Desastres globais	Básico

2030 AGENDA	2030 AGENDA	Li & Zhu (2019)	1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia	População em pobreza extrema	Básico
2030 AGENDA	2030 AGENDA	Santos-Carrillo, Fernández- Portillo, & Sianes (2020)	3.3 - Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis	Impacto da pandemia	Básico
APPROACH (ABORDAGEM)	APPROACH	Jennings & Hoffman, (2019)	13.3 - Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima	Medidas de adaptação climática	Básico
GOVERNANCE	GLOBAL ENVIRONMENTAL GOVERNANCE	Pattberg & Widerberg (2015)	17.17 - Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.	Parcerias multisetoriais;	Básico
GOVERNANCE	GLOBAL ENVIRONMENTAL GOVERNANCE	Pattberg & Widerberg (2015)	17.17 - Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.	Incentivar fortalecimento de parcerias públicas-privadas;	Básico
GOVERNANCE	GLOBAL ENVIRONMENTAL GOVERNANCE	Coenen, Glass, & Sanderin, (2021)	13.2 - Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais	Estratégia e ações de mudanças climáticas	Básico
GOVERNANCE	GLOBAL ENVIRONMENTAL GOVERNANCE	Xue, Zhang, Zhong, Ji & Huang (2019)	6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente	Políticas de inovação para combater poluição	Básico
GOVERNANCE	CONSERVATION	Vasseur <i>et al.</i> , (2017)	12.2 - Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais	Conservação dos recursos naturais	Básico
GOVERNANCE	CONSERVATION	Pereira & Marques, (2021)	6.1 - Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos	Acesso a água potável	Básico

GOVERNANCE	CONSERVATION	Dalby, (2019)	13.3 - Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima	Medidas de adaptação climática	Básico
GOVERNANCE	SUSTENTÁVEL	Santos & Ribeiro, (2015)	11.2 - Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos	Acesso a transporte público Compartilhamento de transporte não motorizado Rede de transporte público superior (bondes, VLT, metrô, BRT, VLT)	Básico
GOVERNANCE	SUSTENTÁVEL	Sadiqi, (2018)	16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	Participação cidadã Engajamento publico Colaboração e envolvimento das partes interessadas	Básico
GOVERNANCE	SUSTENTÁVEL	Valencia; Qiu & Chang, (2022)	16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	Estrutura de governança entre os setores	Básico
GOVERNANCE	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Bulkeley, Jordan, Perkins, & Selin (2013)	17.14 - Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável	Políticas Públicas para o desenvolvimento sustentável	Básico
GOVERNANCE	GOVERNANÇA	Hennebry, Kc, & Piper, (2018)	5.c - Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis	Proteger e empoderar as mulheres migrantes	Básico
GOVERNANCE	GOVERNANÇA	Bolton, (2022)	16.8 - Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global	Transformação dos sistemas de governança para melhorar a tomada de decisão	Básico
GOVERNANCE	GOVERNANÇA	Pal, Arboleda, Nitivattananon, & Benjachat, (2022)	11.b - Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis	Projetos e políticas para inundações	Básico

GOVERNANCE	GOVERNANÇA	Bulkeley, Jordan, Perkins, & Selin (2013)	17.8 - Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação	Transformações e plataformas digitais	Básico
GOVERNANCE	GOVERNANÇA	Biermann <i>et al.</i> , (2022)	17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular	Criação de novos departamentos, comitês, escritórios ou programas vinculados ao alcance dos ODS ou ao realinhamento de instituições existentes.	Básico
GOVERNANCE	GOVERNANÇA	Lorenzo (2017)	16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	Participação cidadã Engajamento no debate sobre governança global	Básico
GOVERNANCE	GOVERNANÇA	Lorenzo (2017)	17.14 - Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável	Definir políticas e legislações mais eficazes	Básico
GOVERNANCE	GOVERNANÇA	Spalding, & De Ycaza, (2020)	14.2 - Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos	Conservação dos oceanos	Básico
GOVERNANCE	GOVERNANÇA	Baste & Watson, (2022)	17.14 - Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável	Investimento em políticas públicas	Básico
GOVERNANCE	GOVERNANÇA	Diaz-Sarachag, (2021)	17.18 Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais	Ferramentas de avaliação do desempenho da implementação ODS	Básico
GOVERNANCE	GOVERNANÇA	Damisqui, Costa, & Soares (2020)	5.2 - Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos	Políticas públicas de enfrentamento contra a violência da mulher	Básico
GOVERNANCE	GOVERNANÇA AMBIENTAL	Kondo, Kinoshita, & Yamada, (2019)	12.7 - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais	Compras verdes para diminuir os gases de efeito estufa	Básico
GOVERNANCE	GOVERNANÇA AMBIENTAL	Zurba & Papadopoulos, (2021)	16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	Participação indígenas nos fóruns	Básico

GOVERNANCE	GOVERNANÇA AMBIENTAL	Contreras & Thomas (2019)	14.1 - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	Parcerias para conservação dos recursos marinhos, oceanos e mares	Básico
GOVERNANCE	POLUIÇÃO	Hao, Gao, Guo, Gai & Wu, (2021)	6.3 - Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente	Medidas para combater poluição do ar, água, gases de efeito estufa	Básico
GOVERNANCE	BANGLANDESH	Rahman, (2021)	16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	Colaboração e envolvimento das partes interessadas	Básico
GOVERNANCE	BANGLANDESH	Rahman, (2021)	16.10 - Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	Acesso público à informação (transparência) Disponibilidade de dados	Básico
GOVERNANCE	BANGLANDESH	Rahman, (2021)	16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	Accountability (responsabilidade)	Básico
GOVERNANCE	BANGLANDESH	Ahmed, (2019)	17.14 - Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável	Políticas ambientais	Básico
GOVERNANCE	BANGLANDESH	Ahmed, (2019)	17.17 - Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.	Incentivos para alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável	Básico
GOVERNANCE	ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	Dong, Yang, & Li (2018)	13.3 - Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima	Medidas de adaptação climática	Básico
GOVERNANCE	ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	Dong, (2020)	17.16 - Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.	Projetos de desenvolvimento sustentável em parcerias com outros	Básico
GOVERNANCE	SUSTENTABILIDADE	Priebe, Marald & Nordin, (2020)	17.14 - Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável	Políticas públicas com mudanças que incentivem transformação dos costumes da sustentabilidade	Básico

GOVERNANCE	AGENDA 2030	Prakash, Kamiya, Ndugwa, & Cheng, (2020)	11.3 - Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países	Investimento para alcançar uma cidade sustentável	Básico
GOVERNANCE	AGENDA 2030	Novovic, (2021)	17.14 - Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável	Planos e Projetos de soluções políticas para os países em desenvolvimento	Básico
SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	Pansera & Sarkar, (2016)	9.b - Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, diversificação industrial e agregação de valor às commodities	Desenvolvimento de inovações com base em soluções ecológicas	Básico
SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	Kostoska & Kocarev, (2019)	9.b - Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, diversificação industrial e agregação de valor às commodities	Investimento em inovação e tecnologia	Básico
SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	Deacon, (2016)	4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável	Formulação de Políticas sociais	Básico
SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	Deacon, (2016)	16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	Construção de instituições de governança	Básico
SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	Lisk & Sehović, (2019)	3.c - Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento	Desenvolvimento de ferramentas, inovações e fortalecimentos nos sistemas de governança global de saúde	Básico
SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	Al-Saidi, (2021)	10.2 - Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra	Fortalecer quadros Cooperativos ambientais	Básico

SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	Honegger, Michaelow & Pan, (2021)	7.a - Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa	Impacto da modificação da radiação solar para os ODS	Básico
SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	Smallwood, Delabre, Pinheiro Vergara, & Rowhani (2022)	15.2 - Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente	Políticas e normas para o desmatamento	Básico
SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	Denny, Paulo & De Castro (2019)	17.16 - Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.	Plataformas digitais com as interações dos diversos setores	Básico
SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	Denny, Paulo & De Castro (2019)	17.18 Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais	Ferramentas de monitoramento dos ODS com uso de tecnologias que as demais partes envolvidas tenham acesso e não somente órgãos governamentais	Básico
SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	ACCOUNTABILITY	Fukuda-Parr & Mcneill, (2015)	17.18 Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais	Prestação de contas	Básico
SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	GLOBAL GOVERNANCE	Seyedsayamdost & Vanderwal (2020)	17.14 - Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável	Políticas Públicas para o desenvolvimento sustentável	Básico
SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	GLOBAL GOVERNANCE	Seyedsayamdost & Vanderwal (2020)	17.7 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado	Desenvolvimento de tecnologias para o desenvolvimento sustentável	Básico
SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	GLOBAL GOVERNANCE	Maher & Buhmann, (2019)	16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	Colaboração e envolvimento das pessoas na tomada de decisão	Básico

SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	GLOBAL GOVERNANCE	Bradford, (2016)	16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	Colaboração e envolvimento das pessoas na tomada de decisão	Básico
SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	GLOBAL GOVERNANCE	Gasper, (2019)	17.13 Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas	Normas, políticas, alianças para o alcance dos ODS.	Básico
SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	GLOBAL GOVERNANCE	Acuto, Kosovac, Pejic, Jones, (2020)	11.3 - Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países	Reconhecimento das questões urbanas Políticas urbanas	Básico
SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	GLOBAL GOVERNANCE	Chen, Wang & Li (2022)	17.17 - Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.	Parcerias para o alcance dos ODS	Básico
SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	GLOBAL GOVERNANCE	Chen, Wang & Li (2022)	16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	Colaboração e envolvimento das pessoas na tomada de decisão	Básico
SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	NORMS	Gupta,(2014)	17.13 Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas	Normas, políticas, alianças para o alcance dos ODS	Básico
SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	NORMS	Koff, Challenger, Ros Cuellar, Aguilar Orea, & Lara Lopez (2022)	17.14 - Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável	Políticas Públicas para o desenvolvimento sustentável	Básico
CITIZEN PARTICIPATION	GOVERNO LOCAL	Morita, Okitasari & Masuda, (2019)	16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	Participação cidadão no governo local Participação dos atores estatais	Motores

CITIZEN PARTICIPATION	GOVERNO LOCAL	Fox & Stoett (2016)	16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	Participação cidadão	Motores
CITIZEN PARTICIPATION	GOVERNO LOCAL	Khan & Milne (2019)	16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	Dar voz aos cidadãos nas políticas para fortalecer sua participação democrática	Motores
CITIZEN PARTICIPATION	VIETNÃ	Wright-Contreras, (2018)	6.5 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado	Políticas de abastecimento de água potável	Motores
ENVIROMENTAL	ENVIRONMENTAL PERFORMANCE (DESEMPENHO AMBIENTAL)	Consolandi, Phadke, & Hawley (2020)	3.c - Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento	Investimento no setor da saúde	Motores
ENVIROMENTAL	ENVIRONMENTAL PERFORMANCE (DESEMPENHO AMBIENTAL)	Wang, Qian, & Deng, (2020)	2.a Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos	Inovações agrícolas	Motores
ENVIROMENTAL	DEVELOPMENT	Ekins & Usubiaga-Liaño, (2021)	17.14 - Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável	Políticas de comunicação e monitoramento Políticas ambientais	Motores
ENVIROMENTAL	ENVIROMENTAL	Zeigerman, (2021)	9.5 Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento	Formação de equipes especializada para promover a implementação dos ODS e integração de conhecimento	Motores
INTEGRATION	INTEGRATION	Stafford-Smith <i>et al.</i> , (2017)	17.14 - Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável	Liderança política em desenvolvimento sustentável	Motores
INTEGRATION	INTEGRATION	Stafford-Smith <i>et al.</i> , (2017)	17.10 Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha	Apoio ativo ao comércio de produtos e serviços de desenvolvimento sustentável apropriados	Motores

				localmente	
INTEGRATION	COORDINATION	Daly, Parker, Sherpa & Regmi (2020)	4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário	Melhorar a coordenação da educação para crianças	Motores
POLICY INTEGRATION	POLICY INTEGRATION	Stevens, (2017)	17.14 - Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável	Políticas Públicas para o desenvolvimento sustentável	Motores
ECONOMIC	EMPOWERMENT (FORTALECIMENTO)	Phiri, Ndlovu, Khumalo, Ncube, & Nyathi, (2022)	5.5 - Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública	Participação das mulheres na política	Nichos
ECOSYSTEM SERVICES	HUMAN RIGHTS (DIREITO HUMANOS)	Schiel, Langford & Wilson, (2020)	6.1 - Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos	Acesso a água Potável	Nichos
URBAN DEVELOPMENT	URBAN DEVELOPMENT	Yang, Yu, & Zheng (2020)	11.3 - Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países	Formulação de estratégias de desenvolvimento sustentável para planejamento territorial	Emergentes
INTERNATIONAL ORGANIZATIONS	INTERNATIONAL ORGANIZATIONS	Forestier & Kim (2020)	17.13 Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas	Fortalecimento da coordenação global	Emergentes
INTERNATIONAL ORGANIZATIONS	INTERNATIONAL ORGANIZATIONS	Mckenzie & Stahelin, (2022)	13.2 - Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais	Políticas de educação climáticas	Emergentes
MILLENNIUM DEVELOPMENT GOAL	MILLENNIUM DEVELOPMENT GOAL	Kushnir & Nunes, (2022)	4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável	Formulação de políticas para o desenvolvimento sustentável	Emergentes
INTERNATIONAL	INTERNATIONAL	Biermann <i>et al.</i> , (2022)	17.14 - Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável	Políticas ambientais	Emergentes
RESOURCES	RESOURCES	Seixas <i>et al.</i> , (2020)	6.5 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado	Conservação dos recursos hídricos	Emergentes

POLYCENTRIC GOVERNANCE	POLYCENTRIC GOVERNANCE	Amaruzaman, Do Hoan, Catacutan, Leimona, & Malesu, (2022)	16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	Construção de instituições ambientais	Emergentes
LEGITIMACY	LEGITIMACY	Taggart, (2022)	17.17 - Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.	Monitoramento de parcerias com as partes interessadas	Emergentes

Nota: Elaboração dos autores (2023)

Quadro 13

Adaptação da ferramenta matricial para análise dos sistemas de governança nacional e local em relação aos ODS

Características Estruturais X Características Funcionais			
Estrutura/Função	A. Capacidade de decisão B. Básica/ M. Motores/ E. Emergentes/ N. Nicho	B. Conectividade B. Básica/ M. Motores/ E. Emergentes/ N. Nicho	C. Uso do conhecimento B. Básica/ M. Motores/ E. Emergentes/ N. Nicho
1. Definição de visão e objetivo	<p>1-A-1. Existem capacidades para definir aspirações e metas mais altas para atingir os ODS?</p> <p>1-A-2. As partes interessadas relevantes têm recursos de conhecimento, financeiros, humanos e de infraestrutura necessários para a visão e definição de objetivos para alcançar os ODS?</p> <p>1-A-3. As principais organizações envolvidas têm sistemas de melhoria contínua para atingir os ODS?</p> <p>1-A-4. As principais organizações envolvidas têm sistemas de responsabilidade para atingir os ODS? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 16.6</p>	<p>1-B-1. As partes interessadas relevantes estão ativamente ligados à tomada de decisões sobre os ODS?</p> <p>1-B-2. As visões e objetivos do sistema estão alinhados com as visões e objetivos dos ODS?</p> <p>1-B-3. Existem estruturas para estabelecer visões e objetivos em relação aos ODS bem desenhados?</p> <p>1-B-4. Existem estruturas para negociação sobre o estabelecimento de visões e objetivos para alcançar os ODS?</p> <p>1-B-5. Quais outras instituições e indivíduos do sistema precisam ser envolvidos na redução das desigualdades dentro e entre países? (Custódio & Martins, 2024) Básica: 2030 agenda 10.4</p> <p>1-B-6. Quais outras instituições e indivíduos do sistema precisam ser envolvidos na redução do desemprego juvenil? (Custódio & Martins, 2024) Básica: 2030 agenda 8.6</p> <p>1-B-7. Quais outras instituições e indivíduos do sistema precisam ser envolvidos no combate aos desastres globais? (Custódio & Martins, 2024) Básica: 2030 agenda 13.2</p> <p>1-B-8. Quais outras instituições e indivíduos do sistema precisam ser envolvidos com práticas de políticas ambientais que impulsionem o alcance dos ODS? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 17.14</p> <p>1-B-9. Quais outras instituições e indivíduos do sistema precisam ser envolvidos na construção de instituições ambientais a fim de alcançar um mundo próspero e sustentável? (Custódio & Martins, 2024) Emergente: Polycentric Governance 16.6</p>	<p>1-C-1. Existem formas relevantes de informação disponíveis para visão e estabelecimento de objetivos em relação aos ODS?</p> <p>1-C-2. Existem conhecimentos tradicionais sendo aplicados à definição de visão e objetivos em relação aos ODS?</p> <p>1-C-3. Existem ferramentas apropriadas de apoio à decisão em local para fortalecer a análise de cenários para atingir os ODS?</p>
2. Pesquisa e avaliação	2-A-1. Existem pesquisas e análises suficientes com capacidades em relação aos	2-B-1. Existem vínculos de colaboração entre organizações de pesquisa para alcançar os ODS?	2-C-1. Existem sistemas em vigor para longo prazo com síntese de pesquisa e retenção de conhecimento em relação aos ODS e/ou desenvolvimento sustentável?

	<p>ODS em vigor para informar outros componentes estruturais do sistema?</p> <p>2-A-2. Existem capacidades de pesquisa e análise sobre o desenvolvimento sustentável no sistema?</p> <p>2-A-3. Existem pesquisa relacionado ao impacto da modificação da radiação solar para os ODS? (Custódio & Martins, 2024) Básica: ODS 7.A</p> <p>2-A-4. Existem normas, políticas, alianças para o alcance dos ODS? (Custódio & Martins, 2024) Básica: ODS 17.13</p> <p>2-A-5. Existem acordos estruturados de colaboração e negociação sobre medida de adaptação climática? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Approach 13.3</p> <p>2-A-6. Existem projeto e políticas para inundações? Básica: Governance 11.b</p> <p>2-A-7. Existem parcerias para conservação dos recursos marinhos, oceanos e mares? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 14.1</p>	<p>2-B-2. Existem corretoras e empresas de pesquisa com acordos de comunicação entre provedores de pesquisa e partes interessadas do usuário final para atingir os ODS?</p> <p>2-B-3. Existem acordos de colaboração em vigor para integrar os campos das ciências ambientais, econômicas e sociais da pesquisa em desenvolvimento sustentável?</p> <p>2-B-4. Quais são as estruturas políticas de inovação para combater a poluição? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 6.3</p> <p>2-B-5. Existem ações e medidas para conservar os recursos naturais? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 12.2</p> <p>2-B-6. Existem investimento em inovação e tecnologia para implantação dos ODS? (Custódio & Martins, 2024) Básica: ODS 9.b</p> <p>2-B-7. Existem investimento para alcançar uma cidade sustentável? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 11.3</p> <p>2-B-8. Existe incentivos para alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 17.17</p> <p>2-B-9. Existem projetos de desenvolvimento sustentável em parcerias com outros departamentos (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 17.16</p> <p>2-B-10. Existem ações e medidas para combater poluição do ar, água, gases de efeito estufa? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 6.3</p> <p>2-B-11. Existem ações e medidas de reconhecimento das políticas urbanas a fim de alcançar uma cidade e comunidade mais sustentável? (Custódio & Martins, 2024) Básica: ODS 11.3</p> <p>2-B-12. Existem ações e medidas para conservar os recursos hídricos? (Custódio & Martins, 2024) Emergente: Resources 6.5</p>	<p>2-C-2. Há um amplo estabelecimento de prioridades de pesquisa exercícios em relação aos ODS que precisam ser refinados?</p> <p>2-C-3. Existem formas relevantes de informação disponíveis para a tomada de decisão sistemática para alcançar os ODS?</p> <p>2-C-4. Existem formas relevantes disponíveis que avaliem os impactos do crescimento econômico lento? (Custódio & Martins, 2024) Básica: 2030 Agenda 8.1</p>
3. Desenvolvimento de estratégia	<p>3-A-1. Existem capacidades no sistema para definir metas estratégicas claras para atingir os ODS?</p> <p>3-A-2. As partes interessadas relevantes têm recursos de conhecimento, financeiros, humanos e de infraestrutura disponíveis para tomar as decisões necessárias para o</p>	<p>3-B-1. As partes interessadas relevantes estão conectadas a tomada de decisão estratégica para os ODS?</p> <p>3-B-2. As estratégias estão alinhadas com as visões e objetivos dos ODS?</p>	<p>3-C-1. Existem conhecimento sobre desenvolvimento sustentável?</p> <p>3-C-2. Existem conhecimento relacionado à avaliação da eficácia das principais estratégias para alcançar os ODS?</p> <p>3-C-3. Existem projetos no âmbito nacional e local sendo desenvolvidos para atingir os ODS? (Custódio & Martins, 2024) Básica: 2030 agenda 4.7</p>

	<p>desenvolvimento da estratégia relacionada aos ODS?</p> <p>3-A-3. As principais organizações envolvidas têm os sistemas de melhoria para atingir os ODS?</p> <p>3-A-4. As partes interessadas tem recursos para colaboração e envolvimento das pessoas na tomada de decisão (Custódio & Martins, 2024) Básica: ODS 16.7</p> <p>3-A-5. Existem capacidades no sistema para definir metas estratégicas claras para atingir acesso a água potável? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 6.1</p> <p>3-A-6. Existem políticas de abastecimento de água potável? (Custódio & Martins, 2024) Motores: Citizen Participation 6.5</p> <p>3-A-7. As partes interessadas relevantes têm recursos de conhecimentos financeiros, humanos para investimento no setor da saúde? (Custódio & Martins, 2024) Motores: Environmental 3.c</p>	<p>3-B-3. As estratégias estão alinhadas a níveis superiores/inferiores? Como dimensionar o desenvolvimento da estratégia para atingir os ODS?</p> <p>3-B-4. Existem estruturas colaborativas para definir estratégias de planejamento para atingir os ODS?</p> <p>3-B-5. As estratégias integram uma combinação apropriada de soluções para alcançar os ODS?</p> <p>3-B-6. As estratégias estão alinhadas para o desenvolvimento de tecnologias para o desenvolvimento sustentável (Custódio & Martins, 2024) Básica: ODS 17.7</p> <p>3-B-7. As estratégias estão alinhadas para o desenvolvimento de medidas para conservação dos oceanos? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 14.2</p>	<p>3-C-4. As ferramentas de apoio à decisão estão disponíveis para o cenário testar estratégias alternativas para atingir os ODS?</p> <p>3-C-5. Quais são as estratégias e ações que estão sendo utilizadas para combater as mudanças climáticas? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 13.2</p> <p>3-C-6. Existem estratégias para incorporar a participação cidadã no governo local? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 16.7</p> <p>3-C-7. Quais estratégias estão sendo usadas para formação de equipes especializada para promover a implementação dos ODS e integração de conhecimento? (Custódio & Martins, 2024) Motores: Environmental 9.5</p> <p>3-C-8. Quais estratégias estão sendo utilizadas para construção de instituições de governança (Custódio & Martins, 2024) Básica: ODS 16.6</p> <p>3-C-9. Existem estratégias para o desenvolvimento de ferramentas, inovações e fortalecimentos nos sistemas de governança global de saúde (Custódio & Martins, 2024) Básica: ODS 3.C</p> <p>3-C-10. Existem estratégias para dar voz aos cidadãos nas políticas para fortalecer sua participação democrática? (Custódio & Martins, 2024) Motores: citizen participation 16.7</p> <p>3-C-11. Existem a utilização de tecnologias/sistemas soft para apoiar a integração do conhecimento com relação ao esgotamento dos recursos naturais? (Custódio & Martins, 2024) Básica: 2030 agenda 12.4</p> <p>3-C-12. Quais são as estratégias e ações que estão sendo utilizadas para combater a população em pobreza extrema (Custódio & Martins, 2024) Básica: 2030 Agenda 1.1</p> <p>3-C-13. Existem projetos no âmbito público que incentive o aumento do acesso ao transporte público? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 11.2</p> <p>3-C-14. Quais estratégias políticas estão sendo utilizadas para proteger e empoderar as mulheres migrantes? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 5.c</p> <p>3-C-15. Quais estratégias de políticas públicas de enfrentamento contra a violência da mulher estão sendo utilizadas? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 5.2</p> <p>3-C-16. Quais são as estratégias e ações que estão sendo utilizadas para compras verdes para diminuir os gases de efeito estufa? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 12.7</p> <p>3-C-17. Existem estratégias que incentive a participação indígenas nos fóruns? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 16.7</p>
--	---	---	--

			<p>3-C-18. Existem estratégia para incorporar o desenvolvimento de inovações com base em soluções ecológicas? (Custódio & Martins, 2024) Básica: ODS 9.b</p> <p>3-C-19. Existem estratégia para formulação de políticas sociais a fim de alcançar uma educação de qualidade? (Custódio & Martins, 2024) Básica: ODS 4.7</p> <p>3-C-20. Existem estratégias que incentivem o desenvolvimento de inovações agrícolas a fim de promover uma agricultura sustentável? (Custódio & Martins, 2024) Motores: Environmental 2.a</p> <p>3-C-21. Existem formulação de estratégias de desenvolvimento sustentável que incentive o planejamento territorial a fim de alcançar uma urbanização mais inclusiva e sustentável? (Custódio & Martins, 2024) Emergentes: Urban Development 11.3</p>
4. Implementação	<p>4-A-1. Existem capacidades para implementar uma ampla combinação de soluções estratégicas para implementar os ODS?</p> <p>4-A-2. Os participantes da implementação têm os recursos financeiros, humanos e de infraestrutura para implementar os ODS?</p> <p>4-A-3. As principais organizações envolvidas têm sistemas de melhoria em vigor para implementar os ODS?</p> <p>4-A-4. Existem ações para implantação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 17.12</p> <p>4-A-5. Existem políticas públicas com mudanças que incentivem transformação dos costumes com relação a sustentabilidade? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 17.14</p> <p>4-A-6. Existem criação de novos departamentos, comitês, escritórios ou programas vinculados ao alcance dos ODS ou ao realinhamento de instituições existentes? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 17.9</p> <p>4-A-7. Existem planos e projetos com soluções políticas para os países em desenvolvimento para alcance dos ODS? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 17.14</p>	<p>4-B-1. Há parceria e integração acordos entre políticas e sistemas de entrega para implementar os ODS?</p> <p>4-B-2. Há diferentes componentes da solução mix colaboram para implementar os ODS?</p> <p>4-B-3. Existem acordos de corretagem de pesquisa para apoiar a implementação dos ODS?</p> <p>4-B-4. Existem uma estrutura de governança entre os setores no âmbito nacional ou local para alcance dos ODS? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 16.6</p> <p>4-B-5. Existem parcerias para o alcance dos ODS? (Custódio & Martins, 2024) Básica: ODS 17.13</p> <p>4-B-6. Existem colaboração e envolvimento das partes interessadas no alcance dos ODS? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 16.7</p> <p>4-B-7. Existem engajamento no debate sobre governança global? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 16.7</p>	<p>4-C-1. Existem esforços de pesquisa para informar melhoria contínua na implementação dos ODS?</p> <p>4-C-2. Os conjuntos de conhecimentos locais e tradicionais informam a implementação dos ODS?</p> <p>4-C-3. Os conjuntos de dados relevantes sobre a implementação dos ODS sendo gerenciados e mantidos?</p> <p>4-C-4. Quais instituições/indivíduos estão envolvidas em uma disseminação de parcerias multissetoriais de implementação dos ODS? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 17.7</p> <p>4-C-5. Existem esforços para incentivo de parcerias públicas-privadas? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 17.7</p> <p>4-C-6. Existem a definição de política e legislações mais eficazes para alcance dos ODS? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 17.14</p> <p>4-C-7. Existem investimento em políticas públicas que impulsionem o cumprimento dos ODS? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 17.14</p> <p>4-C-8. Existem políticas e normas que incentivem a redução do desmatamento? (Custódio & Martins, 2024) Básica: ODS 15.2</p> <p>4-C-9. Existem investimento em políticas para fortalecer quadros cooperativos ambientais a fim de reduzir as desigualdades? (Custódio & Martins, 2024) Básica: ODS 10.2</p> <p>4-C-10. Existem investimento em políticas de educação climáticas? (Custódio & Martins, 2024) Emergente: International Organizations 13.2</p> <p>4-C-11. Existem políticas e normas que incentivem participação das mulheres na política? (Custódio & Martins, 2024) Nichos: Economic 5.5</p>

	4-A-8. Existem prestação de contas com relação ao alcance dos ODS? (Custódio & Martins, 2024) Básica: ODS 17.18		
5. Monitoramento, avaliação e revisão	<p>5-A-1. Existem capacidades de acompanhamento e revisão para os ODS no sistema?</p> <p>5-A-2. Existem alianças de monitoramento coletivo para os ODS em vigor?</p> <p>5-A-3. Existem avaliações definidas e independentes? Existem capacidades de ação para acompanhamento e revisão dos ODS no sistema?</p> <p>5-A-4. Existem capacidades de relatórios para permitir altos níveis de responsabilidade em relação ao alcance dos ODS?</p> <p>5-A-5. Existem alguma plataforma digital para monitoramento dos ODS no âmbito nacional e local? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 17.8</p> <p>5-A-6. Existem ferramentas de avaliação do desempenho da implementação ODS? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 17.18</p> <p>5-A-7. Existem ferramentas de monitoramento dos ODS com uso de tecnologias que as demais partes envolvidas tenham acesso e não somente órgãos governamentais? (Custódio & Martins, 2024) Básica: ODS 17.18</p> <p>5-A-8. Existem plataformas digitais com as interações dos diversos setores a fim de alcançar os ODS? (Custódio & Martins, 2024) Básica: ODS17.16</p> <p>5-A-9. Existem políticas de comunicação e monitoramento para alcance dos ODS? (Custódio & Martins, 2024) Motores: Environmental 17.14</p> <p>5-A-10. Existem o monitoramento de parcerias com as partes interessadas com relação alcance dos ODS? (Custódio & Martins, 2024) Emergente: Legitimacy 17.17</p> <p>5-A-11. Existem capacidades de acompanhamento e monitoramento do impacto da pandemia com relação ao alcance dos ODS? (Custódio & Martins, 2024) Básica: 2030 Agenda 3.3</p>	<p>5-B-1. Existem acordos de integração entre estabelecimento de objetivos e sistemas de monitoramento para atingir os ODS?</p> <p>5-B-2. Existem mecanismos de acompanhamento e revisão para os ODS vinculados ao monitoramento de longo prazo?</p> <p>5-B-3. Existem sistemas de acompanhamento e revisão para o ODS capazes de influenciar os processos estratégicos e a alocação de recursos para a implementação dos ODS?</p> <p>5-B-4. Existem avaliação da participação cidadã em relação ao alcance dos ODS? Como está sendo o engajamento público? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 16.7</p> <p>5-B-5. Existem sistemas de governança sendo implantados? Se sim, melhorou a tomada de decisão? (Custódio & Martins, 2024)</p>	<p>5-C-1. Existem resultados de desenvolvimento sustentável do sistema que está sendo monitorado?</p> <p>5-C-2. Os dados de monitoramento e avaliação estão relacionados para que os ODS sejam mantidos a longo prazo?</p> <p>5-C-3. Os dados estão disponíveis para acesso público à informação (transparência) relacionados aos ODS para avaliação e monitoramento? (Custódio & Martins, 2024) Básica: Governance 16.10</p>

Nota: Elaboração dos autores a partir de Morita, Okitasari, & Masuda (2019) e Custódio & Martins (2024).